

# PÁGINAS a&b

arquivos & bibliotecas

9

2018 SÉRIE 3

Este primeiro número de 2018 é, na verdade, o segundo, uma vez que já foi publicado este ano um número especial, integralmente dedicado ao IV *Workshop* de Pós-graduação em Ciência da Informação, organizado pelo GT de Ciência da Informação da SOPCOM.

Seguindo a estrutura habitual, este número congrega artigos de temática variada, sempre focados em problemas específicos que cabem no vasto campo da Ciência da Informação e que resultam, na sua maioria, de trabalhos de investigação académica. A seleção de trabalhos de índole científica é, aliás, timbre da revista *Páginas a&b*, que procura ser um espaço privilegiado de divulgação da Ciência da Informação, que se desenvolve, a nível teórico e aplicado, particularmente no nosso País, mas também no espaço ibero-americano. Assim, não é de estranhar que o presente número, na linha dos seus antecedentes, inclua trabalhos de autores portugueses e brasileiros, confirmando a vincada matriz lusófona que caracteriza *Páginas a&b*.

A abrir, temos um texto de Santos Luz, que se debruça sobre os problemas da usabilidade nas bibliotecas digitais, uma problemática de grande pertinência e atualidade.

Seguidamente, um trabalho de Salcedo e Alves, também dedicado às bibliotecas, mas especificamente às universitárias e à sua envolvência com as redes sociais. O trabalho incide sobre um estudo de caso que elegeu como objeto duas grandes bibliotecas universitárias brasileiras do Recife – a da Universidade Católica de Pernambuco e a da Universidade Rural de Pernambuco – analisando o uso do Twitter e sua utilização pelos bibliotecários como forma de interação com o público.

O artigo de Montoya Mogollón e Madio aborda uma outra temática, desta feita centrada na gestão documental na Colômbia. Os autores analisam os programas de ensino das universidades colombianas “no âmbito da Arquivologia, Arquivística e Ciências da Informação”, bem como a aplicação das diversas normas de processos documentais usadas em entidades públicas e privadas concluindo que a gestão documental na Colômbia tem tido um desenvolvimento muito significativo nos últimos cinco anos.

O estudo de Ochôa e Barata, dois autores já habituais em *Páginas a&b*, traz-nos um tema bastante original e interessante. Numa época em que tanto se discute o “direito ao esquecimento”, este trabalho foca-se precisamente no “direito a ser lembrado”, investigando as diversas formas da memória da profissão, numa proposta que tem por finalidade contribuir para o reforço da identidade profissional e para o aprofundamento da história das nossas bibliotecas e arquivos. Trabalhos como este são sempre de assinalar, pois sabemos que são muito poucos os autores que trabalham esta temática nas suas investigações.

O enquadramento legal que regula bibliotecas e arquivos é um tema recorrente em diversos números de *Páginas a&b*, particularmente por mão de autores do Brasil, que muito têm discutido questões que decorrem da aplicação da lei no seu país. O texto de Pereira é mais um exemplo de discussão da aplicação de um diploma legal relativo à implementação de bibliotecas escolares, no Estado de Mato Grosso do Sul.

Por último, um outro artigo que incide sobre questões de legislação relativa ao acesso à informação e ao património documental. Trata-se de mais um estudo de caso, que se debruça sobre a situação do acesso à informação e do património documental na

---

Universidade Federal de Roraima, considerando a sua conservação, como “documento de caráter permanente histórico”.

Com as férias aí à porta, desejo que este número de *Páginas a&b* constitua um incentivo para estimular boas leituras de verão!

**Fernanda Ribeiro**

**Resumo:** Por meio das interfaces acessamos as informações, que são organizadas com a arquitetura de informação aplicada. Esta é uma forma de estruturar a experiência do usuário, que utiliza a interface como instrumento de mediação entre o interesse e a necessidade do usuário e as informações disponibilizadas em determinado ambiente digital. Apresentam-se conceitos de bibliotecas estruturadas em formato digital e entorno digital de um serviço de informação. Conclui-se que as interfaces das bibliotecas digitais possibilitam a relação de informações de diferentes fontes e formatos, melhorando a experiência do usuário.

**Palavras-chave:** Arquitetura de informação; Experiência do usuário; Interface; Mecanismos de busca; Organização da informação; Usabilidade; Taxonomia

**Abstract:** Through the interfaces we access information, which is organized with the information architecture applied. This is a way of structuring the user experience, which uses the interface as a mediation tool between the interest and the user need and the information made available in a given digital environment. Concepts of structured libraries in digital format and digital environment of an information service are presented. It is concluded that the interfaces of the digital libraries allow the relation of information from different sources and formats, improving the user experience.

**Keywords:** Information architecture; User experience; Interface; Search engines; Organization of information; Usability; Taxonomy

### 1. Introdução

A relação do usuário com a informação vem sendo modificada ao longo do tempo no mesmo nível que são criadas novas formas de acessar estas informações. As interfaces de relacionamento de informações passam a ser a forma de mediar e dar acesso a informações organizadas (LUZ, 2017), ajudando-o na busca por conhecimento e na modificação de um estado anômalo de conhecimento (CHOO, 2003). Uma abordagem de usabilidade passa a ser impreterível.

A usabilidade já é uma disciplina que possui métodos e normas internacionais que impactam em projetos de ambientes digitais. A área pública de diversos países a considera para desenvolver ambientes de acesso à distância, neste caso focando nos aspectos de acessibilidade por conta de cidadãos com limitações físicas ou intelectuais. A área empresarial a utiliza para melhorar seus resultados, aumentando a relação dos usuários na encontrabilidade de objetos informacionais, que são informações registradas nos mais variados suportes (tais como textos, imagens, registros sonoros, representações cartográficas ou a misturas delas, além das páginas da *Web*, entre outros) e disponíveis em interfaces gráficas. Segundo Rosenfeld e Morville (1998), os usuários precisam estar aptos a encontrar o conteúdo, antes que possam usá-las de fato.

Do ponto de vista estrutural, por trás da interface existe a Organização da Informação (OI) aplicada a ambiente digital, como páginas web e arquivos digitais, e ocorre em um sistema

de informação constituído de componentes interrelacionados para coletar (entrada), tratar (processamento) e disseminar informações (saída), sob gestão de um responsável (custodiador), que conta com um mecanismo de *feedback* para auxiliar na avaliação, no aprimoramento e na adequação ao ambiente no qual se insere (ARAÚJO, 1995).

Com os processos e componentes de estruturação da informação combinados em camadas diferenciadas, as interfaces gráficas da web passam a se destacar no sistema digital. Assumem um papel importante. A mediação não mais é realizada entre um profissional da informação e um usuário, ou entre um vendedor e um consumidor. No mundo da informação digital a interface é o meio pelo qual o usuário se relaciona com as informações. Nesse contexto, a classificação tem uma grande importância, considerando a grande variedade de objetos informacionais disponíveis.

A interface é um elemento básico do processo de organização e de acesso à informação, conforme reforça Monteiro (2010) ao afirmar que “a organização da informação compreende a descrição dos documentos de acordo com seus aspectos físicos e temáticos que, no ambiente digital, pode ser realizada com metadados”. Portanto, os metadados organizam as informações que serão acessadas por meio das interfaces digitais. Por sua vez, o conjunto de metadados disponibilizados em interfaces chama-se Taxonomia; e para planejar a taxonomia digital, utiliza-se a Arquitetura de Informação.

A classificação da informação no ambiente digital indica *links* para acessar documentos digitais em um repositório digital. Com isso, é observado o importante papel da interface gráfica *Web* ao servir de intermédio para o acesso as coleções digitais destes sistemas (MONTEIRO, 2010). A forma de organizar informação em interfaces *Web* é através da Arquitetura de Informação, considerada transdisciplinar por englobar em seu *corpus* técnicas de Interação Humano-Computador (IHC), da Ciência da Informação e do Design Gráfico.

A partir de agora vamos verificar que a arquitetura de informação e seus Sistemas de Organização da Informação, Esquemas e Estruturas de Organização definem as interfaces, e que a usabilidade (e a experiência decorrente) é imperativa no processo de criação de bibliotecas digitais. Após verificarmos as diferentes classificações de serviços de informação digitais, definimos a biblioteca digital e verificamos que seu entorno estrutura interfaces que oferecem variadas fontes de diferentes coleções, possibilitando distintas formas de interação: folhear publicações, buscar informações e objetos informacionais, ter acesso a conhecimento e conteúdo especializado num espaço participativo e acolhedor, o que possibilita diferentes experiências a esses usuários.

### **2. A arquitetura de informação**

Rosenfeld e Morville (1998) definem a Arquitetura da Informação (AI) como a combinação entre esquemas de organização, nomeação e navegação em um sistema de informação. Afirmam que são diferentes taxonomias combinadas.

Cabe destacar três características referentes da arquitetura de informação, divulgadas por especialistas da área, sempre orientados pelos autores, sendo eles:

1. O design estrutural e conceitual de um espaço informacional (ambiente digital), para facilitar a realização de tarefas e o acesso intuitivo a conteúdos, bem como a apropriação pelos usuários deste espaço;
2. A combinação entre esquemas de organização, nomeação e navegação dentro de um sistema de informação; e
3. A arte e ciência de estruturar e classificar *websites* e intranets, a fim de ajudar pessoas a encontrar e a gerenciar informação.

Logo, a arquitetura de informação é a técnica utilizada para o planejamento de ambientes digitais. Segundo Camargo e Vidotti (2006: 107) a arquitetura da informação é um dos fatores importantes em um ambiente digital ou em qualquer tipo de site, pois essa arquitetura determina a disposição do conteúdo e a estratégia de navegação do usuário. Antes de definir a interface, é necessário levantar (por meio de um mapeamento) os conteúdos a serem oferecidos, como o conteúdo será inserido e exibido e como isso será adicionado à página.

Assim, para planejar ambientes digitais utiliza-se a arquitetura de informação, e o resultado são suas taxonomias, que determinam as interfaces e como estas devem utilizar/exibir a gestão da informação orgânica, o registro e uso do conhecimento. O foco no usuário é aplicado por meio de tratamento técnico e classificação das informações, além da definição da estratégia aplicada no planejamento.

A Arquitetura da Informação (AI) é uma área que apresenta uma teoria multidisciplinar nova e que em função dessa interdisciplinaridade e das tecnologias de informação empregadas nos desenhos dos ambientes digitais, pode beber na fonte da Ciência da Informação e a estruturação da informação digital. Na concepção clássica de Wurman (1997) criador do termo Arquitetura da Informação, a AI como é a ciência e a arte de criar instruções para espaços organizados, numa clara alusão à arquitetura tradicional.

Nos anos 90, com o advento da *Web*, a AI passa a ser usada no planejamento de *websites* que traziam os princípios de hipertextualidade. O grande destaque foi o lançamento em 1998 do chamado livro do Urso Polar, uma alusão à capa do clássico *Information Architecture for the World Wide Web* de Peter Morville e Louis Rosenfeld. Atualmente a publicação continua sendo referência dos Arquitetos de Informação em todo o mundo, no qual encontra-se a definição mais comum sobre AI, como sendo a arte e a ciência de estruturar e classificar websites e intranets para ajudar pessoas a encontrar e gerenciar informações (ROSENFELD; MORVILLE, 1998).

A missão básica de um arquiteto de informação é organizar os conteúdos que serão disponibilizados num ambiente digital (que podem ser websites, intranets, softwares, lojas eletrônicas, entre outros). O arquiteto de informação cria estruturas informacionais em camadas e planeja os caminhos de navegação dentro destes ambientes. Para Rosenfeld e Morville (1998) são sete as funções principais de todo o trabalho do arquiteto da informação, sendo: organizar, navegar, nomear, buscar, pesquisar, desenhar e mapear informações de e para ambientes digitais.

### 3. Sistemas de Organização da Informação: esquemas e estruturas de organização

Os três componentes de uma base eficaz para desenvolvimento de Arquitetura de Informação de um ambiente digital são: Usuários, conteúdo e contexto (ROSENFELD; MORVILLE, 1998). Para esses autores, estes três componentes se realizam em camadas de informação, estruturadas por quatro sistemas interdependentes, compostos de regras e aplicações próprias, a saber:

- Sistemas de Organização;
- Sistema de Navegação;
- Sistema de Rotulação;
- Sistema de Busca.

Estes sistemas relacionados em camadas fornecem uma padronização para que as informações disponíveis permaneçam acessíveis e visíveis. Os autores estabelecem os Esquemas e Estruturas de Organização como regras que representam os itens específicos em um website, permitindo ao usuário identificar facilmente como estão organizadas as informações.

Para os autores, os Sistemas de Organização fornecem uma padronização para que as informações disponíveis permaneçam acessíveis e visíveis. Por meio da Organização, se definem as camadas que serão combinadas na navegação, rotulagem e busca.

O Sistema de Navegação é a forma de interação do usuário com o ambiente e com o conteúdo informacional disponível, ou seja, é a aplicação do sistema de organização definido anteriormente. Um sistema de navegação bem definido e organizado, permite ir de um ponto ao outro pelo caminho desejado ou pelo menor caminho possível, possibilitando um melhor aproveitamento do tempo de uso ou de acesso. Pode ser dividido em: navegação embutida, navegação auxiliar e navegação suplementar.

Os autores consideram o Sistema de Rotulação como a forma de comunicar o conceito eficientemente, ou seja, comunicar o significado sem ocupar muito espaço na página e sem demandar muito esforço cognitivo do usuário para sua compreensão. A Rotulação é, assim, a representação ou identificação de um determinado conteúdo, com o objetivo de promover um acesso rápido e eficiente. Os rótulos são geralmente encontrados nos menus, barras de navegação, botões e textos de instrução que precisam ser clicados. Um sistema de rotulação eficiente é criado a partir do contexto em que aquelas informações serão úteis, e o público a quem se destinam.

Rosenfeld e Morville (1998) ainda falam do Sistema de Busca, que permite a localização e o acesso direto às informações armazenadas no ambiente, sem a necessidade de usar *links* para navegação. Os *links* são a resposta para a pergunta realizada pelo usuário ao sistema. Para tanto, este processo de recuperação só é possível com a representação descritiva e temática adequada dos conteúdos.

Deve-se, também, observar a forma como os usuários potenciais desse ambiente realizam essas buscas, de maneira direta ou avançada, e seus diferentes tipos de necessidades

informacionais, identificando, discriminando e visando a suprir essas possíveis variantes. São as relações usuário-necessidade-sistema que ditam o desenvolvimento de um sistema de busca simplificado ou avançado.

Por isso, para definir estes sistemas num planejamento, algumas etapas do processo de definição de AI incluem a pesquisa e mapeamento para entendimento do problema (por meio de técnicas de observação direta, *briefing*, entrevistas, mapeamento de conteúdo). A partir disso, se desenvolve a estratégia e o conceito de AI que já incorpora fundamentos de uX. Conseqüentemente se cria o projeto de AI com a definição do conceito e da estratégia através dos produtos da AI, tais como mapas, perfis de metadados, *wireframes* e protótipos navegáveis.

#### **4. A Experiência do usuário (uX)**

Não se pode projetar a experiência do usuário, mas é possível visualizar como ela pode acontecer. Por exemplo, se o consumidor não encontrar o livro que procura, ele não pode obter a publicação. Geralmente quando usuários não encontram algo que querem em um site, eles acreditam que esta biblioteca não tem a publicação desejada. Portanto esta não pode ser uma boa experiência. Torna-se, portanto, um desafio melhorar a encontrabilidade por meio da padronização de recursos que possibilitam a experiência do usuário e também por meio das técnicas de taxonomia.

A avaliação ou testes com usuário é uma tônica da uX e, para a arquitetura da informação, pode-se aplicar uma avaliação de interface, colocando-se no papel do consumidor e testando a usabilidade, o desejo e a utilidade. Uma mentalidade centrada no usuário é necessária para o sucesso de qualquer sistema interativo.

Para produzir efeitos coesos, previsíveis e desejáveis a uX testa interfaces e tarefas em pessoa específica, ou cria *personas*<sup>1</sup> digitais, ou seja, arquétipos compostos de hábitos do público-alvo e suas características. Tal esforço busca atender as próprias metas além de garantir a satisfação do usuário, bem como adequar os objetivos da organização no ambiente digital.

#### **5. As Bibliotecas digitais no entorno de um serviço de informação**

Alguns conceitos de bibliotecas eletrônicas e digitais foram sendo criadas ao longo do tempos. Hoje o conceito Biblioteca Digital abarca as iniciativas de disposição de coleções estruturadas em rede e ambientes digitais, num conceito muito parecido com o de Bush (1945) ao falar de seu MEMEX como um dispositivo em que o indivíduo armazenará seus livros, seus jornais, registros, suas anotações, suas comunicações, que será mecanizado de modo a poder ser consultado com extrema velocidade e flexibilidade. Mesmo sendo

---

<sup>1</sup> *Personas* são personagens fictícias de produtos e serviços que representam as necessidades de um grupo maior de usuários. Devem ser criadas com base em dados reais e atuam, nos projetos de uX, como representantes dos usuários reais ajudando a equipe a tomar decisões sobre funcionalidades e *design*.

idealizado no período da guerra mundial, os conceitos de Bush só se viabilizaram com a tecnologia digital e seus conceitos mais comuns ainda causam confusão: o que de fato são Biblioteca Virtual, Biblioteca Híbrida, Repositórios Digitais e Agregadores de Conteúdos?

A Biblioteca Virtual só existe com a inexistência física de uma biblioteca, mas com a disponibilização em linha de obras digitais. Assim, virtualmente se cria e se disponibiliza coleções. Já a Biblioteca Híbrida traz a disponibilização de conteúdos digitais e analógicos para serviços acadêmicos e técnicos. Enquanto que os Repositórios são plataformas de objetos digitais organizados de uma instituição ou área temática.

Os Agregadores de Conteúdos são ambientes digitais que facilitam a pesquisa e o acesso à informação e organizam informações diluídas na rede mundial de computadores. Além disso, consomem metadados fornecidos por outras instituições (rede cooperativa para colheita de dados), sendo esta uma prática da *Web 3.0*.

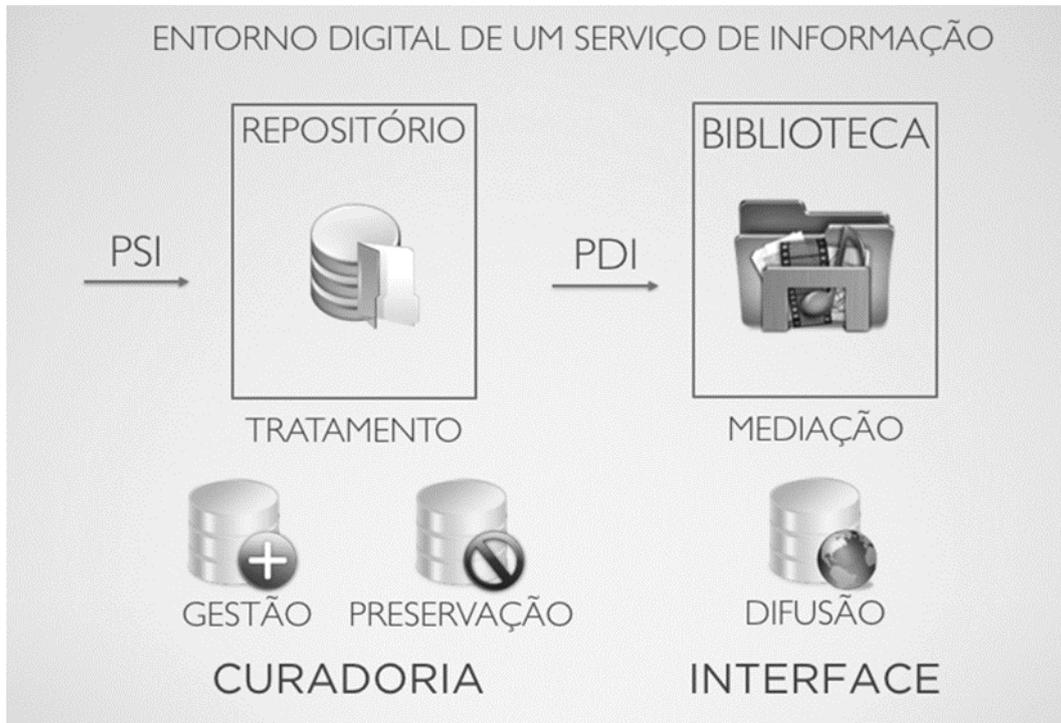
A Biblioteca Digital que aqui tratamos é um serviço de informação capaz de processar e oferecer conteúdos informacionais natodigitais ou digitalizados, organizados e estruturados utilizando tecnologias para acesso, por meio de interfaces de ambientes digitais e para recuperação da informação, por meio dos mecanismos de busca.

Para compreender a biblioteca digital é necessário abordar o seu entorno digital (ilustrado na imagem 1), viabilizado por um serviço de informação. Este entorno é formado pelo conjunto de serviços de Repositório e de Biblioteca. No repositório é realizado o tratamento da informação o seu processo de gestão, ou seja, a organização da informação e objetos digitais (onde é criado o conjunto de metadados que estará vinculado a um objeto digital). No repositório é realizada também a preservação do objeto informacional, aplicando-se o devido plano de preservação. Podemos ainda afirmar que estes são serviços típicos de curadoria digital.

Já o ambiente da Biblioteca Digital tem um aspecto de mediação, oferecendo a interface com usuário e os métodos para difusão de coleções e objetos informacionais. Compõem ainda este ecossistema os pacotes informacionais (PSI – Pacote de Submissão de Informação e PDI – Pacote de Difusão de Informações, além dos Pacotes de Arquivamento de Informações). O modelo de pacotes de arquivamento, ou *BagIt*, que são considerados, ao entrarem no sistema de custódia permanente, pacotes de submissão.

Estes pacotes de submissão seguem o modelo estabelecido pela biblioteconomia, e difundido pela biblioteca do Congresso norte-americano. Um "pacote" consiste em uma "carga útil" e "tags", que são arquivos de metadados destinados a documentar o armazenamento e a transferência do pacote. Este é o modelo preconizado pelo sistema OAIS (*Open Archival Information System*).

Fig. 1: O entorno digital de um serviço de informação



Fonte: o autor, com base em levantamento empírico para esta pesquisa

Dessa forma, as interfaces de Bibliotecas Digitais combinam em camadas diferenciadas as informações de fontes externas (consumindo pacotes de difusão), principalmente se tiver o serviço de agregador de conteúdo (ou *harvesting*, que coleta metadados da rede), os representantes digitais de suas coleções próprias e documentos autênticos de seus repositórios (derivativas de objetos informacionais disponibilizados para acesso e difusão). Nessa interface de mediação também haverá informação sobre coleções abertas e informação arquivística externa capturada por meio de protocolos de interoperabilidade.

As Bibliotecas Digitais ainda comportam os catálogos públicos *online*, por meio de OPAC (Online Public Access Catalog), que são consideradas as Interfaces voltadas para atender ao usuário *online*. Ela traz informações sobre publicações que pode ser pesquisadas tanto *online* como em determinados locais. Cabe destacar ainda que essas interfaces de mediação trazem aspectos de inteligência, de informação social, utilizando-se de recursos participativos para gerar conteúdos colaborativos.

## 6. Derradeiras considerações

Um item importante para a Arquitetura de Informação de ambientes digitais é lembrar que a *World Wide Web* é um sistema baseado em navegação por âncoras, onde milhares de *hyperlinks* guiam os usuários em busca da informação. Essas âncoras (ou zonas de salto) são a função mais básica da Internet e um de seus princípios. Configura-se que o acesso as informações não é linear, mas sim interativo. Esses *links* são combinados de formas diferentes nos sistemas de organização e nos Esquemas e Estruturas de Organização.

A Arquitetura da Informação projetada de forma eficiente agiliza a conclusão de tarefas executadas pelos usuários na busca pelo conteúdo, levando em conta a navegação do usuário. Como afirma Nielsen (2000:15), o objetivo da AI deve ser estruturar o site “para espelhar as tarefas dos usuários e suas visões do espaço de informação”.

Ao planejarmos a arquitetura de informação para a elaboração de um ambiente digital são definidos também os itens como a estrutura informacional e o ciclo de vida de objetos digitais, aplicado a cada núcleo informacional. Outras funcionalidades surgem no processo de roteirização (processo após a arquitetura, onde se desenvolve o conteúdo inicial do portal) e dependem da tecnologia em que está montada (linguagem, conteúdo dinâmico, banco de dados, *html*, etc.) e o nível de parametrização dos dados.

Outro destacado autor da área é Nilsen (1999) que criou a chamada “Lei da Experiência dos Usuários na Web”, onde são definidas as regras básicas de funcionalidades vistas com repetição em sites eficientes. Muitas destas funcionalidades e estruturas (mensuradas pelas heurísticas de Nielsen) devem ser levadas em consideração no processo de arquitetura e de organização das informações, e no desenvolvimento dos conteúdos e das interfaces dos ambientes digitais.

É necessário garantir a usabilidade e a encontrabilidade das informações. Além disso, a participação do usuário na organização da informação e na classificação é cada vez mais uma realidade para projetos de arquivos digitais. Para a encontrabilidade um bom mecanismo de busca com a padronização de metadados e de política editorial definindo os metadados do objeto informacional, além da classificação aplicada.

As bibliotecas digitais possuem uma interface que possibilita a combinação de diferentes camadas informacionais, mesclando conhecimento especializado com informação orgânica e arquivística, com catálogos e serviços dos OPAC, além de informações comerciais e de inteligência. Nestas interfaces é possível folhear publicações, buscar informações e objetos informacionais, oferecer conhecimento e conteúdo especializado oferecendo espaço para a participação do usuário na construção deste ambiente.

### **Referências bibliográficas**

**ARAÚJO, V. M. R. H.**

1995 Sistemas de informação: nova abordagem teórico-conceitual. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 24:1 (1995). [Consult. 19 maio 2017]. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/610>.

**BUSH, Vannevar**

1945 As we may think. *Atlantic Monthly*. [Em linha]. 176:1 (jul. 1945) 101-108. [Consult. 22 jun. 2017]. Disponível em [http://worrydream.com/refs/Bush%20-%20As%20We%20May%20Think%20\(Life%20Magazine%209-10-1945\).pdf](http://worrydream.com/refs/Bush%20-%20As%20We%20May%20Think%20(Life%20Magazine%209-10-1945).pdf).

**CAMARGO, L. S. A.; VIDOTTI, S. A. B. G.**

2006 Arquitetura da informação para biblioteca digital personalizável. *Encontros Bibli: Revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. [Em linha]. 11:nº esp. (2006) 103-118. [Consult. 18 maio 2017]. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2006v11nesp1p103>.

**CHOO, C. W.**

2003 *A Organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar conhecimento, construir conhecimento e tomar decisões*. São Paulo : SENAC, 2003.

**LUZ, C.**

2017 A Interoperabilidade na preservação da informação arquivística: os metadados e a descrição. *Informação Arquivística*. [Em linha]. 5 (jun. 2017). [Consult. 24 jun. 2017]. Disponível em:  
<http://www.aerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/139>.

**MONTEIRO, F.**

2010 Organização da informação: proposta de elementos de arquitetura da informação para repositórios digitais institucionais, baseados na descrição física e temática. In: ROBRÉDO, J.; BRÄSCHER, M., org. – *Passeios no bosque da informação: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento*. [Em linha]. Brasília, DF : IBICT, 2010. [Consult. 15 maio 2017]. Disponível em:  
<http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/36/1/eroic.pdf>.

**NIELSEN, J.**

2000 *Designing web usability: the practice of simplicity*. 2<sup>nd</sup> ed. Indianapolis : New Riders Publishing, 2000.

**NIELSEN, J.**

1999. *Do Interface standards stifle design creativity?* [Em linha]. [Consult. 17 maio 2017]. Disponível em: <http://www.useit.com/alertbox/990822.html>.

**ROSENFELD, L.; MORVILLE, P.**

1998 *Information architecture for the World Wide Web*. Beijing : O'Reilly, 1998.

**WURMAN, R. S.**

1997 *Information architects*. Zurich : Gingko Press, 1997.

Charley dos Santos Luz | [charlleyluz@gmail.com](mailto:charlleyluz@gmail.com)

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Brasil

**Resumo:** No Brasil, as bibliotecas universitárias são maioria dentre todos os tipos. Uma forma de aproximar-se ao público é adaptar-se às ferramentas da *web 2.0*, considerada a segunda geração e caracterizada por participação e compartilhamento ativos dos interagentes. O Twitter é uma mídia social inserida nessa geração e é o foco deste artigo. Duas entrevistas foram feitas com bibliotecários-chefes de duas grandes universidades do Recife, a Católica de Pernambuco e a Federal Rural de Pernambuco. Foram analisados os serviços oferecidos, os posicionamentos dos bibliotecários diante da geração atual, o uso do Twitter e as mudanças no relacionamento bibliotecário/interagente. A pesquisa concluiu que é positiva a utilização do Twitter nas bibliotecas universitárias, indica a sua utilização pela Biblioteca Central da Federal Rural de Pernambuco e indica a necessidade de sensibilização e estímulo sobre a temática junto aos bibliotecários que atuam em bibliotecas universitárias públicas e privadas.

**Palavras-chave:** Biblioteca; Mídia Social; Twitter; Universidade

**Abstract:** In Brazil, university libraries are the majority of all types. One way to get closer to the public is to adapt to the tools of *web 2.0*, considered the second generation and characterized by active participation and sharing of interagents. Twitter is a social media inserted in this generation and is the focus of this article. Two interviews were made with chief librarians of two major universities in Recife, the Católica of Pernambuco and the Federal Rural of Pernambuco. We analyzed the services offered, the positions of the librarians in front of the current generation, the use of Twitter and the changes in the relationship librarian/interagent. The research concluded that the use of Twitter in university libraries is positive, indicates its use by the Central Library of the Federal Rural University of Pernambuco and indicates the need for awareness and stimulation on the subject with librarians working in public and private university libraries.

**Keywords:** Library; Social media; Twitter; University

## 1. Introdução

A Biblioteca Universitária (BU) tem um papel relevante naquilo que diz respeito à formação do estudante universitário. É um espaço de suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Ela deve atender as necessidades desses usuários que estão constantemente em busca de novos materiais para suas atividades.

No entanto, a concepção das funções ou papéis de uma biblioteca universitária pode ser conduzida ao debate pelo surgimento da denominada *web 2.0*, que, por sua vez, acarretou o que alguns chamam de Biblioteca 2.0. Conforme Salcedo (2013:215) “muitas são as novas plataformas digitais de comunicação e informação que possibilitam conectividade e interatividade, além de permitirem a exploração de desconhecidos processos de inovação, criatividade e experiência”. Esta transforma, de fato, a relação e o comportamento entre usuários e bibliotecários. Assim, um dos produtos ou serviços que surgem com a *web 2.0* é a mídia social. Local virtual em que o usuário tem voz ativa, participa, colabora, opina, produz informação.

Nesse sentido, é importante que as bibliotecas, ao fazerem uso das mídias sociais, entendam o quão valiosa é essa nova forma de comportamento dos usuários. Elas são uma nova forma dos bibliotecários lidarem melhor com tantas informações e saber repassá-las para o seu público. Um exemplo de mídia social é o Twitter, criado em 2006, e que será o foco de estudo desta pesquisa. Logo, surgiu uma pergunta: com tamanha proporção e usuários, como essa mídia é utilizada pelas bibliotecas universitárias e como transformam a relação entre a biblioteca e seus usuários?

Assim, o trabalho tem como objetivo comparar os serviços da biblioteca da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) com os da biblioteca da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), levando em consideração o uso e o não uso do Twitter, respectivamente. Ainda, analisar como o Twitter atrai o público alvo no que se refere aos serviços prestados pelas e nas bibliotecas universitárias, como o profissional bibliotecário se posiciona diante desta nova ferramenta midiática, além de selecionar e avaliar os serviços das bibliotecas universitárias pesquisadas.

O trabalho consiste em uma revisão de literatura, tanto sobre as bibliotecas universitárias e os serviços oferecidos, quanto sobre a *web 2.0* e as mídias sociais, com o foco voltado para o Twitter. Após essa discussão teórica, as duas bibliotecas universitárias serão apresentadas: Biblioteca da UNICAP e Biblioteca da UFRPE. Obtivemos o resultado, através da BC da UNICAP, do quão válido pode ser o uso do Twitter nas bibliotecas, e propomos o início do uso dessa ferramenta para a BC da UFRPE, e todas as outras bibliotecas que ainda não usufruem dessa mídia. Esse trabalho foi feito por meio de entrevistas junto às responsáveis pelas bibliotecas mencionadas.

## **2. Bibliotecas universitárias**

Há inúmeras universidades no Brasil, porém, existem profundas distinções entre as Instituições de Ensino Superior (IES), não apenas no sentido de sua denominação (Faculdade ou Universidade) e de seu papel social, mas, também, por aquilo que Milanesi (2002, p. 65) cita como sendo um sinal de diferenciação, a saber: “a qualidade do acervo e serviços de informação colocados à disposição dos usuários” (discentes, docentes, técnicos e comunidades no entorno da instituição), através das bibliotecas.

Assim, também, sugerem Aguiar e Silva (2010:5), ao relacionarem a biblioteca universitária, com a universidade e o desenvolvimento da sociedade:

*no contexto da academia, é papel primordial da BU oferecer o suporte ao ensino, à pesquisa e à extensão. Sendo a pesquisa científica fundamental para o desenvolvimento de um país, a universidade e a biblioteca tornam-se peças-chave nesse processo.*

Portanto, é visível a importância da existência de bibliotecas em toda e qualquer universidade. A BU se posiciona entre o usuário e a produção do conhecimento, ela é o suporte para qualquer pesquisa e estudo realizados no ambiente acadêmico. A BU também é um local de apoio a pesquisadores, por isso não deve apenas se limitar às bibliografias básicas, o acervo deve ser o mais variado possível. A BU também deve ser um local para a promoção de eventos culturais, assim atrairia aqueles que não costumam frequentar esse tipo de ambiente, pessoas ficariam curiosas e iriam se questionar, pois muitos enxergam a

biblioteca como um ambiente apenas para estudos em silêncio. Todos ligados a essa instituição possuem o direito de usufruir desse apoio. É papel fundamental da BU auxiliar os usuários com relação às suas necessidades informacionais da forma mais eficaz e eficiente possível.

As tecnologias estão em constante avanço, e as bibliotecas precisam acompanhar esse processo evolutivo. Cunha (2000:75) diz que “em 2010, quase a totalidade, se não a totalidade das bibliotecas universitárias brasileiras, estará automatizada, e muitas delas serão bibliotecas totalmente digitais”. Nos dias de hoje é difícil encontrar bibliotecas universitárias que não possuam um sistema automatizado, e muitas delas existem, também, em formato eletrônico. Além disso, é consenso entre os profissionais da área a relevância do formato eletrônico das bibliotecas universitárias.

Assim como é necessária a atualização de seu acervo, também são necessários diferentes tipos de materiais e inovação em seu atendimento. Para que tudo isso aconteça, é essencial a mudança na forma de pensar dos profissionais da informação, no sentido de buscarem uma atualização constante, tanto em sua capacitação, quanto nos serviços prestados pela BU. Racionalidade no trabalho, aumento de produção, melhor controle e maior facilidade para armazenar e disseminar a informação são as grandes vantagens que as novas tecnologias da informação oferecem para a sociedade (MIGUEL; AMARAL, 2004).

É indiscutível o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no mundo atual, mudanças ocorrem diariamente em toda a sociedade. Novos hábitos são criados entre os indivíduos, nas ruas, nas escolas, e também no trabalho. Há uma nova forma de comunicação nesta chamada “Sociedade da Informação”. Morigi e Pavan (2004:121) apontam que “as conjecturas sobre o futuro alertam que, cada vez mais, serão utilizadas as tecnologias de informação e comunicação em todas as áreas da vida social. Nas bibliotecas e centros de informação, não será diferente,” incluindo, também, as bibliotecas universitárias.

A BU abrange diversas atividades e serviços, assim cabe ao bibliotecário saber lidar com todas essas ferramentas e saber promovê-las para que o resultado seja obtido com êxito. Diante das novas tecnologias, esses profissionais precisam estar capacitados para utilizá-las em favor dos vários serviços que a biblioteca oferece. Por fim, Davenport e Prusak (1998) confirmam que as bibliotecas universitárias devem investir em projetos, por meio da utilização das TIC, no sentido de oferecer serviços que difundam, organizem e tratem a informação em tempo real para o seu público alvo. É sobre esses serviços que trata a seção a seguir.

### ***2. Serviços de bibliotecas***

Grande parte dos estudantes se envolve com atividades diversas, que muitas vezes, inclusive, não dizem respeito às universidades. Por isso, eles tentam apreciar ao máximo o tempo em que se encontram no ambiente acadêmico. O estudante universitário está cada vez mais exigente em relação ao atendimento, e a qualquer outro serviço que a universidade e todos os seus setores, incluindo a biblioteca, oferecem a ele.

A biblioteca tem o papel de socializar o conhecimento. Não adianta serem encontrados ricos materiais nesse local, se eles não são difundidos, e utilizados por quem precisa. É um espaço

que deve gerar a comunicação, e promover a cooperação de conhecimentos entre as pessoas envolvidas. Mas para essa concretização, um bom profissional deve estar presente neste ambiente. E ele deve possuir um pensamento democrático.

Assim, Lancaster (2004:1) afirma:

pode-se considerar o funcionamento da biblioteca como se fosse essencialmente um casamento entre os recursos informacionais e o pessoal: o sistema consiste principalmente em recursos informacionais e pessoas treinadas na utilização desses recursos para benefício dos usuários.

O profissional é a ponte que leva a informação ao usuário. Por isso ele deve saber interagir com esses novos recursos, deve dominar as novas tecnologias. Precisa saber pesquisar, tratar, e, principalmente, saber disseminar a informação. É preciso focar no instrumento principal que dá vida à biblioteca, o usuário. E para isso, é necessário um aperfeiçoamento na qualidade dos serviços dessas bibliotecas. Diversos são esses serviços:

- *Empréstimos domiciliários*: são empréstimos de livros ou qualquer outro material que a biblioteca possui. O usuário ficará com o material durante um tempo determinado de acordo com a biblioteca referida.
- *Renovações*: as renovações são feitas quando o usuário pretende passar mais tempo com o material, a renovação será permitida caso o material não possua nenhuma reserva.
- *Reservas de materiais*: se o usuário está interessando em certo material, mas este já se encontra emprestado, ele poderá fazer a reserva, e possuirá o direito de adquirir o material quando o mesmo for devolvido.
- *Serviços de referência*: o ideal é que cada biblioteca possua um bibliotecário de referência. O serviço de referência é o auxílio do profissional para com o usuário. É um processo que se dá início na busca da informação e se tem fim com os resultados obtidos.
- *Serviços de alerta*: são informações através de exposições e listas novas de aquisições feitas.

Serviços esses que podem ter o auxílio das tecnologias de informação e comunicação. Com a utilização dessas tecnologias, esses serviços podem ser simplificados. Antes de ir à biblioteca, o usuário pode consultar se o material que deseja se encontra disponível; se ele não tem condições de devolver esse material na data prevista, ele tem a opção de reservar esse material também sem comparecer ao ambiente da biblioteca. Se a biblioteca promove eventos, ela também poderá divulgar através desses novos meios tecnológicos, divulgará também a atualização de seu acervo; promoverá cursos; exposições; e qualquer outra atividade relacionada a esse ambiente, além de novidades diversas sobre leituras; novas tecnologias; e assuntos variados que interessam o público alvo. E uma das formas mais requeridas, é a implantação da tecnologia em amplos os sentidos, através, principalmente, da *web*.

“A plataforma *Web*, atualmente é considerada um dos suportes mais utilizados e crescentes que dinamiza, sociabiliza, e inova informações, ao usuário onde quer que esteja[...]”

(CARVALHO; LUCAS, 2005:2). O usuário se sente mais familiarizado a partir do momento em que são utilizados instrumentos que eles possuem apreço e intimidade. Nesse sentido, o profissional tem obrigação de se atualizar e saber qual a ferramenta mais utilizada no momento presente, de acordo com seus usuários.

Marcondes, Mendonça e Carvalho (2006:176) dizem que as bibliotecas começam a se transformar, e afirmam:

nota-se uma preocupação crescente em atender o usuário com o máximo de rapidez e eficiência, uma maior preocupação com o acesso à informação em detrimento da posse do documento, minimizando-se as limitações de tempo e espaço na busca da informação.

Por isso é tão importante a expansão da referência digital, que é o trabalho de referência praticado no espaço virtual. É ideal que o bibliotecário de referência goste de fazer suas atividades para tudo ser definido conforme o esperado pelo usuário, e com o bibliotecário de referência virtual não é diferente. A grande maioria das universidades brasileiras possui um site (página na Internet), e muitas apresentam uma página exclusiva da biblioteca, contendo informações sobre a mesma, e páginas dos próprios usuários, onde eles podem fazer renovações, reservas, etc.

Mas a ideia é estender esse laço entre profissional e usuário, por isso esses sites poderiam conter links que remetem aos recursos da *web* que interessam a esses usuários. Grande parte das mídias sociais são esses recursos, são onde se apresentam muitos desses alunos diariamente, e por isso é tão importante a integração do profissional bibliotecário e da biblioteca com essas mídias sociais.

#### 4. Web 2.0

“Teia do tamanho do mundo” é a tradução para World Wide Web (WWW), expressão criada por Tim Bernes-Lee, por volta de 1980. Web 1.0 é a denominação desta fase, que durou até o início do século XXI. Web estática; taxonomia (termos relacionados organizados por um profissional), além da ausência da participação dos usuários nas publicações são as características mais marcantes dessa primeira fase da WWW. Porém, as novas tecnologias cada vez mais transformam a maneira das pessoas utilizarem a Web. Por meio do constante desenvolvimento, um novo tipo de *web* foi definido. Como consequência de uma evolução, este novo modelo é denominado *web 2.0*.

O termo *web 2.0* foi citado pela primeira vez em uma conferência feita por Tim O’Reilly, no ano de 2004. Desde então, vários estudiosos e pesquisadores buscam um conceito específico, outros dizem que não existe a necessidade de uso desse termo, que grandes empresas usam apenas por marketing. Entretanto, a *web 2.0* parece sim existir, e o seu potencial diz respeito tanto às transformações comportamentais sofridas pelos usuários da Web, quanto às tecnologias, propriamente ditas.

O’Reilly (2005:12) diz que “uma das lições chave da era *web 2.0* é essa: usuários adicionam valor”. Participação, colaboração e compartilhamento são as três palavras que melhor definem a *web 2.0*. Os usuários deixam de ser apenas espectadores ou consumidores, eles

são a própria informação. Eles a elaboram e compartilham com quem quer que seja em qualquer lugar do mundo.

A *web 2.0* é a consequência da ativa participação dos usuários nas novas ferramentas tecnológicas que se encontram na rede mundial de computadores. E esse fator advém de mudanças socioculturais do mundo contemporâneo. A conexão entre cultura, sociabilidade e novas tecnologias denomina-se cibercultura, e essa segunda geração da *web* faz parte desse meio, dessa transformação. McLuhan (*apud* LEMOS, 2002) estabelece dois termos de interatividade, os *media* quentes e frios.

Os *media* quentes são os meios de expressão que quase nunca, ou nunca, possuem interação do espectador. Os *media* frios, ao contrário, permitem essa interação. Lemos (2002:77) afirma que “[...] as tecnologias de cibercultura são *media* frios, interativos e retribalizantes”. Ou seja, a *web 2.0*, que faz parte da cultura cibernética, é um fator *media* frio, que requer interação e permite as colaborações dos usuários (antigos espectadores ou sujeito passivos). Os usuários frequentam aquele espaço na rede, então talvez sejam os mais apropriados para a realização de mudanças nesse ambiente, por conhecerem melhor e por serem os principais interessados. Eles são o alvo de todo o processo de construção e absorção da informação nesta nova geração da WWW.

A partir da *web 2.0*, vários outros termos foram criados, todos com a inteligência coletiva em comum. A biblioteca, enquanto instituição que utiliza essas tecnologias de informação e comunicação, também sofreu transformações. Assim, a expressão Biblioteca 2.0 foi usada pela primeira vez em outubro de 2005 por Michael Casey, em seu blog *Library Crunch* (VÁZQUEZ; VEGA, 2007). A Biblioteca 2.0 é mais tecnológica, traz para o ambiente da biblioteca as ferramentas da *web 2.0* e proporciona maior interação entre usuários e bibliotecários, usuários e usuários, ou até mesmo entre bibliotecários e bibliotecários.

*Biblioteca 2.0 é completamente centrada no usuário e gerenciada pelo usuário. Ela é um mashup de serviços tradicionais de bibliotecas e serviços inovadores Web 2.0. Ela é uma biblioteca para o século XXI, rica em conteúdo, interatividade e atividade social (MANESS, 2006:7).*

Os usuários podem participar de diversas maneiras nestes novos recursos que a Web proporciona, através de chats, vídeos, blogs, e principalmente das mídias sociais (que abrangem todos esses recursos anteriores). “La Web 2.0 abre nuevas posibilidades de comunicación e información para la propia actividad bibliotecaria, para la comunicación profesional y para la prestación de los servicios a los usuarios” (VÁZQUEZ; VEGA, 2007:8). É inegável o crescimento do uso da Internet, espaço em que a troca de informações é de muitos para muitos.

Nesse sentido, a biblioteca pode ter um papel fundamental na questão da inovação e do estabelecimento de padrões de comunicação, interação e articulação entre a informação e os usuários, entre os usuários e as tecnologias. Bibliotecários e usuários precisam estar cientes dos avanços tecnológicos e, sobretudo, garantir que as suas necessidades informacionais sejam alcançadas, por meio das mídias sociais.

### 5. Mídias sociais e bibliotecas

O termo “Mídia Social” origina-se do inglês “Social Media”. As mídias sociais abrangem vários elementos que se encontram no meio eletrônico. É a comunicação revolucionada do século XXI. Pessoas compartilham informações e gostos através de imagens, sons, vídeos e textos. Todos podem ter um espaço nesse meio, pois ele é gratuito, basta ter acesso à Internet.

A comunicação era feita de uma pessoa para várias. Hoje, com estas novas ferramentas, qualquer um pode ser o mediador entre a informação e seus receptores, e é justamente o que caracteriza a *web 2.0*. Conforme pesquisa do IBOPE (2010), 67% dos internautas brasileiros acessam as redes sociais, com destaque para os jovens de 20 a 24 anos. E mais de um terço desses internautas, acessam as redes mais de uma vez ao dia.

Wagner Fontoura conceitua as Mídias Sociais, em seu blog *Boombust*, como “tecnologias e práticas on-line usadas por pessoas (isso inclui as empresas) para disseminar conteúdo, provocando o compartilhamento de opiniões, ideias, experiências e perspectivas”. Já é comprovado que o grande público se encontra nesse ciberespaço, e muitas pessoas, sejam elas físicas ou jurídicas já buscam se aproveitar das oportunidades oferecidas por essas mídias.

Dupas (2000:13) diz que “no cotidiano da pós-modernidade, a máquina é substituída pela informação e o contato entre pessoas passa a ser mediado pela tela eletrônica”. Por isso a grande importância da presença das empresas nessas mídias, pois lá se encontram seus clientes. A comunicação é importante, o cliente se sente especial com a atenção a ele dada. Por conseguinte, o grande sucesso das empresas talvez se deva a esse fator, o uso (bem feito) das Mídias Sociais.

Por sua vez, Barros (2011, informação eletrônica) sugeriu no curso “Redes Sociais em Bibliotecas”, que:

se os hábitos dos usuários mudaram, as bibliotecas devem acompanhar essas mudanças. Se os usuários estão utilizando estas ferramentas, vamos tentar entendê-las e pensar em formas de oferecer serviços e produtos com base nessas novas tecnologias.

É preciso, em primeiro lugar, ter uma estratégia de ação. Sousa e Azevedo (2010:10) afirmam que o ideal “[...] não é só desenvolver, mas desenvolver estrategicamente pensando na interação”, ou seja, os profissionais que ficarem responsáveis pela criação dessas páginas precisam primeiramente fazer um estudo sobre seus usuários, tentar descobrir qual o maior interesse dos mesmos por estar naquele local, procurar saber qual o horário em que eles mais acessam as redes, em quais mídias eles mais se encontram, quais os produtos/serviços das bibliotecas que eles mais gostariam de ver presentes nesse espaço virtual. Depois desse processo, a implantação seria feita. Pois não adianta a criação de uma página virtual, sem um planejamento previamente elaborado pelo próprio profissional.

Aguiar e Silva (2010:2) asseveram que as bibliotecas universitárias

[...] agora usufruem da oportunidade de, novamente, oferecerem, por meio das plataformas tecnológicas presentes na geração *Web 2.0*, formas novas de

tratamento, organização, disseminação e recuperação de informações; de interação com o usuário.

A evolução ocorre em todos os setores da sociedade, e com a biblioteca não pode ser diferente. Os bibliotecários que já desfrutam dessas ferramentas tecnológicas, precisam estar em constante atualização. Os que ainda não utilizam esses meios precisam buscar um efetivo treinamento e adaptação, em favor dos usuários, da instituição que trabalham, e em seu próprio favor.

## 6. Twitter

Ferramenta criada em 2006 pelos americanos Evan Williams, Jack Dorsey e Biz Stone, o Twitter atingiu seu ápice em 2009, quando seu número de usuários dobrou. Em setembro de 2010 atingiu a marca de 175 milhões de twitteiros (assim chamados os usuários do Twitter). Chegando a mais de 300 milhões de contas no mundo inteiro em 2011, sendo o Brasil o país que apresenta o maior número de usuários, dentre os países que não tem como língua oficial o inglês (ALVES, 2011:99).

Rufino (2009:11) afirma que o Twitter é “um micro-blogging, ou seja, um blog limitado, que permite a publicação de apenas 140 caracteres. É uma proposta de trocar informações e noticiar o que acontece em poucas palavras.” Sua proposta inicial, no entanto, era de apenas conter informações pessoais, respondidas pela pergunta: o que você está fazendo?

Além da troca de informações entre seguidos (pessoas sobre quais os usuários resolvem obter informações) e seguidores (pessoas que resolvem obter informações sobre determinados usuários), o Twitter proporciona a rápida propagação de uma notícia através de um *retweet*, quando um usuário cita a informação recebida, dando os devidos créditos à fonte original.

Isso ocorre quando o usuário acredita no valor de tal informação e resolve repassar para seus seguidores, que passarão para seus respectivos seguidores, e assim sucessivamente. O *retweet* ou retuíte (forma aportuguesada) acontece de forma manual, o usuário copia e cola a notícia, colocando antes o símbolo RT de *retweet* e o *username* (usuário) que deu origem a tal informação. Ou de maneira automática, basta clicar na palavra “*Retweet*”, e aquela informação aparecerá na página dos seguidores da pessoa que resolveu estender tal informação.

O Twitter também apresenta os *Trending Topics*, os dez assuntos mais comentados na rede, de acordo com a cidade ou país escolhido. Por meio do ícone (#), os usuários podem criar *hashtags*, que são as palavras-chave, classificando assim alguns *posts* de acordo com determinado assunto. Além de poder criar listas de twitters em comum, facilitando o momento da busca da informação desejada. Também há um espaço para o armazenamento das postagens que mais chamaram a atenção do usuário, denominado “favoritos”. Os usuários podem conversar via *reply*, que é mensagem pública. Ou via *direct message* (mensagem direta), que é uma mensagem privada.

Um dos motivos que aproximam os usuários de mídias sociais ao Twitter é a flexibilidade de uso. Não só através de um computador ou de seu próprio *site* tem-se acesso, mas várias outras ferramentas oferecem seu uso, como assegura Rufino (2009:11):

neste serviço, os usuários podem publicar notícias e compartilhar informações através de celulares e de outros equipamentos e não apenas por meio do computador. As possibilidades de comunicação no Twitter são significativas e de grande contribuição para o processo de disseminação de informações.

Recuero e Zago (2009:9) tratam como Capital Social as informações que as mídias sociais proporcionam e como os usuários lidam e tiram vantagens delas. De acordo com uma pesquisa feita pelas autoras em relação ao Twitter, elas afirmam que

94,2% do total de respondentes afirmou que costuma clicar nos links que são divulgados por sua rede, indicando um alto nível de credibilidade e interesse nas informações, o que mostra seu valor para a rede social e seu impacto na reputação de quem as publica.

Diante de todos os dados expostos sobre essas novas tecnologias (leia-se mídias sociais), as empresas precisam se enquadrar nesta nova forma de se comunicar com seus clientes e fazer marketing. Nesse sentido, Huberman, Romero e Wu (2008:2, tradução nossa) comentam sobre essas mídias: “Empresas comerciais tentam explorá-las para fins de marketing, pois proporcionam um meio para propagar recomendações através de pessoas com interesses em comum”.

Bibliotecas no país inteiro também já utilizam essas mídias a fim de se aproximar de seus usuários. Porém, a grande maioria de usuários do Twitter não troca mensagens diretas, ou seja, não possui uma comunicação frequente. É preciso a conversação e troca de conhecimentos desses “amigos”. A interação é necessária, principalmente em páginas de empresas e bibliotecas, para que seus usuários sintam a confiança e sintam-se úteis diante de tanta informação.

### **7. Biblioteca Central da UNICAP**

A Biblioteca Central Padre Aloísio Mosca de Carvalho tem como objetivo proporcionar suporte informacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão da UNICAP. Teve sua origem em 1943, na primeira Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Manoel da Nóbrega. Em dezembro de 1983, depois de algumas transferências, foi, finalmente, iniciada a construção do prédio da biblioteca, com uma área de 5.699,09 m<sup>2</sup>. Tem um acervo de aproximadamente 295.320 exemplares de livros, entre outros tipos documentais como periódicos, vídeos, fitas cassetes, cd-roms, mapas, fotografias e material em Braille. Todo esse acervo é de livre acesso para a comunidade acadêmica da Universidade.

Com um total de 50 funcionários, sendo 14 bibliotecários, 28 auxiliares administrativos, 8 recepcionistas e 5 estagiários, a Biblioteca Central da UNICAP atende, em média, 400 mil consultas por ano ao acervo, realiza mais de 700 mil empréstimos domiciliários por ano, e tem uma frequência média de 3.500 leitores por dia. A UNICAP também possui uma Biblioteca Digital, um repositório de teses e dissertações, monografias de especialização e artigos das revistas produzidas na Universidade. E está integrada a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), que tem como objetivo disponibilizar na rede a produção acadêmica da Instituição. A Biblioteca Pe. Aloísio M. de Carvalho é aberta ao público em geral, todos

podem usufruir de seu acervo fazendo consultas no local. Em períodos de provas a biblioteca abre exclusivamente para os funcionários e estudantes da Instituição.

## **8. Biblioteca Central da UFRPE**

A Biblioteca Central da UFRPE foi criada em 1914 como “depósito de livros” dos Cursos das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária “São Bento”, localizados inicialmente em Olinda, Estado de Pernambuco. Posteriormente, com a transferência desses cursos para o bairro de Dois Irmãos (localização atual sede), o acervo foi transferido. À princípio, o acervo ocupava 229 m<sup>2</sup> do edifício central da Universidade. No ano de 1976 passou para 1026 m<sup>2</sup>, a partir da construção de um prédio próprio. Suas instalações físicas foram ampliadas em mais 2000 m<sup>2</sup>, a partir de 1980, com a construção de um anexo, composto por três pavimentos, passando então a ocupar área física de 3026 m<sup>2</sup>.

A partir de 1947 a Biblioteca foi denominada “Biblioteca da Universidade Rural de Pernambuco”, e após ser federalizada, em 1955, passou a se chamar “Biblioteca da Universidade Federal Rural de Pernambuco”, integrando, assim, o Sistema Federal de Ensino. Nesse mesmo ano, os trabalhos técnicos relacionados ao tratamento do acervo foram iniciados. A partir do Decreto nº 93 de 3/11/1975, a Biblioteca passou a se chamar Biblioteca Central da Universidade Federal Rural de Pernambuco, mas em 1978 passou a designar-se Biblioteca Professor Mário Coelho de Andrade Lima. Ela tem como missão “mediar a informação entre os que a produzem e os que a utilizam, de forma que o conhecimento gerado a partir dessa informação, venha a ser socializado, apropriado e reapropriado, gerando novos conhecimentos”. Possui 13 bibliotecários e uma média de 30 funcionários e seu funcionamento ocorre de segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 21h, e aos sábados das 8h às 12h.

## **9. Análise e comparação**

Diante de vários serviços e atividades, foram feitas entrevistas com as bibliotecárias Cristiane Alberto (UNICAP) sobre o uso do Twitter, tipos de divulgações feitas, mudanças ocorridas desde o início de seu uso, etc., e Lorena Teles (UFRPE) sobre o porquê da não utilização dessa ferramenta. As sessões a seguir ilustram as análises das duas entrevistas feitas e uma comparação entre as respectivas bibliotecas.

### **9.1. Análise da Biblioteca Central da UNICAP**

A Biblioteca Central da UNICAP realiza serviços de empréstimos de materiais, renovações, reservas e cobra multa em caso de atraso, assim como a maioria das bibliotecas existentes. Porém, um dos destaques é o tratamento igualitário entre todos os usuários. Alunos, seja de graduação ou pós-graduação, professores, funcionários a até mesmo o reitor da biblioteca possuem os mesmos direitos quanto a empréstimos, renovações, etc., e a multa é cobrada em caso de atraso do material referente.

Apesar desses serviços prestados, estes não são os assuntos abordados no Twitter. A biblioteca apresenta também a Seção de Referência, onde os usuários são orientados a fazer pesquisas, recebem informações gerais sobre a biblioteca, e são orientados quanto à

normalização de trabalhos acadêmicos. É necessária a geração da satisfação do usuário a partir do serviço de referência, sendo esse um dos papéis do Twitter da BC UNICAP.

Divulgações são feitas, e o Twitter da BC UNICAP serve para comunicar aos usuários os diversos acontecimentos pertinentes na BC e na universidade como um todo. Cristiane denomina o Twitter como um verdadeiro “mural eletrônico”, eventos e indicações de leituras são ali encontrados, além da divulgação de novas aquisições da biblioteca. Também são publicadas notas sobre produtos e serviços, às vezes remetendo (*link*) o usuário a outra página que contém maiores informações.

Apesar de não prestar tipos de serviços como “alertas de devolução”, a bibliotecária costuma tirar dúvidas e sanar dificuldades dos usuários, por exemplo, na hora de uma renovação, ou qualquer outra atividade feita pelos usuários através do *Pergamum* (sistema *online* de biblioteca), via *Direct Message* (DM). Além de esclarecer que está disponível para uma conversa pessoal com o usuário, caso este não esteja satisfeito com alguns fatores ou mudanças que ocorrem na biblioteca.

O Twitter é utilizado na biblioteca desde dezembro de 2009. A bibliotecária Cristiane faz questão de frisar as mudanças positivas ocorridas no relacionamento entre os bibliotecários e os usuários, o qual ficou evidente após a utilização do Twitter. Com o uso do *Pergamum*, desde 2003, alguns serviços via Internet já eram oferecidos aos usuários, porém sentia-se necessidade de uma maior interação a partir de uma linguagem menos formal.

O Blog foi criado e logo em seguida o Twitter, apresentando um maior retorno aos desejos dos usuários e bibliotecários. Hoje (22/10/17), o Twitter @bcUNICAP possui 584 seguidores, aumentando esse número a cada período de matrícula, por causa da divulgação feita aos novos alunos que ingressam na universidade. Além de Cristiane, mais dois bibliotecários são responsáveis pela atualização dessas ferramentas. Ela fez uma especialização em Gestão e Tecnologia da Informação, e a partir daí surgiu a ideia da utilização dessas ferramentas tecnológicas.

Ela afirma, ainda, que uma das atividades diárias da equipe da BC é a atualização dos conteúdos e, assim, a equipe tem a função de atualizar os seus “seguidores” sobre as novidades da universidade, da biblioteca e também da cena cultural pernambucana, assunto bastante abordado. Além de tentar manter sempre o contato com os usuários que requerem um pouco de atenção, seja para tirar uma dúvida, ou sugerir e criticar algo.

### **9.2. Análise da Biblioteca Central da UFRPE**

A Biblioteca Central da UFRPE possui um setor de referência onde oferece os serviços de consulta à coleção de referência, realiza também empréstimo de materiais com tempo determinado, que varia de acordo com o tipo de usuário (graduando, pós-graduando e funcionário). Oferece serviço de normalização de trabalhos acadêmicos de acordo com as normas da ABNT. A biblioteca também possui um setor de periódico, onde é oferecido acesso ao Portal de Periódicos da CAPES, oferece o serviço de comutação bibliográfica (COMUT) ao público em geral. Também se encontra um setor de apoio à pesquisa, onde são consultadas teses, dissertações e monografia. É também realizada no setor de processamento técnico a chamada catalogação na fonte (elaboração de fichas catalográficas de trabalhos científicos).

A Biblioteca Professor Mário Coelho de Andrade Lima presta vários serviços, porém, não faz uso de mídias sociais. Será que os serviços são bem divulgados? Será que os alunos estão a par de tudo o que ocorre naquele local? A bibliotecária entrevistada, Lorena Teles, diz que a universidade está presente nessas mídias, inclusive no Twitter, no entanto afirma que a biblioteca não possui essas páginas *online* por falta de recursos humanos. Ao todo são 13 bibliotecários empregados na BC da UFRPE, mas o trabalho é árduo e as prioridades são outras, sendo assim, falta profissional que dedique algumas horas do dia para essa atividade de divulgação e auxílio ao usuário daquela biblioteca.

A bibliotecária reconhece a eficiência dessas mídias sociais, declara que são ferramentas indispensáveis que auxiliam em serviços diversos, inclusive fortalece a relação com os usuários, e que um dia pretende utilizá-las. Até porque as divulgações de novas aquisições e eventos culturais são feitas em espaços da própria biblioteca, perdendo muitas vezes, assim, um grande público que não frequenta aquele espaço, mas que poderia começar a frequentá-lo após a divulgação de informações em um espaço que, de fato, a grande maioria se encontra, as mídias sociais.

### ***9.3. Análise comparativa entre a Biblioteca Central da UNICAP e da UFRPE***

A Biblioteca Central Padre Aloísio Mosca de Carvalho e a Biblioteca Professor Mário Coelho de Andrade Lima são bibliotecas que fazem parte de duas grandes universidades pernambucanas e atendem ao grande público. Sem a existência de bibliotecas setoriais nessas duas universidades, a responsabilidade é posta inteiramente nessas duas bibliotecas centrais, que devem abordar o mais diversificado conteúdo possível, para atender ao seu público diverso. Com 14 bibliotecários na BC da UNICAP e 13 na BC da UFRPE, essas duas bibliotecas possuem grandes diferenças, apesar de seus serviços e objetivos serem bastante semelhantes. A maior diferença é o fato de uma ser privada e a outra pública. Nunes (2004, informação eletrônica) afirma que “para alguns governos, a educação pública é, geralmente, uma “pedra no sapato”: a educação é cara, tem custos fixos, não dá bônus, incomoda (greves) e dá poucos votos”.

A bibliotecária entrevistada da UFRPE destacou o porquê do não uso do Twitter: a falta de recurso humano. Para ela há a necessidade de mais profissionais bibliotecários para se dedicarem a essa atividade, pois os que lá trabalham estão empenhados em várias outras pendências que a biblioteca possui. Tudo isso provém do fato de a Biblioteca Professor Mário Coelho de Andrade Lima fazer parte de uma instituição pública.

As novidades da BC da UFRPE são divulgadas no espaço físico da própria biblioteca, enquanto as da UNICAP são também divulgadas na grande rede de Internet, através do Twitter. Muitos têm acesso a essas informações, não apenas os estudantes da universidade. Por isso muitos se sentem convidados a fazer parte daquele ambiente, sentem-se atraídos, e, conseqüentemente, propagam a devida informação a quem quer que queira recebê-la. Assim, é feita uma maior divulgação de novas aquisições, de eventos que a biblioteca proporciona, de novidades sobre os cursos que a universidade dispõe, e de notícias no geral. O relacionamento bibliotecário/usuário mudou positivamente na UNICAP a partir do uso do Twitter, o que serve de exemplo para a biblioteca da UFRPE. Por coincidência, ou não, a BC da UFRPE recebe um número relativamente pouco, de usuários por dia (ao não ser em semana de avaliação), ao contrário da BC da UNICAP que recebe em média 3.500 usuários (alunos da universidade, funcionários e usuários externos estão inclusos).

Grandes são as diferenças encontradas nessas duas bibliotecas: tipos de materiais, diversidade nos eventos culturais proporcionados, a forma como são feitas divulgações de notícias, serviço de referência, etc. Dentre tantos fatores, uma postura ou atitude distinta dos servidores da BC da UFRPE, poderia gerar novos frutos na relação com o usuário. Por fim, talvez não seja interessante a desmotivação calcada na falta de estrutura e de pessoal, mas a busca pela capacitação do pessoal, investimentos em infra-estrutura e uma saudável aproximação com o usuário, por meio, também, das novas mídias, dentre elas o Twitter.

### **10. Considerações finais**

As bibliotecas universitárias lidam com um grande público, o qual está conectado aos diversos tipos de tecnologia e exige a atualização dos meios de comunicação e serviços em diversos campos da sociedade. É necessária a existência de um profissional bibliotecário para auxiliar na busca das informações requisitadas, para organizá-las e também disseminá-las eficazmente.

Os novos meios de comunicação e compartilhamento de informações facilitam o trabalho desses profissionais e, de fato, aproximam o público alvo dessas bibliotecas. É difícil, nos dias de hoje, encontrar uma biblioteca que não possua um sistema automatizado. Estes sistemas deram início aos serviços virtuais, os quais foram estendidos pelas mídias sociais a partir da *web 2.0*.

Bibliotecas do mundo inteiro já fazem parte deste espaço da web através das mídias sociais, a exemplo de uma das bibliotecas aqui estudada. A Biblioteca Central da UNICAP possui sua página no próprio *site* da universidade, e também se faz presente em três conhecidas mídias sociais: *blog*; *flickr* (*site* de fotos); e Twitter, onde há o maior retorno e, dentre estas, é a mídia mais acessada pelos usuários desta biblioteca.

O Twitter da Biblioteca Central da UNICAP (@bcUNICAP) está em constante atualização, está sempre divulgando notícias também através de fotos. O perfil a cada dia ganha mais seguidores, e os bibliotecários percebem a importância ocorrida desde o início de seu uso através das mudanças notadas no relacionamento entre bibliotecários e usuários. Portanto, o Twitter é de fato uma ferramenta importante, e a @bcUNICAP deve ser exemplo para tantas bibliotecas que ainda não fazem parte dessa nova geração web e não utilizam essa ferramenta bastante essencial nos dias de hoje.

Por fim, futuros estudos serão necessários em relação ao entendimento da articulação entre a cibercultura, as mídias sociais e as bibliotecas universitárias, incluindo talvez um mapeamento nacional com foco no usuário e na sua relação com as mídias sociais por meio da mediação das bibliotecas universitárias.

### Referências bibliográficas

**AGUIAR, G. A.; SILVA, J. F. M. da**

2010 As Bibliotecas universitárias nas redes sociais: facebook, orkut, myspace e ning. In SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 16º, Rio de Janeiro, 2010 – *Anais...* [Em linha]. Rio de Janeiro : UFRJ, 2010. [Consult. 30 ago. 2017]. Disponível em: [https://www.gapcongressos.com.br/eventos/z0070/trabalhos/final\\_168.pdf](https://www.gapcongressos.com.br/eventos/z0070/trabalhos/final_168.pdf).

**ALVES, C. D.**

2011 Informação na twitosfera. *Revista digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. [Em linha]. 9: 1 (2011) 92-105. [Consult. 5 out. 2017]. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1921>.

**BARROS, M.**

2011 *Curso redes sociais em bibliotecas*. [Em linha]. 2011. [Consult. 15 ago. 2017]. Disponível em: <https://goo.gl/Kuyxqf>.

**CARVALHO, L. dos S.; LUCAS, E. R. de O.**

2005 Serviço de referência e informação: do tradicional ao on-line. In ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6º, Salvador, 2005 – *Anais...* [Em linha]. Salvador : UFBA, 2005. [Consult. 5 set. 2017]. Disponível em: <http://dici.ibict.br/archive/00000529/>.

**CUNHA, M. B. da**

2000 Construindo o futuro: a biblioteca universitária brasileira em 2010. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 29:1 (2000) 71-89. [Consult. 1 set. 2017]. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652000000100008&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652000000100008&script=sci_abstract&tlng=pt).

**DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L.**

1998 *Conhecimento empresarial*. 7ª ed. Rio de Janeiro : Campus, 1998.

**DUPAS, G.**

2001 *Ética e poder na sociedade da informação: de como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso*. 2ª ed. São Paulo : UNESP, 2001.

**FONTOURA, W.**

2008 A Hora e a vez das mídias sociais. *Boombust*. [Em linha]. 2008. [Consult. 1 out. 2017]. Disponível em: [http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset\\_publisher/OiKX3xlR9iTn/content/a-hora-e-a-vez-das-midias-sociais-143033/10883](http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xlR9iTn/content/a-hora-e-a-vez-das-midias-sociais-143033/10883).

**HUBERMAN, B. A., ROMERO, D. M.; WU, F.**

2008 *Social networks that matter: twitter under the microscope*. [Em linha]. 2008. [Consult. 6 out. 2017]. Disponível em: <https://arxiv.org/pdf/0812.1045.pdf>.

**IBOPE**

2010 *Ibope*. [Em linha]. 2010. [Consult. 30 set. 2017]. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/pt-br/Paginas/oquevoceprocura.aspx>.

**LANCASTER, F. W.**

2004 *Avaliação de serviços de bibliotecas*. Brasília : Briquet de Lemos Livros, 2004.

**LEMOS, A.**

2002 *Cibercultura: tecnologia e vida social na vida contemporânea*. Porto Alegre : Sulina, 2002.

**MANESS, J.**

2007 Teoria da biblioteca 2.0: *web 2.0* e suas implicações para as bibliotecas. *Informação & Sociedade: estudos*. [Em linha]. 17:1 (2007) 43-51. [Consult. 20 set. 2017]. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/831>.

**MARCONDES, C. H.; MENDONÇA, M. A.; CARVALHO, S. M.**

2006 Serviços via *web* em bibliotecas universitárias brasileiras. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 11:2 (2006) 174-186. [Consult. 7 set. 2017]. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/321>.

**MIGUEL, N. M. D.; AMARAL, R. R. do**

2004 *A Biblioteca universitária e as novas tecnologias*. [Em linha]. 2004. [Consult. 1 set. 2017]. Disponível em: [http://www.aceso.uerj.br/a\\_biblioteca\\_artigo.pdf](http://www.aceso.uerj.br/a_biblioteca_artigo.pdf).

**MILANESI, L.**

2002 *Biblioteca*. São Paulo : Ateliê Editorial, 2002.

**MORIGI, V. J.; PAVAN, C.**

2004 Tecnologias de informação e comunicação: novas sociabilidades nas bibliotecas universitárias. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 33:1 (2004) 117-125. [Consult. 1 set. 2017]. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=So100-19652004000100014&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=So100-19652004000100014&script=sci_abstract&tlng=pt).

**O'REILLY, T.**

2005 *O Que é web 2.0: padrões de design e modelos de negócios para a nova geração de software*. [Em linha]. 2005. [Consult. 20 set. 2017]. Disponível em: <https://pressdelete.files.wordpress.com/2006/12/o-que-e-web-20.pdf>.

**RECUERO, R.; ZAGO, G.**

2011 A Economia do retweet: redes, difusão de informações e capital social no twitter. In: ENCONTRO DA COMPÓS, 20º, Porto Alegre, 2011 – *Anais...* [Em linha]. Porto Alegre : UFRGS, 2011. [Consult. 5 out. 2017]. Disponível em: <http://www.raquelrecuero.com/arquivos/recuerozagocompos2011.pdf>.

**RUFINO, A. F.**

2009 Twitter: a transformação na comunicação e no acesso às informações. In CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE, 11º, Teresina, 2009 – *Anais...* [Em linha]. Teresina : Intercom, 2009. [Consult. 5 out. 2017]. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2009/resumos/R15-0542-1.pdf>.

**SALCEDO, D. A.**

2013 *Espelhos de papel: pelo estatuto do selo postal*. Recife : EDUFPE, 2013 (no prelo). Originalmente apresentada como Tese de Doutorado em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

**SOUSA, L. M. M. de; AZEVEDO, L. E.**

2010 O Uso das mídias sociais nas empresas: adequação para cultura, identidade e públicos. In CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA REGIÃO NORTE, 9º, Rio Branco, 2010 – *Anais...* [Em linha]. Rio Branco : Intercom, 2010. [Consult. 3 out. 2017]. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/norte2010/resumos/R22-0015-1.pdf>.

**VÁZQUEZ, N. A.; VEGA, J. A. M.**

2007 La Biblioteca como usuaria de la web 2.0. In JORNADAS ESPAÑOLAS DE DOCUMENTACIÓN, 10<sup>as</sup>, Santiago de Compostela, 2007 – *Anais...* [Em linha]. Santiago de Compostela : FESABID, 2007. [Consult. 20 set. 2017]. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/9523/>.

**Diego Salcedo | [salcedo.da@gmail.com](mailto:salcedo.da@gmail.com)**

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

**Riane Alves | [riamel09@gmail.com](mailto:riamel09@gmail.com)**

Bacharel em Biblioteconomia, Brasil

Juan Bernardo Montoya Mogollón | Telma Campanha de Carvalho Madio

**Resumo: Objetivos:** Analisar o contexto da Gestão Documental na Colômbia, em comparação com outros estudos de caso. Analisar os programas de educação das universidades colombianas no âmbito da Arquivologia, Arquivística e Ciências da Informação. Aprofundar sobre a aplicação das diversas normas de processos documentais em entidades públicas e privadas. **Métodos:** Foi aplicada uma metodologia teórica-descritiva e comparativa, que abordou a complexidade da gestão documental na Colômbia. Foi feita uma análise em que se descrevem as diversas leis e normas nacionais e internacionais e a literatura científica que aborda o problema da criação e aplicação dessas leis e normas no campo nacional. **Resultados:** Depois de realizar o levantamento bibliográfico, foi considerado que a gestão documental na Colômbia, teve um crescimento significativo nos últimos cinco anos. No entanto, em comparação com outros países de América Latina, o processo de adequação e implementação das normas e leis em temas de padronização documental, ainda se encontra em fase embrionária. **Conclusões:** Este tipo de experiências comparativas oferece relevantes possibilidades de incorporar boas práticas documentais, além de observar o avanço e as oportunidades de melhoria da gestão documental. Em um país como Colômbia, que precisa urgentemente do avanço e de maior implementação de cursos centrados em Ciência da Informação em geral.

**Palavras-chave:** Documentos Arquivísticos Digitais; Gestão Documental - Colômbia; Legislação; Normas; Organizações

**Abstract: Objectives:** To analyze the context of Records Management in Colombia compared to other case studies. To analyze the education programs of the Colombian universities surrounding Archival Science and Information Sciences. To deepen on the application of the diverse norms of documentary processes in public and private entities. **Methods:** This type of comparative experience offers relevant possibilities to incorporate good documentary practices, as well as observing the advances and opportunities for document management improvement. In a country like Colombia, that urgently needs the advancement and greater implementation of courses focusing on Information Science in general. **Results:** After doing the bibliographic survey, we think that Records Management in Colombia has had a significant growth in the last five years. However, in comparison with other Latin American countries, the process of adaptation and implementation of norms and laws in matters of documentary standardization is still at an embryonic stage. **Conclusions:** This type of comparative experience offers a broad view of the behavior of a given country, to analyze its documentary complexities.

**Keywords:** Digital Records; Records Management - Colombia; Legislation; Standards; Organizations

## 1. Introdução

O campo da gestão documental nos países de América Latina é um processo que está começando a dar interessantes resultados devido à explosão documental dentro das diversas entidades públicas e privadas, após a segunda metade do século XX. Sua adequada aplicação melhorou as atividades documentais em cada etapa do ciclo de vida, permitindo racionalizar seus valores primários (de administração, contábeis, técnicos, jurídicos, legais, fiscais, entre outros); e seus valores secundários, como fonte histórica, de pesquisa e

cultural. É contemplado assim, uma relevante produção documental no âmbito acadêmico, científico, técnico, institucional e organizacional.

O objetivo da presente pesquisa é realizar um levantamento de normas internacionais, que aprofundem na evolução da gestão documental no campo colombiano, vinculado com outros estudos de caso, como por exemplo no Brasil, para analisar tanto as suas diferenças quanto as suas semelhanças. Este tipo de estudo permitiu que fosse analisado o cenário da gestão documental na Colômbia e sua situação dentro do contexto mundial. O escrito acima, permitirá observar e compartilhar experiências da gestão documental a qual se encontra em caminho de aprimorar os seus processos nas instituições e organizações tanto nacionais quanto estrangeiras.

O método de estudo foi centrado em um trabalho teórico-descritivo e comparativo, o qual permitiu, aprofundar na situação do campo arquivístico colombiano. Foi realizado um levantamento bibliográfico nacional e estrangeiro, tanto em normas internacionais arquivísticas, principalmente em ambiente digital, como de literatura de autores que discutem e problematizam o papel da gestão documental como atividade interna das organizações e instituições.

O resultado da pesquisa se centrou em que em um país como Colômbia, os avanços em temas de gestão documental foram significativos nos últimos cinco anos. Leis que começaram a ser criadas em organizações privadas, além das leis para entidades públicas, como por exemplo, a Resolução 8934 da Superintendencia de Industria y Comercio no ano 2014. No entanto, a aplicação desse tipo de leis, ainda não são tidas em conta por um importante número de empresas privadas no país, o que demonstra o pouco desenvolvimento da gestão documental no país, em comparação com outros estudos de caso.

## ***2. Contexto dos programas educativos nos processos das Ciências Documentais***

A evolução da Ciência Arquivística na América Latina foi um processo lento que se consolidou principalmente nos anos setenta e oitenta justamente com o surgimento e desenvolvimento do documento digital. Ele ocasionou uma alteração na ideia que se tinha sobre o documento em papel (PULIDO-DAZA; CORTÉS-BENAVIDES; TIBADUIZA-ÁVILA, 2015:8). Observamos que em países como o Brasil, os cursos de Biblioteconomia e Arquivologia começaram a ser oferecidos durante essas duas décadas no âmbito universitário.

O curso de graduação de Biblioteconomia na Universidade Estadual Paulista (UNESP), por exemplo, foi criado em 1977, um ano depois da fundação da universidade (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SÃO PAULO). A Escola de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, foi criada pelo Decreto nº 9.197 de 9 de dezembro de 1911, mas foi no ano de 1972 e 1973 que se criou um vínculo com o Ministério da Educação e Cultura para que o curso tivesse o *status* de universitário (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO). Da mesma forma, o curso de Arquivologia na Universidade Federal de Santa Maria, foi criado em 1922, mas, a o evento acadêmico de maior impacto para a própria universidade, foi estabelecido em 1973, através de um acordo

firmado entre o Arquivo Nacional e a UNIRIO: o Curso Permanente de Arquivo passou a funcionar com mandato universitário (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA).

A importância da evolução arquivística na Colômbia foi um pouco diferente. Os arquivos e documentos das entidades começaram a ser considerados de interesse nacional no final da década dos oitenta, infelizmente, em consequência de um incêndio acontecido no Palácio do Governo na cidade de Cúcuta, onde o Arquivo Histórico ficou reduzido a cinzas (POLEO, 2011). O presidente do país da época, Virgílio Barco, analisando a situação arquivística, realizou esforços com o ministro de educação para criar a Lei 80 de 1989, na qual: *se crea o Archivo General de la Nación y se dictan otras disposiciones*.

A partir da criação do AGN, as entidades e universidades do país começaram a analisar a função e relevância dos arquivos como fonte de conhecimento nacional. Antes de sua criação, não existiam normativas para os documentos e da dimensão de sua importância. A revolução iniciou com o traslado do acervo documental do Antigo Arquivo Nacional<sup>1</sup>, com o benefício de um status inédito, autonomia, orçamento e a responsabilidade de organizar e conservar “papeis velhos”, além de influenciar todos os arquivos administrativos (POLEO, 2011, tradução nossa).

En 1968, cuando se creó el Instituto Colombiano de Cultura, el Archivo Nacional pasó a ser dependencia del nuevo organismo. Finalmente, fue transformado en Archivo General de la Nación en virtud de la ley 80 del 22 de diciembre de 1989, la cual hizo efectiva su creación como establecimiento público del orden nacional, adscrito al Ministerio del Interior. Así se amplían los horizontes del Archivo y este organismo, renovado, pretende influir en los diversos ramos de la Administración Pública, concientizando a sus funcionarios de la importancia que tiene para el país el buen cuidado de los documentos que producen y están bajo su custodia, en todos los niveles gubernamentales, a lo largo y ancho del país. (TOVAR-GONZÁLEZ, 1998).

No campo da educação, as universidades colombianas começaram a realizar cursos de Arquivologia e Biblioteconomia desde o começo dos anos setenta, especialmente na Universidad de la Salle, onde, em 1971, foi criada a Faculdade de Biblioteconomia e Arquivística. Apesar disso, hoje em dia são poucas as universidades que continuam ensinando os cursos descritos. O Servicio Nacional de Aprendizaje (SENA)<sup>2</sup>, é um exemplo de organismo que oferece cursos técnicos no âmbito documental. Podemos observar também outros espaços de formação como os seminários e os cursos de curta duração, oferecidos por entidades como o AGN, a Sociedad Colombiana de Archivistas (SCA) e

---

<sup>1</sup> Em 1826 foi construído pela primeira vez o Archivo Nacional, que conservava a história do país. Estava dividido inicialmente em três seções: *Negocios pendientes*, *Archivo Secreto y Negocios Concluidos*. A forma de organizar os documentos determinou a possibilidade de guardar a documentação oficial do país dos períodos do regímen espanhol e o período republicano.

<sup>2</sup> O SENA é uma entidade do Ministério de Trabalho da Colômbia que oferece formação gratuita de forma presencial e virtual aos cidadãos, com programas técnicos, tecnológicos e complementários, para ser desenvolvidos no setor industrial:

<http://www.sena.edu.co/es-co/sena/Paginas/quienesSomos.aspx>.

outras entidades ligadas ao setor trabalhista denominadas as Cajas de Compensación, órgãos privados que estabelecem benefícios sociais ao trabalhador.

**Quadro 1 – Datas de criação dos diferentes programas em Arquivística tanto no nível profissional (graduação e pós-graduação) quanto técnico e tecnológico**

ANO	PROGRAMA	UNIVERSIDADE
1971	Facultad de Bibliotecología y Archivística	La Salle
1986	Programa de Ciencia de la Información, Bibliotecología y Archivística	Quindío - Tolima
1994	Especialización en Sistemas de Información Gerencia de Documentos	La Salle
1998	Especialización en Archivística	Pedagógica y Tecnológica de Tunja
1998	Especialización en Archivística	Javeriana
2000	Tecnología en Documentación y Archivística	Católica de Manizales
2001	Tecnología en Administración de Sistemas de Información y Documentación	INPAHU
2004	Tecnología en Archivística	Antioquia

Fonte: ZAPATA-CARDENAS, 2008:142.

No quadro anterior, podemos observar que não existe um programa de pós-graduação com os níveis de mestrado ou doutorado no país. As únicas universidades que realizam cursos de pós-graduação são a *Universidad de la Salle*, a *Universidad Pedagógica y Tecnológica de Tunja* e a *Universidad Javeriana*, porém, são cursos chamados de especializações com dois anos de duração. Faltam esforços acadêmicos para construir cursos com um forte desenvolvimento na Arquivologia, na Arquivística, na Biblioteconomia e na Museologia.

O desafio aumenta com o desenvolvimento do documento digital nas instituições e organizações que demandam urgentemente profissionais para enfrentar suas complexidades. O investimento por parte do Estado, ajudará as entidades, tanto públicas quanto privadas, a ter práticas documentais competentes para conservar adequadamente a memória das empresas e, conseqüentemente, para dar acesso à informação documental aos cidadãos com maior eficácia. No que diz respeito ao papel das universidades, a ajuda será na melhoria dos processos documentais para a conservação e recuperação do acervo.

### **3. Atualidade das normas internacionais no campo de gestão de documentos arquivísticos digitais**

As normas em sua acepção mais geral são mecanismos para melhorar e dar diretrizes para que o indivíduo viva em harmonia. Elas estão disseminadas em qualquer âmbito e suas

especificações são realizadas na maioria dos casos por um corpo colegiado. A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) as define como um *documento estabelecido por consenso e aprovado por um organismo reconhecido, que fornece regras, diretrizes ou características mínimas para atividades ou para seus resultados, visando à obtenção de um grau ótimo de ordenação em um dado contexto*.

No contexto da produção e organização documental, o objetivo dessas normas internacionais, principalmente da International Organization for Standardization (ISO), são padronizar as boas práticas em âmbitos de gestão documental, que devem ser estabelecidas nas organizações, sejam estas públicas ou privadas. A evolução dessas normas continua seu caminho de aplicação nos cinco continentes e atualmente seu objetivo consiste em melhorar e padronizar a produção documental em suportes digitais. Uma das primeiras normas em matéria de gestão documental (*records management*), foi a ISO 15489 partes uma e dois de 2001, a qual se concentra na criação da gestão de documentos e estabelece requisitos importantes para que as organizações adquiram uma estratégia de boas práticas que otimizem de maneira sistemática e segura a criação e manutenção de seus documentos:

[...] A criação desta e de outras normas relacionadas, manifesta-se tanto na evolução das abordagens do *Records Management* Estadunidense e do *Records Keeping* australiano como na necessidade de integrar a gestão de documentos com enfoque baseado em processos e normas da gestão de qualidade (PULIDO-DAZA, CORTÉS-BENAVIDES, TIBADUIZA-ÁVILA, 2015:9, tradução nossa).

A norma ISO 15.489 foi implementada em vários países principalmente porque estabeleceu diretrizes para desenhar um Sistema de Gestão Documental de maneira integral, permitindo que tanto os documentos em suporte papel quanto os de suporte digital, se associem em um mesmo sistema. O Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), desenhou um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD) baseado nos lineamentos dessa norma ISO. Com isso, possibilitou a organização de documentos híbridos, mantendo a relação orgânica dos documentos e garantindo a cadeia de custódia ao longo do tempo:

Um SIGAD inclui operações como: captura de documentos, aplicação do plano de classificação, controle de versões, controle sobre os prazos de guarda e destinação, armazenamento seguro e procedimentos que garantam o acesso e a preservação a médio e longo prazo de documentos arquivísticos digitais e não digitais confiáveis e autênticos (CONARQ, 2011:11).

Outro avanço da norma foi que ela se desenvolveu para complementar-se com outras normas, como por exemplo: a ISO 5.127 – Documentação e informação – Vocabulário; a ISO 9001, Sistemas de Gestão de Qualidade – Requisitos; e a ISO 14.001, Sistemas de Gestão Ambiental – Especificações e Diretrizes para sua Utilização. O interesse por aplicar a ISO 15.489 nas diferentes organizações, aconteceu pela relação com as normas citadas anteriormente, pois elas vinham sendo implementadas periodicamente. No quadro quatro observamos algumas outras normas internacionais relacionadas com a Gestão de Documentos Arquivísticos.

**Quadro 2 – Principais normas internacionais de gestão de documentos arquivísticos digitais**

NORMA	NÚMERO	ANO	TÍTULO
ISAD(G)	–	1999	Norma Internacional Geral de Descrição Arquivística
ISO	15.489	2001	Informação e Documentação – Gestão de documentos de arquivo parte 1: Geral
ISO	15.489	2001	Informação e Documentação – Gestão de Documentos de Arquivo parte 2: Orientações
ISO	14.721	2003	Modelo de referência OAIS ( <i>Open Archive Information System</i> ). Modelo de referência com o intuito de padronizar atividades de preservação digital
ISO	23.081	2004	Informação e Documentação – Processos de gestão de documentos de arquivo – Metadados para a gestão de documentos parte 1: Princípios
ISO	15.408	2005	Critério comum (Sobre especificação de requisitos de segurança funcional) (CONARQ, 2011:13)
ISO/TR	26.122	2008	Informação e Documentação – Análise de processos de trabalho para a gestão de documentos de arquivo
Moreq2	-	2008	Modelo de requisitos para a gestão dos documentos eletrônicos de arquivo
ISO	23.081	2009	Informação e Documentação – Processos de gestão de documentos de arquivo – Metadados para a gestão de documentos parte 2: Elementos de implementação e conceituais
ISO	30.300	2011	Informação e Documentação – Sistemas de gestão para os documentos de arquivo: Fundamentos e vocabulário
ISO	30.301	2011	Informação e Documentação – Sistemas de gestão para os documentos de arquivo: Requisitos
UNE-ISO	16.175	2012	Informação e Documentação – Princípios e requisitos funcionais para documentos entorno de escritório eletrônico. Parte 1: Generalidades e declaração de princípios
UNE-ISO	16.175	2012	Informação e Documentação – Princípios e requisitos funcionais para documentos entorno de escritório eletrônico. Parte 2: Diretrizes e requisitos funcionais para sistemas que gerenciam documentos eletrônicos

**Fonte:** Elaborado pelos autores

Das normas publicadas recentemente, como vimos no quadro anterior, a ISO 30.300 e a ISO 30.301 descrevem de maneira didática a forma de normalizar um Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo. Essas normas têm o objetivo de fazer com que a gestão documental adquira identidade própria e deixe de ter um papel operativo para passar a ter um rol estratégico. Ou seja, fazer com que a norma estabeleça uma relação mais próxima e dinâmica com outras normas implementadas dentro do ambiente organizacional, formando assim, um Sistema Integrado de Gestão: Qualidade, Meio Ambiente, Segurança da Informação e Prevenção de Riscos de Trabalho (PULIDO-DAZA, CORTÉS-BENAVIDES, TIBADUIZA-ÁVILA, 2015:9, tradução nossa).

A implementação da série de normas ISO 30300 ajudará as organizações a cumprir com os objetivos de outras normas de sistemas de gestão como a de qualidade, a de gestão de riscos, e a de segurança, ajudando, portanto, no cumprimento dos objetivos da organização. Isso consegue-se:

1. Assegurando que se cria, gere e se torna acessível, durante todo o tempo que seja necessário, informação fidedigna e fiável que constitua evidência das atividades realizadas dentro de um sistema de gestão,
2. Estabelecendo um enfoque sistemático e verificável sobre os processos de controlo da documentação de outros sistemas de gestão,
3. Estabelecendo um quadro avaliativo para os processos de controlo da documentação de outros sistemas de gestão,
4. Contribuindo para a melhoria continua do desempenho da organização mediante um sistema de gestão integrado” (ISO 30.300, cap. 2.7).

As normas ISO 30.300 e ISO 30.301 tiveram o auxílio das normas de gestão documental descritas no quadro quatro e serviram de base para sua conformação. Como explica a pesquisadora Carlota Bustelo-Ruesta, essas normas de gestão documental do quadro quatro são a base de uma operação do Sistema de Gestão estabelecido nas ISO 30.300. Numa perspectiva prática, uma organização que decida implementar um Sistema de Gestão ISO 30.300 terá à sua disposição o resto das referidas normas e relatórios técnicos para orientar a implementação dos processos e controles documentais (2012:12).

Outros benefícios resgatáveis da norma e que se somam aos descritos na citação anterior são:

- a) A garantia de utilizar um modelo internacionalmente aceito para o estabelecimento e implementação de políticas e objetivos,
- b) A integração do enfoque na avaliação de riscos,
- c) A promoção da melhoria contínua através da medição dos resultados e da implementação de um processo de auditoria,
- d) A facilitação do processo de confirmação do cumprimento dos requisitos através de uma certificação por uma terceira parte, independente,
- e) A integração com outros sistemas de gestão (BUSTELO-RUESTA, 2012:17).

Esse Sistema de Gestão Documental para Documentos de Arquivo, explica a autora Bustelo-Ruesta, pode ser aplicado em qualquer organização sem importar seu tamanho, setor de comercialização e localização geográfica. Porém, uma condição importante que estabelece a pesquisadora, é a experiência de ter aplicado a ISO 15.489 e o apoio da alta direção da companhia para sua implementação. Se este apoio e compromisso não existirem é melhor desistir da implementação, uma vez que não se trata apenas de uma formulação teórica, mas de um requisito obrigatório e demonstrável (BUSTELO-RUESTA, 2012:8).

Com base na experiência de haver trabalhado em várias companhias localizadas na Colômbia, como por exemplo as multinacionais Johnson & Johnson e Mondelēz International; e as nacionais como Amalfi (uma empresa de negócios financeiros), Banco WWB (Women's World Banking ou Banco de la Mujer) e Vatia (empresa privada de serviços de energia elétrica), observamos que em cada um desses projetos, a implementação de normas internacionais relacionadas com a gestão de documentos, era incipiente. O trabalho realizado nessas empresas foi o de elaborar, realizar e implementar Tabelas de Temporalidade de Documentos, o que apresentou uma série de dificuldades no que tange ao estado dos documentos nos dois suportes e a precária situação de uma boa gestão documental.

A certificação nacional e internacional nas empresas descritas, focava-se especificamente no âmbito da qualidade, desconhecendo muitas vezes as normas ligadas à gestão de documentos de arquivo. No momento de executar o projeto, a dificuldade aumentava quando apresentávamos o intuito do trabalho aos colaboradores das organizações, já que sentiam que seria uma carga laboral adicional. Foi necessário o planejamento da estratégia de aplicação do projeto documental junto com a alta direção da companhia específica para ter o resultado esperado.

#### **4. Leis e normas colombianas no campo de gestão de documentos arquivísticos digitais**

O surgimento da legislação baseada nos processos de Gestão Documental na Colômbia é relativamente recente. Desde a criação da Lei 80 de 1989 que dá surgimento ao *Archivo General de la Nación*, o esforço desse organismo para criar leis e normas que melhorassem as práticas documentais em entidades públicas e privadas, continua vigente. Porém, ainda há muito o que fazer no que se refere ao documento arquivístico digital, principalmente, no âmbito das entidades privadas.

Um das primeiras leis que foram criadas no país, com o intuito de otimizar as transações econômicas das organizações, foi a Lei 527 de 1999 do Congresso da República, como apresentamos no começo do trabalho. Essa lei foi criada por recomendação de uma comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Mercantil Internacional (UNCITRAL, siglas em inglês), para que os governos reconsiderassem os requisitos jurídicos da assinatura manuscrita e disponibilizassem outro meio de autenticação de documentos ligados ao comércio, com o objetivo de permitir a utilização de meios eletrônicos de autenticação (IBÁÑEZ-PARRA; RINCÓN-CÁRDENAS, 2004:33). De início, esta lei foi aplicada para fins comerciais, mas devido a sua relevância no contexto do intercâmbio de informação digital, foi empregada como uma das primeiras leis para analisar o contexto dos documentos digitais:

Diferente da denominada Lei Modelo da UNCITRAL, na Colômbia, a Lei proforma adicionou-se o tratamento jurídico para as Entidades de Certificação Digital, os Subscritores de Certificados Digitais, a Assinatura Digital e os Certificados Digitais. O legislador colombiano interpretando nossa idiossincrasia e o rigor de algumas de nossas instituições jurídicas, estabeleceu o que se requeria de um mecanismo que chegasse a dar segurança jurídica em plataformas tecnológicas e especialmente em matéria de comércio eletrônico, além de estabelecer que essa segurança estava necessariamente ligada a um terceiro que dera fé sobre os atos jurídicos contidos nas mensagens de dados (IBÁÑEZ-PARRA; RINCÓN-CÁRDENAS, 2004:7-8, tradução nossa).

A Lei mencionada estabeleceu diretrizes, como observamos na citação anterior, para que as entidades e organizações realizassem transações econômicas por meio de plataformas tecnológicas. Aspecto que mais adiante deu a possibilidade de aplicar esse conhecimento aos documentos digitais sem ser necessariamente de caráter econômico. A Lei determinou condições para a conservação dos documentos digitais com o intuito de ter valor probatório em casos específicos:

**ARTIGO 12.** CONSERVAÇÃO DAS MENSAGENS DE DADOS E DOCUMENTOS. Quando a lei requeira que certos documentos, registros ou informações sejam conservados, esse requisito permanecerá satisfeito, sempre que se cumpram as seguintes condições:

1. Que a informação que contenham seja acessível para sua posterior consulta.
2. Que a mensagem de dados ou documento seja conservado no formato no que se tenha gerado, enviado ou recebido ou em algum formato que permita demonstrar que reproduz com exatidão a informação gerada, enviada ou recebida, e
3. Que seja conservada, de alguma forma, toda informação que permita determinar a origem, o destino da mensagem, a data e a hora em que foi enviada, ou recebido a mensagem, ou produzido o documento.

Não estará sujeita à obrigação de conservação a informação que tenha por única finalidade facilitar o envio ou recepção das mensagens de dados.

Os livros e papéis do comerciante poderão ser conservados em qualquer meio técnico que garanta sua reprodução exata.

- Artigo declarado FACTIVEL pela Corte Constitucional mediante sentença C-662-007 de 8 de junho de 2000.

**ARTIGO 13.** CONSERVAÇÃO DE MENSAGENS DE DADOS E ARQUIVO DE DOCUMENTOS ATRAVÉS DE TERCEIROS. O cumprimento da obrigação de conservar documentos, registros ou informações em mensagens de dados, poderá ser realizado diretamente ou através de terceiros, sempre e quando se executem as condições enunciadas no artigo anterior (CONGRESO DE LA REPÚBLICA, 1999, tradução nossa).

Dentro dos projetos de Gestão Documental que realizamos na Colômbia, a Lei 527 de 1999 permitiu a compreensão dos colaboradores das organizações sobre as vantagens de realizar sua produção documental em suporte digital. Como já explicamos no começo desta pesquisa, essa foi uma situação que ajudou para que as empresas deixassem de produzir documentos no suporte papel em grandes quantidades. Porém, as dificuldades aumentaram quando os documentos arquivísticos digitais continuaram sendo organizados da mesma forma que os documentos em suporte papel.

A seguir, descrevemos as principais normas desenvolvidas no país relacionadas com os documentos digitais e arquivísticos digitais:

**Quadro 3 – Principal legislação referente à gestão de documentos arquivísticos digitais**

NORMA	ÓRGÃO	NÚMERO E ANO	DESCRIÇÃO
Ley	Congreso de la República	223 de 1996	Eleva-se a fatura eletrônica à categoria de fatura de venda.
Decreto	Presidencia de la República	2.150 de 1995	No artigo 26 ordena às entidades da Administração Pública a habilitação de sistemas de transmissão eletrônica de dados de modo que os usuários possam através de tais mecanismos realizar uma comunicação efetiva com as mesmas (IBÁÑEZ PARRA; RINCÓN CÁRDENAS, 2004:7, tradução nossa)
Ley	Congreso de la República	527 de 1999	[...] regulamenta o acesso e uso das mensagens de dados, do comércio eletrônico e das assinaturas digitais, se estabelecem as entidades de certificação e se promulgam outras disposições.
Acuerdo	Archivo General de la Nación (AGN)	11 de 1996	Pelo qual se estabelecem critérios de conservação e organização de documentos.
Circular	AGN	002 de 1997	Parâmetros a ter em conta para a implementação de novas tecnologias nos arquivos públicos.
Ley	Congreso de la República	594 de 2000	Por meio da qual se dita a Lei Geral de Arquivos e se ditam outras disposições.
Ley	Congreso de la República	1.273 de 2009	Por meio da qual se modifica o Código Penal, se cria um novo bem jurídico tutelado – denominado da proteção da informação e dos dados - e se preservam integralmente os sistemas que utilizam as tecnologias da informação e as comunicações, entre outras disposições.

Ley	Congreso de la República	1.341 de 2009	Pela qual se definem princípios e conceitos sobre a sociedade da informação e a organização das tecnologias da informação e as comunicações –TIC-, se cria a Agencia Nacional de Espectro e se ditam outras disposições.
Circular	Superintendencia de Servicios Públicos Domiciliarios (SSPD)	002 de 2010	Decisões sobre a solução tecnológica de apoio ao aplicativo de gestão documental ORFEO.
Circular	Comisión Intersectorial de Políticas y Gestión de la Información (COINFO)	004 de 2010	Padronização mínima em processos de administração de arquivos e gestão de documentos eletrônicos.
Circular	AGN	002 de 2012	Aquisição de ferramentas tecnológicas de Gestão Documental.
Circular	Directiva presidencial	004 de 2012	Eficiência administrativa e lineamentos da política Zero Papel na administração pública.
Circular	AGN	005 de 2012	Recomendações para levar a cabo processos de digitalização e comunicações oficiais eletrônicas no marco da iniciativa Zero Papel.
Decreto	Presidencia de la República	2.364 de 2012	Por meio do qual se regulamenta o artigo 7º da Lei 527 de 1999, sobre a assinatura eletrônica e se ditam outras disposições.
Decreto	Ministerio de Cultura	2.609 de 2012	Pelo qual se regulamenta o Título V da Lei 594 de 2000, parcialmente os artigos 58 e 59 da Lei 1.437 de 2011 e se ditam outras disposições relacionadas com a Gestão Documental para todas as entidades do Estado.
Resolución	Superintendencia de Industria y Comercio	8.934 de 2014	Pela qual se estabelecem as diretrizes relacionadas com a Gestão Documental e organização de arquivos que devem cumprir os vigiados pela Superintendencia de Industria y Comercio.

Fonte: Elaborado pelos autores

Das normas descritas no quadro três, podemos determinar que a maioria delas cumprem sua função visando entidades públicas. A norma que tem uma ligação específica para entidades privadas é a Resolução 8.934 de 2014, feita pela primeira vez pensando nos processos arquivísticos das organizações vigiadas pela Superintendencia de Industria y Comercio.

Comercio. Isso, oferece uma importante oportunidade para que as empresas cumpram com suas obrigações documentais já que a norma ressalta em seu artigo 12:

A presente resolução outorga prazo até o dia 31 de março de 2016, para que as empresas e instituições privadas elaborem suas tabelas de temporalidade e adotem o programa de gestão documental respectivo, o qual deverá incluir as políticas para a adoção e implementação da gestão de documentos eletrônicos de arquivo, assim como um plano para a organização de fundos documentais acumulados<sup>3</sup> (SUPERINTENDENCIA DE INDUSTRIA Y COMERCIO, 2014, tradução nossa).

Com a vigência da resolução, as empresas privadas devem começar a preocupar-se com a organização de seus arquivos, sejam estes em papel ou digital. O arquivista terá uma interessante oportunidade para se envolver e trabalhar com as organizações no âmbito privado. O desafio para organizar os documentos empresariais é relevante, já que o arquivista deve estar preparado para se relacionar com os diversos processos das empresas, as quais têm dentro de seus pilares organizacionais, a continuidade do negócio, ou seja, a acumulação financeira.

O setor empresarial já havia tido várias experiências com as transações digitais antes da criação da resolução 8.934. No aspecto tributário, as diferentes entidades do Estado que controlam as declarações de impostos, como a Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales de Colombia (DIAN), solicitavam às empresas desde o ano 2000, a realização de seus trâmites tributários por meio de plataformas digitais. Era, desde esse ano, quase uma obrigação apresentar os documentos de algumas declarações por meios digitais:

Igualmente deve-se fazer referência à Lei 663 de 29 de dezembro de 2000, cujo artigo 38 modificou o artigo 579-2 do estatuto tributário. Esta lei estabelece o seguinte: “Artigo 579-2. APRESENTAÇÃO ELETRÔNICA DE DECLARAÇÕES. Sem prejuízo do disposto no artigo 579, o Diretor de Impostos e Aduanas Nacionais, por meio de resolução, destacará os contribuintes, responsáveis ou agentes de retenção obrigados a cumprir com a apresentação das declarações e pagamentos tributários através de **meios eletrônicos**, nas condições e com a segurança que estabeleça o regulamento. As declarações tributárias apresentadas por um meio diferente, por parte do obrigado a utilizar o sistema eletrônico, será tida como não apresentada” (IBÁÑEZ-PARRA; RINCÓN-CÁRDENAS, 2004:12, tradução nossa, sublinhado nosso).

Outra lei nacional que ajudou a determinar o tempo de guarda de documentos contábeis foi a Lei 962 de 2005 criada pelo Congresso da Colômbia. Embora a lei fosse feita especialmente para entidades públicas, sua implementação foi possível também no âmbito privado. A lei ressalta a função da conservação de documentos comerciais no artigo 28:

---

<sup>3</sup> O conceito de Fundos Documentais Acumulados é o resultado de não contar com ferramentas arquivísticas para a organização, administração e conservação da documentação de uma entidade; produzida ou recebida em cumprimento de suas funções.

Racionalização da conservação de livros e papéis de comércio. Os livros e papéis do comerciante deverão ser conservados por um período de dez (10) anos contados a partir da data do último lançamento, documento ou comprovante, podendo utilizar para efeito, a eleição do comerciante, sua conservação em papel ou em qualquer meio técnico, magnético ou eletrônico que garanta sua reprodução exata (CONGRESO DE LA REPÚBLICA 2005, tradução nossa).

As normas estabelecidas no país pelos organismos que controlam a organização e produção documental ainda não foram implementadas de forma integral nas organizações. Falta um maior controle por parte do governo para que as leis sejam cumpridas. As empresas ainda estão na fase de organização de seus arquivos, portanto, devem-se criar maiores iniciativas para que os diferentes documentos arquivísticos sejam organizados para benefício dos clientes internos, e posteriormente, para os cidadãos que desejem ter acesso à informação, já que as empresas são organizações vitais na construção histórica da nação.

### ***5. Seguimento da aplicação das leis de gestão de documentos arquivísticos digitais nas empresas colombianas na atualidade***

A criação das normas, tanto nacionais quanto internacionais, tem ajudado para que as organizações tenham diretrizes claras de como organizar sua informação. Podemos observar a falta de políticas documentais dentro dos ambientes organizacionais pelo aumento significativo de documentos híbridos por parte das empresas no intervalo de 2014 a 2016. Esse aumento aconteceu devido a criação da Resolução 8.934 de 2014, que pela primeira vez, se ocupava da Gestão Documental visando as entidades privadas. O governo deu o intervalo de dois anos para que as empresas se organizassem.

Analisando a perspectiva desde outro ângulo, podemos observar que apesar de ter como recurso as normas internacionais e nacionais descritas, ainda não existe uma ponte que ligue as primeiras com as segundas. No caso do Brasil por exemplo, podemos observar que a aplicação do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Arquivística de Documentos, se realizou considerando diferentes normas internacionais como a ISO 15.489 (CONARQ, 2011:13). Essas normas internacionais se aplicaram de acordo com o contexto nacional, o que facilitou a implementação por parte de entidades públicas e privadas.

Em dezembro de 2016, o AGN iniciou a criação de um Modelo de Gestão Documental e Administração de Arquivos. Esse modelo está em sua fase inicial e convida os cidadãos para conhecer as falências e a possibilidade de adaptação ao contexto colombiano. Ele está dividido em cinco componentes da seguinte maneira:

- **Componente Estratégico:** A gestão de documentos encontra-se ligada à atividade administrativa do Estado, ao cumprimento das funções e ao desenvolvimento dos processos e procedimentos de todas as entidades. Como contribuição a esta gestão, as organizações podem apropriar práticas de gestão documental, apoiando-se, para isso, no uso de tecnologias da informação e no uso de comunicações, tendo em conta recomendações, conceitos e normativas expedidas pelo Archivo General de la Nación e os referentes internacionais

competentes e idôneos no campo, que permitam promover a eficiente prestação de trâmites, serviços, conteúdos e aplicações para uma correta gestão da informação institucional.

- **Componente de Administração de Arquivos:** Compreende os recursos necessários para o adequado funcionamento, conservação e uso dos arquivos pela entidade e a comunidade.
- **Componente Documental:** Compreende os processos da gestão documental e a administração de arquivos. A gestão dos documentos em todos seus formatos e suportes, criados ou recebidos por qualquer entidade no exercício de suas atividades com a responsabilidade de criar, manter, e servir os documentos, assim como os recursos necessários para sua administração, conservação e uso pela entidade e comunidade.
- **Componente Tecnológico:** Compreende a administração eletrônica de documentos, a segurança da informação e a interoperabilidade em cumprimento das políticas e lineamentos da gestão documental.
- **Componente Cultural:** Compreende aspectos relacionados com a interiorização de uma cultura arquivística pelo posicionamento da gestão documental que contribui para a otimização da eficiência e desenvolvimento organizacional e cultural da entidade e comunidade (ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN, 2016, tradução nossa).

Cada um dos componentes descritos anteriormente, tem subcomponentes que explicam como aplicar esse modelo. Pela primeira vez, o AGN leva em consideração as normas nacionais e internacionais, o que é um avanço a respeito das diretrizes realizadas anteriormente. Além disso, existe a possibilidade de que os cidadãos leiam o documento e deixem suas considerações para complementar ou modificar o modelo.

Outro aspecto que consideramos importante, é o apoio e convênios com instituições internacionais que possam ajudar na ampliação do conhecimento no que diz respeito a organização dos documentos arquivísticos digitais. O grupo InterPARES (International Research on Permanent Authentic Records in Electronic System)<sup>4</sup>, desde 2007, tem um vínculo com a Colômbia dentro de seu projeto *InterPARES 3 Project*, o qual pretende desenvolver pesquisas internacionais sobre documentos de arquivo permanentes e autênticos em sistemas eletrônicos (INTERPARES, 2007-2012). Eles estão focalizados em três aspectos: 1. Como teorias e metodologias gerais podem ser implementadas em organizações com arquivos pequenos e medianos e transformar-se em práticas efetivas; 2. Os fatores que determinam o tipo de implementação apropriada para um conjunto de dados de registros em um certo contexto; e 3. Que tipo de profissionais e com que perfil

---

<sup>4</sup> O grupo InterPARES é uma ação colaborativa internacional de pesquisa sobre documentos arquivísticos autênticos em sistemas informatizados, composta de diversas equipes regional, nacional e multinacional (INTERPARES).

serão requeridos para levar a cabo essas operações (INTERPARES, 2007-2012, tradução nossa).

Infelizmente no site do grupo InterPARES 3 Project, não encontramos documentos das pesquisas realizadas na Colômbia. Diferentemente dos estudos de caso no México e no Brasil, onde é possível encontrar uma série de produtos que dão conta das pesquisas e dos convênios com cada uma das instituições acadêmicas e/ou outras entidades. Para o caso da Colômbia, existe somente a descrição dos vínculos entre as duas partes sem um aprofundamento nas investigações realizadas.

Sem diretrizes claras, desenvolvidas e aplicadas nos documentos arquivísticos digitais em entidades, dificulta-se a organização nos arquivos das empresas do país. O AGN continua realizando esforços para que as políticas de organização de documentos arquivísticos nas entidades públicas e privadas, atinjam os resultados esperados. Esforços que começaram desde começos dos anos noventa:

[...] com o estabelecimento da Secretaria Técnica de Normalização no campo da arquivística e da gestão documental, com o objetivo de promulgar normas técnicas colombianas nesse campo no marco de um convenio que hoje se encontra vigente e que com os Comitês Técnicos do Sistema Nacional de Arquivos do AGN possam homologar normas técnicas internacionais que permitam incentivar a construção de boas práticas documentais (ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN, 2014, tradução nossa).

### **6. Conclusões**

A construção deste artigo começou desde que trabalhamos em projetos de gestão documental em organizações privadas na Colômbia. E foi lá que observamos as oportunidades de melhora dos processos arquivísticos digitais. Abordamos a situação arquivística do país e a atualidade das empresas com relação à aplicação de normas nacionais e internacionais. E vimos que os esforços do Archivo General de la Nación na consolidação de uma política padronizada para serem implementadas nas organizações ainda está na sua fase de construção. Embora os vínculos com outros organismos do Estado, como a Superintendencia de Industria y Comercio, em temas arquivísticos para empresas, estão dando resultados interessantes.

### **Referências bibliográficas**

#### **ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN DE COLOMBIA**

2016 *Modelo de Gestión Documental: observatorio, tecnologías de la información y documento electrónico*. [Em linha]. [Consult. 16 jan. 2017]. Disponível em: <http://observatoriotic.archivogeneral.gov.co/documentos-consulta-publica/modelo-de-gestion-documental/>.

#### **ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN DE COLOMBIA**

2014 *AGN e ICONTEC continúan aunando esfuerzos en pro de la gestión documental*. [Em linha]. [Consult. 16 jan. 2017]. Disponível em: <http://www.archivogeneral.gov.co/noticias/agn-e-icontec-contin%C3%BAa-aunando-esfuerzos-en-pro-de-la-gesti%C3%B3n-documental>.

#### **ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN DE COLOMBIA**

[201-] *Archivo General de la Nación de Colombia*. [Em linha]. [Consult. 18 jan. 2017]. Disponível em: <http://www.archivogeneral.gov.co>.

#### **ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN DE COLOMBIA**

2004 *Acuerdo 002 de 2004*. [Em linha]. [Consult. 18 jan. 2017]. Disponível em: [http://www.archivogeneral.gov.co/sites/all/themes/nevia/PDF/Transparencia/ACUERDO\\_02\\_DE\\_2004.pdf](http://www.archivogeneral.gov.co/sites/all/themes/nevia/PDF/Transparencia/ACUERDO_02_DE_2004.pdf).

#### **BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos**

2011 *Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos: e-ARQ Brasil*. [Em linha]. [Rio de Janeiro: CONARQ], 2011. [Consult. 1 jan. 2017]. Disponível em: <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/e-arq.pdf>.

#### **BUSTELO RUESTA, C.**

2012 *Série ISO 30.300: sistema de gestão para documentos de arquivo*. Trad. Grupo de Trabalho de Gestão de Documentos de Arquivo. Lisboa: [s. n.], 2012.

#### **COLÔMBIA. Congreso de la República**

2005 *Ley 962 de 2005 por la cual se dictan disposiciones sobre racionalización de trámites y procedimientos administrativos de los organismos y entidades del Estado y de los particulares que ejercen funciones públicas o prestan servicios públicos*. [Em linha]. 2005. [Consult. 15 jan. 2017]. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/BDL/2007/5128>.

#### **COLÔMBIA. Congreso de la República**

1999 *Ley 527 de 1999 por medio de la cual se define y reglamenta el acceso y uso de los mensajes de datos, del comercio electrónico y de las firmas digitales, y se establecen las entidades de certificación y se dictan otras disposiciones*. [Em linha]. 1999. [Consult. 15 jan. 2017]. Disponível em: [http://www.unipaz.edu.co/assets/ley\\_527\\_de\\_1999.pdf](http://www.unipaz.edu.co/assets/ley_527_de_1999.pdf).

#### **COLÔMBIA. Superintendencia de Industria y Comercio**

2014 *Resolución 8.934 de 2014 por la cual se establecen las directrices en materia de gestión documental y organización de archivos que deben cumplir los vigilados por la Superintendencia de Industria y Comercio*. [Em linha]. 2014. [Consult. 15 jan. 2017]. Disponível em: [http://www.sic.gov.co/sites/default/files/normatividad/Resolucion\\_8934\\_2014.pdf](http://www.sic.gov.co/sites/default/files/normatividad/Resolucion_8934_2014.pdf).

**IBÁÑEZ-PARRA, O.; RINCÓN-CÁRDENAS, E.**

2004 El Acto administrativo electrónico y las nuevas tecnologías de la información. *Revista Civilizar Ciencias Sociales y Humanas*. [Em linha]. 7 (2004). [Consult. 15 jan. 2017]. Disponível em: <http://repository.usergioarboleda.edu.co/bitstream/handle/11232/257/CienciasSocialesyHumanas471.pdf?sequence=1>.

**INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION**

2011 *ISO 30.300 - 2011: Information and documentation: Management System for Records: Fundamental and Vocabulary*. [S. l. : ISO], 2011.

**INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION**

2011 *ISO 30.301 - 2011: Information and documentation: Management System for Records: Requirements*. [S. l. : ISO], 2011.

**INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION**

2001 *ISO 15.489 - 1:2001: Information and documentation: Records Management. Part 1: General*. [S. l. : ISO], 2001.

**INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION**

2001 *ISO 15.489 - 2:2001: Information and documentation: Records Management. Part 2: General*. [S. l. : ISO], 2001.

**INTERPARES**

[201-] *INTERPARES: International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems.3 Project*. [Em linha]. [201-]. [Consult. 16 jan. 2017]. Disponível em: [http://www.interpares.org/ip3/ip3\\_index.cfm?team=18](http://www.interpares.org/ip3/ip3_index.cfm?team=18).

**POLEO, Y.**

2011 Memoria de Papel. *Revista Arcadia*. [Em linha]. 2011. [Consult. 13 jan. 2017]. Disponível em: <http://www.revistaarcadia.com/periodismo-cultural-revista-arcadia/articulo/memoria-papel/24912>.

**PULIDO-DAZA, N. J.; CORTÉZ-BENAVIDES, E. D.; TIBADUIZA-ÁVILA, A. L.**

2015 Gestión del documento electrónico: requisitos funcionales para una adecuada administración de documentos electrónicos en el Estado Colombiano. *Códices*. [Em linha]. 11:1 (ene-jun. 2015). [Consult. 31 ago. 2016]. Disponível em: <http://revistas.lasalle.edu.co/index.php/co/article/view/3416>.

**TOVAR GONZÁLEZ, M.**

1998 La Historia en el Archivo General de la Nación : cuatro siglos y medio de papel-historia. *Revista Credencial*. [Em linha]. 106 (1998). [Consult. 23 jan. 2017]. Disponível em: <http://www.banrepcultural.org/node/81522>.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

[201-] *Informações Gerais*. [Em linha]. [201-]. [Consult. 23 jan. 2017]. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/#!/graduacao/cursos/arquivologia/informacoes-gerais/>.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

[201-] *A Escola*. [Em linha]. [201-]. [Consult. 23 jan. 2017]. Disponível em: <http://www.unirio.br/unirio/cchs/arquivologia/a-escola>.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**

[201-] *Histórico do Curso Arquivologia*. [Em linha]. [201.]. [Consult. 23 jan. 2017].  
Disponível em: <http://w3.ufsm.br/arquivologia/index.php/o-curso/historico>.

**ZAPATA CÁRDENAS, C. A.**

2008 Situación actual de la formación archivística en Colombia. *Investigación Bibliotecológica*. [Em linha]. 22:46 (sep.-dic. 2008) 139-164. [Consult. 13 jan. 2017].  
Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/ib/v22n46/v22n46a7.pdf>.

**Juan Bernardo Montoya Mogollón | [juan.mogollon@marilia.unesp.br](mailto:juan.mogollon@marilia.unesp.br)**

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil

**Telma Campanha de Carvalho Madio | [telmaccarvalho@marilia.unesp.br](mailto:telmaccarvalho@marilia.unesp.br)**

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil

**Resumo:** A investigação sobre as diversas formas da memória da profissão, definidas como parte integrante da construção da identidade profissional, e as implicações que decorrem da sua ausência constituem o tema deste artigo. Esta área de investigação está associada à história das bibliotecas e dos arquivos enquanto instituições e acompanha a necessidade de se conhecer a história intelectual do campo profissional, a história da profissão e a história dos seus profissionais e carreiras. Enfatiza-se a necessidade da criação de um Dicionário da Profissão e enumeram-se diversas áreas do espaço biográfico dos profissionais I-D cuja investigação se encontra por fazer, dando especial realce a duas áreas pouco discutidas e praticadas em Portugal: o registo autobiográfico e o papel dos obituários.

**Palavras-chave:** Espaço biográfico; História da profissão; Memória profissional

**Abstract:** Research on the various forms of the memory of the profession, defined as an integral part of the construction of professional identity, and the implications of its absence are the subject of this article. This area of research is associated with the history of libraries and archives as institutions, accompanying the need to know the intellectual history of the professional field, the history of the profession and the history of its professionals and careers. Emphasis is given to the need for the creation of a Dictionary of Profession and several areas of the biographical space of ID professionals whose research is to be done are highlighted, giving special emphasis to two areas that are poorly discussed and practiced in Portugal: autobiographical records and the role of the obituaries.

**Keywords:** Biographical space; History of profession; Professional Memory

## *O estudo da memória*

A memória é um tema que concita a atenção de várias áreas de conhecimento – Biologia, Psicologia<sup>1</sup>, Sociologia, Psicologia Social, História, Ciências da Comunicação e Ciência da Informação – estando ligada a conceitos como os de: «espaço», «tempo», «narrativas», «produção de sentido», «testemunhos», «depoimentos», «memória individual e coletiva», «quadros sociais da memória» (HALBAWCHS, 2006), «ações memorialísticas»<sup>2</sup> (SAINT LAURENT, 2017b), «acontecimentos», «lugares de memória» (NORA, 1989), «rituais», «comemorações», «monumentos», «artefactos e objetos memoriais» (BENJAMIN, 1996),

---

<sup>1</sup> Cabe aqui referir os conceitos relacionados com as tipologias cognitivas de «memória de curto e longo prazo» ou de «memória episódica», influenciadas pelas emoções e pelos estados psicológicos – a «memória emocional» (DAMÁSIO, 2003).

<sup>2</sup> «A memory act can be defined as the act of presenting one's discourses as narrating, describing or interpreting something that happened in the past or as referring to something that is commonly believed to have happened. Acts of collective memory are thus the sub-category of memory acts that refers specifically to the collective past – what may be generally elonging to history, no matter whether it is recent history or concerns century old events» (SAINT LAURENT, 2017b:12) Este conceito aproxima a memória coletiva e a memória autobiográfica, dando destaque à intersubjetividade, e altera o foco da atenção para o que é contado, como se conta e como se imagina o futuro (BERNTSEN; BOHN, 2010).

a que acresce a respetiva «recordação e/ou esquecimento», o seu «silenciamento/censura», a sua «negação e apagamento» (POLLAK, 1989; RICOEUR, 2007).

Astrid Erll (2016) distingue quatro estágios de desenvolvimento na história dos estudos da memória:

**1.ª fase (início do século XX)** – Os estudos da memória ganham expressão com os contributos de investigadores oriundos de várias disciplinas sem que contudo ocorra o diálogo ou a troca de experiências entre eles. Destacam-se os contributos de Maurice Halbwachs (1877-1945) e Walter Benjamin (1892-1940).

**2.ª fase (início da década de 80 do século passado)** – Emergem os estudos interdisciplinares e as dinâmicas da memória comunicativa, produzida pelos *media* e por outros meios de comunicação, que contrastam com as dinâmicas das memórias das pessoas e dos grupos. Destacam-se os contributos do historiador francês Pierre Nora (1931-); dos historiadores alemães, Aleida (1947-) e Jan Assmann (1938-), a que acresce Saul Friedländer (1932-).

**3.ª fase (cerca de 2010)** – Assiste-se a uma mudança na abordagem, ultrapassando-se o foco territorial e as fronteiras sociais<sup>3</sup>. Surgem conceitos como os de «memória transnacional» (HUYSEN, 2000), «memória cosmopolita» (LEVY; SZNAIDER, 2002), «memória multidirecional» (ROTHBERG, 2009), «memória conectada» (HIRSCH, 1997) e «memória transcultural» (CROWNSHAW, 2011).

**4.ª fase (atualidade)** – Prevê-se que o futuro da investigação passe pela integração de conceitos como os de «memória transregional» e que se assista ao aumento da interseção entre a teoria da memória e a prática da memória, com os seus mútuos impactos.

A atual discussão em torno da memória é assim vasta e interdisciplinar<sup>4</sup>, com especial destaque para as interações entre memória e história, memória e comunicação, memória e identidade, áreas com forte impacto na reflexão profissional da área de Informação-Documentação (I-D), nela emergindo diversas temáticas/tendências:

---

<sup>3</sup> Uma outra viragem epistemológica é assinalada por Hoskins (2016) ao referir que a memória tem vindo a ser estudada como um elo entre o passado individual e coletivo e o futuro.

<sup>4</sup> Como ficou bem patente no Simpósio *New Directions and Challenges in Cultural Memory Studies. Past, Present, Future*, uma organização conjunta do International Graduate Centre for the Study of Culture (GCSC), Justus-Liebig University Giessen e Frankfurt Memory Studies Platform (FMSP) da Goethe University Frankfurt, em 2016. No balanço do evento, disponível no *site* (<https://www.memorystudiesassociation.org/>), afirma-se que a discussão demonstrou «[...] the decisive shift and expansion of cultural memory studies from its originally sociological conception, built on Maurice Halbwachs' theory, to other disciplines. The particularly historicizing conception of the SFB was part of this move, which, it was argued, should be pursued again today, with memory studies encouraged to make more connections to neighbouring disciplines, such as heritage studies, folklore studies and ethnography. Since it remains an interdisciplinary and multi-perspective endeavour, the roundtable participants suggested that the field remains dynamic and thus should continue to provide foundations for the creation and continuation of research clusters».

- **Valor do passado**<sup>5</sup> – Nela impõe-se a reflexão sobre o valor do passado, esse «país estrangeiro» (HARTLEY, 1953), destacando-se a escolha das práticas de memorialização e de reconstrução do passado (BRESÇÒ, 2017), abrangendo todas as gerações profissionais na construção do futuro imaginado (SZPUNAR; SZPUNAR 2016);
- **Memória digital e instituições de memória**<sup>6</sup> – Nela emerge a necessidade de valorizar a credibilidade, a transparência e o respeito pelas identidades através de práticas de rememoração, particulares e institucionais. É realçada a importância da proveniência, da autenticidade, da confiança e da integridade da informação, bem como a necessidade de garantir a qualidade das memórias institucionais. É questionado o desenvolvimento paralelo de memórias, assumindo-se claramente a existência de dois tipos diferentes: as legitimadas pelas instituições de memória e as geradas individualmente. É também suscitada a análise do uso e da gestão dos dados pessoais, da pegada e do legado digital, preservados por outro tipo de organizações. Coexistem assim diferentes formas e estratégias de preservar a memória, enquanto prática social, com diferentes agendas e diferentes intervenientes. Estas novas práticas colocam novas questões: Que tipo de memória será preservada? Quem irá gerir esta informação? Quem irá gerir a confidencialidade ou o livre acesso às mesmas? Como refere Moreno:

«Memories as History, memories as power artefacts, memories as sense of community, memories as public good, memories as a commercial product, memories as commemoration [...] So who governs such a powerful matter and who will govern them in a digital environment? But, what are we looking for: a participatory archive or aim to parallel archiving? With the continuous Web creation process that cannot be stopped and that would be hard to put under institutional control, new and multiple memories coexist. Could archives be connected structures, supported on and by the Internet and ICT? Would a collaborative model instead of a competitive model be more appropriate? It seems that archives are not as open to participatory activities as other institutions of memory are and that poses a great deal of challenges not only for the constitution of memory but also for the governance of the memory preservation processes. Activities such as ‘Total archives’ aim to preserve information that is not under mandate, but for maintaining an understanding of society over time. ‘Total archives’ maintain a balance between public and

---

<sup>5</sup> GARDE HANSEN, *et al.* (2009:4-5) caracterizam as memórias digitais como o fim da história e o início da memória: «Digital memories deal with the past’s relationship to the present through digital media technology and they are engaged in a series of age-old deferrals – the *deferral of death* (BECKER, 1973), the *deferral of endings* (DERRIDA, 1994), and the *deferral of history* (BAUDRILLARD, 1994; FUKUYAMA, 1992). It is the instantaneous and flexible production of digital memories that puts history on hold, at least for the moment in which the digital memory is created. Keeping track, recording, retrieving, stockpiling, archiving, backing-up and saving are deferring one of our greatest fears of this century: information loss».

<sup>6</sup> A expressão «instituições da memória» («institutions of memory» ou «memory institutions») é recente, tendo sido usado pela primeira vez em 1994 por Roland Hjerpe, nela se incluindo bibliotecas, arquivos, museus, monumentos e sítios patrimoniais, entre outros.

private archives. But the same questions come along: how are those private archives selected and by whom?» (MORENO *et al.*, 2014:12-13);

- **«Trajetórias de recordação» ao longo da vida** (SAINT-LAURENT, 2017b) – Nela emerge a discussão das formas de lembrar experiências coletivas do passado (afetivas, emocionais, físicas, generalizadas, interrelacionadas), em presença ou em ausência, o que permite a reflexão em torno de três novas questões: «first, the authorship of the resources used for remembering— it may not be the same persons that produce the elements that can be used as resources to remember, that those that use them; second, the authorship of collective remembering; and third, the weight and valences of the others in remembering» (ZITTOUN, 2017:3).
- **«Valor biográfico» e «partilha de relatos de vida»** – Nela alargam-se as práticas de introspeção e reflexão sobre o quotidiano, sobre experiências e histórias profissionais individuais, à participação de outros intervenientes (GUILLEMONT, 2010) através das tecnologias, constituindo um amplo «espaço biográfico» (ARFUCH, 2010), abrangendo várias dimensões do tempo e memórias imbricadas de momentos do passado, do presente e vislumbres do futuro da profissão. Na visão de Ricoeur (2007), partindo da análise da obra de Santo Agostinho, Confissões, estamos perante uma noção tríplice do presente: o presente do passado, ou **memória**; o presente do futuro ou **expetativa**, e o presente do presente ou **atenção**, ou, nas palavras de Saint Laurent (2017c), a memória coletiva constitui a referência para imaginar o futuro coletivo que, por sua vez, molda a forma como o passado é lembrado, tornando alguns aspetos mais relevantes do que outros.
- **Web enquanto memória viva, móvel, convergente e deslocável** – Nela emergem as narrativas das comunidades e as memórias partilhadas, de carácter heterogéneo e múltiplo, que se constituem como memórias coletivas produzidas no ciberespaço e das quais importa garantir a permanência<sup>7</sup>, avultando aqui a importância do trabalho de curadoria, enquanto base das práticas de biografia digital e das memórias digitais;
- **Novas formas de lembrar e esquecer num tempo de transição da memória** – Nela emergem as «memórias mediadas» e as «memórias portáteis» (VAN DIJCK, 2007; GARDE-HANSEN *et al.*, 2009). Uma das

---

<sup>7</sup> Cumprindo uma estratégia de preservação da memória digital portuguesa, o Arquivo.pt (<http://arquivo.pt/>) pretende ser o Arquivo da Web Portuguesa, ou seja, dos conteúdos alojados sob o domínio .PT e de outros alojados fora deste domínio que sejam considerados de interesse para a comunidade portuguesa. É gerido pela FCT-FCCN, a Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN), uma unidade orgânica da FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia). Trata-se de uma infraestrutura que armazena e permite aceder e pesquisar páginas da *web* portuguesa, arquivadas desde 1996, para fins de investigação sobretudo nas áreas da História, da Sociologia ou da Linguística. A sua criação foi motivada pelo carácter efémero de muita da informação publicada na *web* portuguesa, pois há estudos que apontam para que após um ano apenas 20% dos endereços da *web* se mantenham válidos. Complementa o Internet Archive que recolhe a *web* mundial e parcialmente a *web* portuguesa.

reações mais recentes é a luta pelo direito ao esquecimento no motor de pesquisa Google;

- **Luta contra o esquecimento e contra a passividade** – Empreendida por algumas dinâmicas memoriais que chamam a atenção para a importância da mobilização quotidiana no que se refere aos usos e aos significados da memória coletiva;
- **Injustiça intergeracional causada pela desvalorização do passado** – Minimiza o saber e a experiência e caracteriza-se por um ataque à memória, «com o encolhimento sistemático do que se lembra no presente a um passado de escassos meses e anos. No limite, apenas ao que se encontra nas pesquisas do Google ou está na Internet. O que acontece é que esse “passado” para além de ser considerado arqueológico, e portanto inútil de lembrar, afunda-se nas trevas do esquecimento. Por sobre esta memória de passarinho, crescem mitos, falsidades e memórias seletivas quase sempre instrumentais para as necessidades dos conflitos do presente» (PEREIRA, 2017:44).

Relativamente à profissão I-D, nos últimos anos assistimos em Portugal à identificação de conteúdos memoriais, de que são exemplos os 30 anos da Rede de Leitura Pública ou os 20 anos da Rede de Bibliotecas Escolares, associados a comemorações organizadas pelos e para os seus principais intervenientes, os atuais e os pioneiros. Mas será que a profissão tem criado e dado a devida atenção à sua memória coletiva? Como se recorda na profissão? A que nos referimos exatamente quando falamos da história da profissão? Qual a importância da história de vida dos profissionais? Como é imaginado o futuro coletivo? Estes são os aspetos que procuramos problematizar neste artigo a partir dos estudos da memória da profissão I-D, tendo como principal objetivo contribuir para a discussão em torno das perspetivas abertas pelos contributos biográficos. Sem pretensão de esgotar o tema, espera-se aprofundar a discussão, mapeando os principais temas que os caracterizam e interrelacionam, bem como as suas principais lacunas.

### ***O estudo da memória da profissão I-D***

Na visão de Rayward (2014), a discussão do futuro da história da informação deve ser feita através da interrogação do seu passado, analisando os momentos de mudança que reconfiguram continuamente funções, sistemas e estruturas, dos quais não podemos excluir as mudanças na profissão I-D e, no caso português, a longa luta pelo reconhecimento da carreira, bem documentada pela ação da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD) e pelos testemunhos de vários profissionais, nos anos 60 e 70, sobre os processos de profissionalização, no plano social e legal, e pela forma como defenderam o alargamento da formação a todo o país e modelos mais inovadores (PEIXOTO, 1966; MENDES, 1979; PERICÃO *et al.*, 1984).

Posteriormente devem ser considerados os estudos sobre as fases de alteração do enquadramento normativo relativo a vínculos profissionais, carreiras e remunerações na Administração Pública (OCHÔA; BARATA, 2010; MARCOS, 2015), os estudos sobre estereótipos, imagem e competências (PINTO; OCHÔA, 2006; CARDOSO, 2014; SILVA *et*

*al.*, 2011), os estudos sobre a visibilidade social (BARATA; OCHÔA, 2015), e os estudos sobre reconhecimento e reputação (BARATA; OCHÔA, 2016; OCHÔA; BARATA, 2017).

Nos estudos da história da profissão é dada especial atenção ao mercado de trabalho e às fases de desenvolvimento da profissão, através dos seus principais intervenientes, tanto individuais como institucionais – e associativos –, incluindo aqui os dois observatórios criados nos últimos 12 anos:

- O **Observatório da Profissão de Informação Documentação**, criado em 2005 através de um protocolo entre a INCITE – Associação Portuguesa para a Gestão da Informação, a BAD, a APDIS – Associação Portuguesa de Documentação e Informação de Saúde e a Liberpolis – Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Leitura Pública da Área Metropolitana de Lisboa, com o objetivo de diagnosticar e analisar prospetivamente o desenvolvimento profissional na área da Informação-Documentação, nas vertentes da formação profissional e académica, do desenvolvimento de competências e das trajetórias profissionais, tendo como referência o modelo profissional europeu consagrado pelo Euro-Referencial I-D (2005);
- O **Observatório de Ciência da Informação da Universidade do Porto**, criado em 2006, com o objetivo de monitorizar o percurso profissional, investigativo e formativo de cada *alumnus*, de modo a possibilitar a recolha e disponibilização de informação relativa ao percurso dos estudantes, garantindo a continuidade da ligação dos *alumni* à Universidade e à Ciência da Informação (CI) na Universidade do Porto e a promover a comunicação entre os *alumni*, estudantes, corpo docente e de investigação, instituições e empresas empregadoras, para dar a conhecer a área, promover e disseminar a produção científica, a organização e participação em eventos científicos e o espírito empreendedor e empresarial de estudantes e *alumni* (PINTO *et al.*, 2015).

Este protagonismo dos profissionais assume preponderância ao investigarmos o papel dos **pioneiros** (RAYWARD, 2004) definidos por Smiraglia (2009:35) como «those who, in some way, lead their peers to new destinations. Sometimes pioneers point the way or clear the path, sometimes they literally lead the way, and sometimes the term “pioneer” is used to designate role models. In the evolution of a domain, the pioneers might very well be those who have followed a theoretical principle in some particularly ardent manner, thus leading the rest of the domain toward an evolving research front». Este tipo de estudos é ainda pouco explorado pelos investigadores portugueses.

Outros aspetos relevantes são aqueles que valorizam a histórias das carreiras individuais, quer utilizando a recolha da história oral e das narrativas pessoais, quer focando-se nos relatos autobiográficos, nas memórias de profissionais (OCHÔA, 2012) e nos arquivos pessoais<sup>8</sup>, enquanto «albergues de uma memória dotada de singularidade» (ESCOBEDO,

---

<sup>8</sup> Os arquivos acumulados por indivíduos abrem a possibilidade de nos aproximarmos do perfil daqueles que os produziram, permitindo igualmente o estudo da forma e da funcionalidade destes documentos nos contextos em que foram produzidos, conservados e divulgados.

2006), suscetíveis de desencadear vários processos de rememoração<sup>9</sup> (MILLAR, 2006). Seguindo a divisão metodológica proposta para as biografias pelo historiador francês Dosse (2009), estas expressam a heterogeneidade e a multiplicidade de identidades da contemporaneidade, pertencem à era hermenêutica, caracterizada pela variação do enfoque analítico e pela alteração da escala utilizada. Para Dosse, o enigma biográfico sobrevive à escrita biográfica, permitindo revisitações das histórias individuais e dos seus traços ao longo do tempo.

No que se refere à **recolha de narrativas de carreira** de profissionais I-D que se destacaram em momentos-chave da profissão – casos de Fernanda Campos, Henrique Barreto Nunes, Lucília Paiva, Maria José Moura, Odete Santos, Silvestre Lacerda e Zita Correia – é de salientar a iniciativa levada a cabo pelo Observatório da Profissão de Informação-Documentação, em 2006, ou os relatos autobiográficos de autoavaliação da carreira apresentados por Ana Barata, Gina Rafael e Paula Ochôa, na comunicação apresentada no 11.º Congresso da BAD realizado em 2012, ou ainda o relato para memória futura de Maria José Moura, publicado no *Notícia BAD* de 2017 («Alguns apontamentos de 50 anos de profissão»<sup>10</sup>). A narrativa atribui coerência e continuidade aos eventos e percepções, assumindo particular importância o conhecimento do processo de mudança, os estádios de transição e os ciclos de carreira. Nela são consideradas diversas dimensões, tais como a análise do discurso das experiências narradas, a exploração de relações entre as experiências individuais e organizacionais e, em especial, as narrativas com valor histórico.

Uma outra perspetiva pode igualmente ser recolhida através da **análise comparativa dos cohortes profissionais** e das suas percepções e narrativas sobre os desenvolvimentos identitários e as dinâmicas da profissão em cada geração (OCHÔA; PINTO, 2009; OCHÔA, 2012; 2014; OCHÔA; MOSCOSO CASTRO, 2012), ou através de **estudos transicionais**, baseados em histórias de vida, como os realizados sobre os momentos de transição e de obsolescência de competências provocados pelas políticas da Sociedade de Informação

---

<sup>9</sup> Outros processos recentes de rememoração em Portugal abrangendo outras profissões podem ser agrupados em várias tipologias: **livros de história da profissão** – de que é exemplo o livro, lançado em novembro 2017, *Médicos e sociedade: para uma história da medicina em Portugal no século XX*, coordenado por A. J. Barros Veloso, Luiz Damas Mora e Henrique Leitão; **programas de rádio** – como o programa *Sem Ensaio*, da Antena 1, estreado em 21 de dezembro 2017, com o objetivo de reunir pessoas, músicos e não-músicos, de duas gerações diferentes, em livro ou em outra plataforma, que contam histórias desde o início do jazz em Portugal; **livros de cariz biográfico**, realçando-se o levantamento das histórias de figuras e de contribuições marcantes para a história de profissões (como é o caso dos arquitetos da zona urbana do Porto, recolha levada a cabo por Domingos Tavares que, desde 2003, tem vindo a organizar as *Sebentas de história da arquitetura moderna*, obra organizada por autores, invocando para a decisão de escolha o contributo dos mesmos para: o conhecimento em profundidade; a relação entre a circunstância biográfica e as grandes estruturas do pensamento e da arte da arquitetura; a identificação da participação do autor em causa em estaleiros complexos e multiautorais, e, ainda, estabelecer a relação entre essas intervenções e a obra exclusiva e a si unicamente atribuída (RODRIGUES, 2012:96); os **grupos memoriais** («memorial groups») no Facebook ou o *Arquivo de memória oral das profissões da comunicação*, um projeto recente (2017) do Instituto Politécnico de Lisboa.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.bad.pt/noticia/2017/01/20/alguns-apontamentos-sobre-50-anos-de-profissao/> e <https://www.bad.pt/noticia/2017/01/27/apontamentos-finais-sobre-50-anos-de-profissao/>

(OCHÔA; PINTO, 2014) e pela transformação digital organizacional (OCHÔA; PINTO, 2017).

A **análise do discurso da profissão** tem vindo gradualmente a identificar os principais temas investigados ou discutidos ao longo dos últimos 50 anos (VIVAS; OLIVEIRA, 2016; OLIVEIRA *et al.*, 2013), permitindo uma visão sobre a construção da identidade coletiva, os seus valores e crenças, na qual podemos identificar o valor do passado e da memória coletiva e as suas mudanças conforme têm sido percecionadas e lembradas tanto a nível individual como coletivo.

A atual discussão sobre o futuro da profissão e os novos perfis profissionais necessita de uma sistematização ao nível das **questões identitárias** e das **representações sociais**, enquanto rede de mediações sociais, práticas de significação e sistemas simbólicos.

A história da profissão não pode ser feita sem integrar os aspetos relativos ao reforço da **«identidade epistemológica dos profissionais»** (RIBEIRO, 2005), e sem estudar a história da ciência da informação, da biblioteconomia, da arquivística e da gestão de informação em Portugal<sup>11</sup>, devendo ser completada no futuro, quer com o **estudo dos arquivos pessoais** dos seus principais impulsionadores<sup>12</sup>, quer com o **estudo da sua produção académica**.

---

<sup>11</sup> São imprescindíveis os estudos: SANTOS; PERICÃO, 1985; BARRULAS *et al.* 1989; PINO, 1996; SILVA *et al.* 1998, 2002; RIBEIRO; SILVA, 2004; BRAGA, 2006; PINTO, 2008; CALIXTO, 2008; DAVID *et al.* 2008; SILVA, 2013; MARQUES, 2016; PINTO, 2017.

<sup>12</sup> Veja-se o exemplo do estudo efetuado por Campos (2014) para o caso da Universidade de São Paulo ou os estudos promovidos no âmbito da História da Ciência em Portugal pelo Instituto de História Contemporânea (IHC, FCSH-UNL) e o grupo de investigação «Ciência» – CEHFCI (Ciência, Estudos de História e Filosofia de Cultura Científica), da Universidade de Évora, que realizou no final de 2017 o encontro internacional *História Biográfica e Intelectual da Ciência, Tecnologia e Inovação. Perspetivas Filosóficas e Visões de Política*, que vem chamar a atenção para a necessidade de investigar a história biográfica e intelectual da Ciência em Portugal adotando uma abordagem interdisciplinar e colaborativa, dada a existência de um grande número de pessoas, cujas vidas e contributos permanecem por descrever. Mais informação sobre este encontro pode ser obtida em: [http://fcsch.unl.pt/submissao-de-artigos-cientificos/20171123\\_IntellectualHistory\\_PT.pdf](http://fcsch.unl.pt/submissao-de-artigos-cientificos/20171123_IntellectualHistory_PT.pdf). Um outro exemplo pode ser encontrado no *Dicionário de historiadores portugueses. Da fundação da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo (1779-1974)* (<http://dichp.bnportugal.pt/index.html>), com diversos tipos de verbetes: biografias intelectuais; entradas temáticas; instituições a que os historiadores estiveram ligados; jornais e revistas; tendo como objetivo explorar os domínios específicos em que se foi especializando a disciplina desde meados do século XIX: história política, história económica, história social, história cultural, história regional e local, história da arqueologia, história do cinema, história da música, teoria da história, incluindo temáticas que nos últimos decénios têm adquirido especial destaque: biografia, história da história, nacionalismo e história, opinião pública e história e história e género. De acordo com o seu coordenador (MATOS, 2012), a estrutura do *Dicionário*, para além de visar fornecer ao leitor um repositório atualizado de contributos e tendências, foi delineada a partir de uma preocupação de fundo: estimular o debate crítico sobre os caminhos recentes da historiografia portuguesa tendo por base a noção de que na cultura histórica portuguesa são frequentes as modas e os esquecimentos. A responsabilidade de reavaliar o património científico da disciplina é inseparável da solidez inerente à verdadeira inovação. Um outro caso interessante é o projeto FLUL *Alumni – Memórias Vivas*, desenvolvido pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, cujo fulcro é uma base de dados de todos os seus antigos alunos. Atribui a quem se regista o cartão *Alumni*, que é gratuito, e que, além de o credenciar como antigo aluno, estimulando o sentimento de pertença identitária, proporciona vantagens nos parceiros do projeto, designadamente descontos ou condições especiais de acesso a

Face a um insuficiente interesse pela temática da memória profissional em Portugal, alguns investigadores têm vindo a defender a necessidade de se criar um **Dicionário da Profissão**<sup>13</sup>, que sistematize a sua história, os seus principais agentes e instituições, reservando ainda espaço para o registo de intervenções de profissionais que, não se enquadrando na categoria de pioneiros, preenchem o lugar inerente à história da carreira, ou seja, à história da generalidade dos seus membros.

A proposta de criação deste tipo de dicionário surge em 2006 como uma recomendação do estudo *A imagem das competências I-D*, sendo retomada em mais duas ocasiões: no 11.º Congresso da BAD, realizado em 2012, em Lisboa, através da comunicação de Ana Barata, Gina Rafael e Paula Ochôa, e, em 2014, pelos elementos do Observatório das Profissões de Informação e Documentação (eOP-ID), Paulo J. S. Barata, Leonor Gaspar Pinto e Paula Ochôa, que apresentaram à BAD uma proposta de organização de uma história e dicionário da profissão I-D, o *Dicionário dos Profissionais de Informação e Documentação (ID-dic)*<sup>14</sup>.

Esta proposta visava desenvolver uma abordagem global da profissão de Informação-Documentação em Portugal, evidenciando os principais marcos da sua história e apresentando os saberes profissionais contextualizados e referenciados aos grandes momentos da história da profissão e às grandes áreas temáticas das Ciências da Informação, em cuja análise se procuraria explicitar a sua importância e o seu significado profissional, evidenciando as ruturas paradigmáticas e enfatizando o seu estímulo para a inovação profissional.

A estrutura da obra, com carácter dinâmico e evolutivo, previa um 1.º volume dedicado aos grandes momentos da história da profissão em Portugal, abordando de um modo global as políticas e as principais ações relativas à profissão (organizado cronologicamente e a cargo de especialistas); e um 2.º volume dedicado às biografias dos profissionais de informação e documentação portugueses, cuja ação tivesse sido marcante para as diversas áreas de intervenção (ordenado alfabeticamente e a cargo de uma equipa de trabalho); um espaço *online* dedicado às biografias de todos os profissionais de Informação-Documentação portugueses, aberto ao registo e à participação da comunidade profissional, cujos conteúdos seriam disponibilizados após validação pela equipa do projeto. Este sítio *web* deveria conter, além de uma apresentação, um friso cronológico com os momentos marcantes da profissão, e as biografias individuais e institucionais dos profissionais e das organizações aderentes, o «coração» do mesmo.

As biografias individuais compreenderiam duas áreas distintas, a biografia geral e as publicações e comunicações; e as biografias institucionais apenas uma, a biografia da entidade. Para executar o projeto, previa-se uma estrutura composta pelos coordenadores

---

alguns serviços, atividades de âmbito formativo e eventos na área da cultura. Procura documentar nomes, percurso de vida e obra dos seus antigos alunos «[...] que contribuíram para a sociedade sua contemporânea e vindouras e forjar laços de identidade e solidariedade entre eles e os atuais alunos, dando um sentido de comunidade à partilha de um período determinante das suas vidas» (*vd.*: <http://alumni.letras.ulisboa.pt/memorias-vivas>).

<sup>13</sup> Um bom exemplo de um dicionário histórico da profissão de bibliotecário pode ser encontrado no *Historical dictionary of librarianship*, obra coordenada por Mary Ellen Quinn, em 2014, cuja organização privilegia a cronologia dos principais eventos.

<sup>14</sup> Súmula do projeto disponível em: <http://observatorioid.webnode.pt/estudos/>.

do mesmo e do OP-ID<sup>15</sup>, por profissionais convidados pela equipa de projeto, os chamados editores, e por profissionais sugeridos ou autopropostos, os redatores, com a seguinte metodologia:

- Entradas selecionadas pela equipa de projeto e distribuídas aos editores;
- Entradas propostas pelos redatores e aprovadas pelos coordenadores;
- As entradas propostas, depois de validadas pelos coordenadores, seriam distribuídas a um editor para acompanhamento;
- Os coordenadores poderiam editar a entrada e adaptá-la de acordo com os critérios editoriais do projeto;
- O redator da entrada poderia, a todo o tempo, alterar, corrigir ou adicionar a informação da mesma, sujeita a validação dos coordenadores/editores;
- Qualquer redator poderia propor um acrescento, uma correção, uma atualização a qualquer entrada, tendo o/a mesmo/a, porém, de ser validado/a pelo redator original da entrada e/ou pelos coordenadores/editores;
- No final de cada entrada constaria o nome ou sigla do redator da mesma, e a designação «Atualizações», que abriria uma página onde constariam os nomes dos redatores que introduziram alterações à mesma.
- A filosofia do projeto seria cooperativa, utilizando metodologias de cocriação de conteúdos, envolvendo profissionais de Informação e Documentação. O ID-dic pretendia ser a primeira vertente do Portal ID (ID-Pt), que previa uma segunda que iria abordar os conceitos-chave da profissão I-D<sup>16</sup>.

Este projeto pretendia ainda cobrir dois aspetos com pouca tradição em Portugal:

- A utilização da **abordagem autobiográfica**<sup>17</sup>, acessível a qualquer profissional interessado em partilhar a sua trajetória profissional.

---

<sup>15</sup> Coordenado por Leonor Gaspar Pinto, Paula Ochôa e Paulo J. S. Barata.

<sup>16</sup> Apesar de contactos informais e formais com a BAD para o estabelecimento de uma parceria, o projeto, que previa como recursos tecnológicos iniciais a parametrização de um *software* de base do projeto e um servidor para alojamento, não avançou.

<sup>17</sup> A aplicação do método biográfico na investigação social desencadeou importantes embates teóricos no decurso de sua evolução, numa luta contínua pelo reconhecimento de seu estatuto científico enquanto método autónomo de investigação dada a subjetividade das narrativas autobiográficas (exemplos disto são: a «ilusão biográfica» de Bourdieu, 1986 ou a «ideologia biográfica» de Bertaux, 1997). Para Pineau (1988), o impacto das autobiografias reside exatamente no seu «paradoxo epistemológico: a união do mais pessoal com o mais universal», e para Ferratrotti (1988), na importância das mediações sociais dos grupos a que o indivíduo pertence, expressas por meio das formas críticas de uma narrativa autobiográfica. Algumas questões metodológicas continuam a merecer particular atenção ao analisar grupos profissionais: Como obter a biografia de um grupo? Usando o somatório das biografias individuais? Colocando o grupo num processo contínuo de interação para que se torne viável identificar as dinâmicas? A este respeito, Nóvoa (1992) considerou

- A prestação de tributos a profissionais falecidos – os **obituários** – enquanto «espaço biográfico» (ARFUCH, 2010) e gênero textual específico<sup>18</sup> (VIEIRA, 2014), aberto a comentários e à colaboração para a construção de retratos mais plurais e completos dos sujeitos biografados.

A homenagem póstuma a colegas e antigos mestres, sob a forma de obituários efetuados por pares da profissão acerca do valor da sua contribuição (FOWLER, 2005; TIGHT, 2008; HAMANN, 2016), constitui uma tentativa de balanço da carreira e/ou obra do(a) falecido(a), sendo uma importante fonte de informação para a história da profissão, para o estudo das carreiras I-D, aqui se incluindo as acadêmicas<sup>19</sup>, e para analisar as estruturas de poder e de capital simbólico do campo profissional, relacionando simultaneamente o indivíduo, as redes sociais e a coletividade em que participa (GUÉRIOS, 2011).

### ***Espaço biográfico: conceitos, práticas e interações***

O conceito de espaço biográfico<sup>20</sup> integra, caracteriza e articula a confluência de vários gêneros discursivos autobiográficos contemporâneos, ligados aos relatos de experiências pessoais e à exposição pública da intimidade, desde os mais tradicionais, como cartas, diários, memórias e (auto)biografias, até aos mais recentes de cariz mediático e digital, com diversos usos e práticas interativas das «tecnologias de presença»<sup>21</sup>, tais como as entrevistas, os perfis, os retratos, os testemunhos, as histórias de vida e os *talk-shows* e *reality-shows*<sup>22</sup> (ARFUCH, 2010).

---

que a multiplicidade de perspectivas e estratégias que têm sido geradas pelas abordagens autobiográficas constitui, precisamente, a sua principal qualidade.

<sup>18</sup> Segundo Vieira, o obituário comporta em si características do gênero literário, uma discursividade jornalística e epidítica, e uma temática que tem de assegurar «a conjugação da vida e da morte sob o prisma do recente e os seus impactos patémicos únicos» (2014:9). O texto é visto como objeto individual e, ao mesmo tempo, como um objeto que pertence a um coletivo, sendo portador de uma herança genérica, cultural. A análise das narrativas de vida e das representações da morte constitui uma das áreas mais estudadas, a par dos papéis da memória individual e coletiva em relação à escrita, à circulação e ao consumo de obituários e, mais recentemente, de memórias virtuais e da morte digital, o que pode conduzir a novos gêneros, significados e representações (SANTANA, 2011).

<sup>19</sup> É de referir a importância das homenagens e a edição de coletâneas em momentos de jubilação ou morte de académico.

<sup>20</sup> Arfuch (2010) alarga o conceito de «espaço autobiográfico» de Philippe Lejeune (1980) para lá do gênero literário e do seu conceito de «pacto autobiográfico» (1975), acreditando que este constitui um compromisso e uma garantia de autenticidade no que é relatado aos potenciais leitores.

<sup>21</sup> Para Leonor Arfuch (2010) é importante dar relevo ao predomínio do vivencial na atualidade e às formas como este se articula com uma certa obsessão de comprovação, de testemunho, «ao vivo», do «tempo real», da imagem, do efeito «vida real», do «verdadeiramente» ocorrido, suscetível de ser confirmado por testemunhas, informadores, câmaras, microfones, gravações e confissões.

<sup>22</sup> Para esta autora, a maioria destes exercícios biográficos poderão considerar-se como «ego-história» (NORA, 1987), experiências pessoais presentes no texto na primeira pessoa, caracterizados por «[...] un auge de autobiografías intelectuales, una narrativa autorreferencial de la experiencia teórica y la autobiografía como sujeto de la investigación en sí, por no hablar de la pasión por los diarios de filósofos, poetas, científicos, intelectuales. Y tenemos que decir que, a veces no hay muchas diferencias de tono entre estos ejercicios de la intimidad y de la intromisión en las vidas famosas u ordinarias con las que se enfrentaba la televisión todos los días (ARFUCH, 2010:61).

Entre os muitos tipos existentes, deve-se continuar a valorizar a utilização da autobiografia, um conceito estudado e definido por Georges Gusdorf (1912-2000) em 1990 numa dimensão tridimensional e sistémica, que, tal como os textos biográficos – os chamados «textos do eu» – encerra em si mesma uma manifestação da humanidade. Os vários exemplos elencados não se excluem, antes se complementam, possibilitando que se escreva a história de uma vida, usando mais do que uma tipologia.

A autobiografia integra:

«1) l'autos, c'est l'identité, le moi conscient de lui-même et principe d'une existence autonome; la conscience de soi n'intervient qu'après un long délai, avec un retard considérable par rapport à la venue au monde du bios en sa nudité première; alors l'identité personnelle ne peut s'affirmer que comme un ensemble de différences propres sur l'arrière-plan des similitudes communautaires; 2) le bios affirme la continuité vitale de cette identité, c'est son déploiement historique, des variations sur le thème fondamental; un être humain est d'abord une existence organique; la vie correspond à l'amplitude totale du champ existentiel défini par le déploiement de l'autos, de l'individualité dans la diversité des espaces et des temps, car «nous ne sommes jamais tout ce que nous sommes»; le bios, l'histoire réelle et accomplie, déborde à tout instant la capacité de la conscience actuelle (l'autos); 3) le graphein introduit le moyen technique propre aux écritures du moi; l'écriture est le fruit d'un apprentissage tardif puisque le maniement complet de cette technique et la maîtrise de la rédaction sont longs à acquérir; avec l'écriture l'humanité fait son entrée dans une nouvelle ère de civilisation» (GUSDORF, 1990a:10-11).

Para ele, não existe uma verdade absoluta, visto que a recuperação de uma vida pode ser a todo tempo retomada, reconsiderada e reinterpretada por meio da imaginação que inventa e preenche as lacunas deixadas pela memória (HERVOT, 2013; CAMARERO, 2008).

Utilizando ainda a diferenciação de Georges Gusdorf (1990a, b e c), podemos encontrar as seguintes diferenças entre o diário e as memórias escritas: o diário possui um carácter de instantaneidade que o diferencia da autobiografia pela estrutura fragmentada, efémera, pois não expõe a verdade de uma vida na sua totalidade e na sua cronologia – pode começar e acabar em qualquer momento. A forma de escrever e a natureza das questões abordadas seguem o estado de espírito idiossincrático de seu autor. O diário está ao alcance de todos: num determinado momento da vida, o sujeito escreve sobre os acontecimentos da sua existência, apenas fragmentos da vida nos quais o seu autor se contenta em fixar alguns instantes da memória sem se comprometer profundamente com o futuro. Sabemos que só a escrita tem a capacidade de salvar para sempre as lembranças e guardar o «estado de consciência», transfigurando desse modo a consciência em conhecimento. O escrito permanece e a escrita íntima propriamente dita assegura a comunicação de si para si (HERVOT, 2013).

A memória autobiográfica é definida como a memória do ser na sua essência. Nas memórias, os acontecimentos são reconstituídos a partir da lembrança e da recapitulação de factos vividos, onde a prioridade não é a história da vida íntima, mas sim a inserção e contextualização do narrador nos seus diferentes ambientes de interação (país, ideologia, família, profissão), mostrando o seu papel na sociedade e contribuindo para a história da

sua época através do seu testemunho. Esses testemunhos constituem uma espécie de crónica pessoal do devir histórico no qual o sujeito que escreve participou ativa ou passivamente. Segundo Hervot (2013:102), Gusdorf defendeu a existência do «eu», ao contrário de pensadores contemporâneos que negam a singularidade do sujeito (Foucault, Barthes, Lacan), considerando-a representativa de um coletivo do qual o «eu» é apenas um porta-voz.

Na visão de Van Dijck (2007: 55) devemos acrescentar os blogues – bem como os murais e perfis de redes sociais, etc. – como uma nova forma autobiográfica e uma audiência de interação:

«As mediated memories, diaries and lifelogs move along the axes of relational identity and time: they are instruments of self-formation as well as vehicles of connection. They are also tools to record and update the past that simultaneously steer future memory and identity”. “Personal memories, which had been encapsulated within the individual, become transformed through verbal narrative into cultural memory, incorporating a cultural belief system.” A culturally framed autobiographical memory integrates the sociocultural with the personal, and the self that emerges from this process is explicitly and implicitly shaped by its environment’s norms and values» (VAN DIJCK, 2007:3-4).

Assim, o relato biográfico-vivencial de experiências banais e quotidianas e o interesse pelos «momentos biográficos» pode ser incluído no conjunto das narrativas pessoais, e, no âmbito da literatura, nas narrativas ficcionais, nas quais o narrador na primeira pessoa é hoje muito utilizado (VIEGAS, 2008). Arfuch (2014:70) explicita que a justificação para este interesse reside na «[...] importância que ese espacio ha adquirido en relación a las esferas del saber, del conocimiento y del reconocimiento, en todas sus dimensiones: teórica, estética, ética y política<sup>23</sup>. Ese registro de la voz – la primera persona, el testimonio – en tanto expresión altamente valorada de la experiencia, tanto individual como colectiva, resulta hoy imprescindible en relación, justamente, con la dimensión sociohistórica de nuestro conflictivo presente». Um presente que Zygamut Bauman (2014) caracteriza pela sua «modernidade líquida» e pelo medo da solidão, do abandono e da exclusão.

Este amplo espaço biográfico permite ainda a criação de novas subjetividades, como a existência virtual, invenções de si e jogos identitários, propícios à fantasia da autocriação e ao desenvolvimento de redes de interlocução e sociabilidade, confirmando a tendência para a existência numa única pessoa de identidades segmentadas e múltiplas nas várias situações de vida e a possibilidade de, dessa forma, integrar diferentes grupos. À noção temporal de sujeito como autoconstrução a partir de uma interioridade – em que se dá destaque à singularidade, à sinceridade e à autenticidade –, sobrepõe-se uma noção espacial, formada por exterioridades, citações e apropriações, fonte de experiências para relatos e autorretratos, ganhando uma dimensão confessional (VIEGAS, 2008; ARFUCH,

---

<sup>23</sup> Esta abordagem transdisciplinar de uma «teoría sin fronteras» implica, na visão desta autora, o diálogo com a linguística, a psicanálise, a sociologia, a semiótica, a filosofia política, a antropologia, a estética e os estudos culturais, cruzando o biográfico e o memorial, a experiência individual e coletiva, em busca de uma memória histórica.

2010; VAN DIJCK, 2013) e uma identidade digital que persistirá mesmo após a morte. Se considerarmos como Ramos<sup>24</sup> (2015) que a identidade digital nas redes sociais é um livro autobiográfico que conta com a participação de todos os indivíduos da lista de amigos (através de comentários e publicações), identificar-se-ão três tipos de contributos que persistirão após a morte biológica:

- «aquilo que eu digo sobre mim»;
- «aquilo que os outros dizem sobre mim»;
- A continuidade da participação no perfil em que cada nova contribuição (publicação, comentário, fotografia, etc.) adicionada formatará a memória coletiva da esfera que a ele acede.

### ***Legado e morte digital***

O atual conceito de morte digital e a gestão do seu legado recupera esta dinâmica de memorização e patrimonialização digital, ou seja, o destino a dar aos «bens» digitais pertencentes a uma pessoa e suscetíveis de serem transmitidos às gerações futuras, designadamente: *websites* próprios, contas de *e-mail*, os próprios *e-mails* que as integram, contas *online* para a realização de transações financeiras, contas de diferentes redes sociais, contas para armazenamento de arquivos *online*, e os próprios ficheiros em qualquer formato: coleções de documentos, de fotografias, de vídeos, mas também de músicas e de filmes em *sites* de reprodução desses conteúdos, blogues, *vlogs*, contas em *sites* de leilões, contas que permitem o acesso a coleções de jogos virtuais, além dos próprios jogos.

Em virtude da crescente informatização da sociedade, grande parte das pessoas possui algum tipo de bem virtual, suscetível de constituir um legado digital. Por esta razão deve existir uma gestão dos dados não apenas ao longo da vida, mas também após a morte dos seus detentores. Hoje já existem sistemas de gestão do legado digital que permitem que os seus detentores planeiem antecipadamente o futuro dos seus dados e acervos digitais (ou legado digital) (BELLAMY *et al.*, 2013), integrando, desta forma, a tanatologia (o estudo da morte) nos temas a investigar em Ciência da Informação (JACOBSEN, 2017).

A ferramenta do Google Inactive Account Manager<sup>1</sup> (Google IAM) já permite determinar quem deve ser notificado e quem terá acesso aos dados do dono da conta quando esta ficar inativa por um determinado período de tempo, por exemplo.

O próprio Facebook também permite diferenciar os perfis dos utilizadores falecidos dos perfis dos utilizadores vivos através da aposição da expressão «Em memória» junto ao

---

<sup>24</sup> O autor segue as perspetivas de Brubaker, Hayes e Dourish (2013) sobre a natureza social da morte, quando estudada do ponto de vista dos *media* sociais: a «**perspetiva temporal**», permitindo um novo conceito de expansão cronológica das relações interpessoais; a «**perspetiva espacial**», possibilitando a expansão geográfica e global da rede social e, por último, a «**perspetiva social**», capacitando a expansão dos diferentes contextos nos quais os indivíduos podem interagir e comunicar.

nome da pessoa, encimada pela frase: «Esperamos que as pessoas que gostam de [...] encontrem algum conforto ao visitar o seu perfil, para lembrar e celebrar a sua vida». E permite também nomear o «contacto legado», ou seja, alguém que o utilizador escolhe para gerir a conta depois de falecer. Para o Facebook, as «contas memorial são lugares onde a família e os amigos podem partilhar memórias depois do falecimento de uma pessoa», um ambiente virtual onde familiares e amigos vivem o luto e partilham experiências relacionadas com o falecido. Para além da partilha e da troca de histórias e momentos de vida, fundamentais para manifestar o pesar perante a morte e para fazer o luto, estes obituários *online* permitem ainda, pela interação e dinâmica que geram, a construção de retratos mais plurais.

Antropólogos e outros especialistas antecipam já, face à crescente indiferença em relação ao culto clássico dos mortos – a veneração dos restos mortais, físicos, em cemitérios, campas ou jazigos – que este será postergado, surgindo em seu lugar um novo tipo de «culto funerário» ou de preservação da memória, uma espécie de necrópoles digitais: «monumentos intelectuais», as mnemotecas<sup>25</sup>, que permitem manter viva a memória de vida dos que morreram<sup>26</sup>. Um outro aspeto emergente é o estudo da ciberconsciência e a sua ligação à humanidade virtual, à imortalidade digital (JACOBSEN, 2017) e até ao transhumanismo, a transferência da memória entre humanos e máquinas<sup>27</sup> (ROTHBLATT, 2016).

O número de perfis «memorializados» poderá, no futuro, ultrapassar o número de perfis dos vivos, levando à «imortalidade digital» (RAMOS, 2015) e levantando novas questões relativamente às problemáticas ligadas à produção de memória.

---

<sup>25</sup> LARCHER, H. (1971) – Mnémothèques pour l'an 2000. *Bulletin de la Société de Thanatologie*. 17, p. 1-17, cit. por GUILLEMOT, 2010:355.

<sup>26</sup> Atente-se também às dinâmicas conflitantes entre a preservação da memória desejada e o esquecimento ou apagamento da memória indesejada. A liberdade de expressão, o exercício da pesquisa histórica e jornalística, o direito à informação e à educação e as regras de proteção de dados pessoais têm de se compaginar com o direito individual ao esquecimento. Sobre o direito ao esquecimento, *vd.*: TAMÓ; GEORGE, 2014:71-87, que fazem um ponto de situação desta questão por referência à regulamentação europeia, analisando vários casos particulares em diversos países.

<sup>27</sup> Um dos principais autores sobre o transhumanismo, Raymond Kurzweil (2013) qualifica a reprogramação genética como *software da vida*, o que permitiria ampliar a constituição informativa dos genes de cada indivíduo e das suas ligações neuronais, e a sua transformação em informações digitais com o objetivo de assimilar a vida de cada um, ampliando em simultâneo as funções emocionais e cognitivas e o tempo de vida do indivíduo. Esta digitalização do cérebro é defendida por Martine Rothblatt (2016) através da criação e replicação de memórias e emoções que prescindam do corpo, constituindo a «ciberconsciência», envolvendo o desenvolvimento de um *software* poderoso chamado *mindware* (ou *software* mental), que ativará um arquivo digital de sentimentos, pensamentos e recordações denominado *mindfile* (ou arquivo mental), que operará um *mindclone* (ou clone mental). Trata-se, segundo a autora, da criação de seres virtuais intelectual e emocionalmente vivos.

### *A tradição dos obituários*

O obituário<sup>28</sup> é um texto que relata a história pública e privada de um indivíduo, expressa também os valores coletivos, sendo frequentemente representativo de uma época. Magdalena Szczyrbak (2014) destaca a evolução dos registos da morte e da memória, enquanto expressão de uma «retórica social», dos *media* tradicionais para as múltiplas plataformas *online*, capazes de produzir novas formas de celebração da morte e da memória, que se mantêm enquanto existir a necessidade de partilhar o desgosto e a perda.

Os obituários são textos mais extensos e analíticos do que as meras notícias necrológicas, funerárias ou mortuárias, materializadas sob a forma de anúncios publicados pelos jornais, pela família ou pela casa funerária, e que constituem apenas um aviso – comunicam dia, hora e local das exéquias ou dos eventos fúnebres – ou tributo lacónico em memória do falecido. Há casos mistos entre o obituário e a notícia necrológica.

Tratando-se de personalidades públicas, jornais e revistas têm, muitas vezes, obituários pré-escritos, que aguardam apenas a morte do homenageado para serem atualizados – com causa da morte, lugar, etc. –, de forma a que, em tempo recorde, sejam publicados obituários detalhados. Há inclusive organizações que se dedicam à produção deste tipo de «produtos» e que depois os vendem. Apesar de póstumos, são por vezes acidental ou intencionalmente publicados ainda em vida, devido a confusões entre pessoas com nomes semelhantes ou a informações erróneas acerca da sua morte.

De forma a deixar um registo de vida e perpetuar a memória, há setores e publicações, como o *British Medical Journal*, que incentivam os seus membros a escrever os seus próprios obituários para serem publicados após a sua própria morte.

A atual tradição portuguesa no que respeita a obituários e notícias necrológicas é pobre, contrariamente ao que se passa nos países anglófonos<sup>29</sup>. No jornalismo nacional de

---

<sup>28</sup> A antecede-lo mas com ele coexistindo, dois outros géneros cumprem também o papel de lembrança da vida após a morte: o **epitáfio**, a **inscrição lapidar**, podendo conter citações de textos literários ou do falecido, e a **elogia**, discurso elogioso efetuado no momento fúnebre, a cargo de parentes e amigos (MORAIS, 2017), e que são geralmente acompanhados por outras práticas mortuárias discursivas, tais como as **missas** e os **velórios** (SANTANA, 2011). A notícia de falecimento e a nota de pesar não devem ser confundidas com os obituários que organizações ligadas à pessoa falecida costumam fazer. Todas estas práticas são suscetíveis de ser analisadas nas suas relações intertextuais e discursivas. Uma das análises utilizada é a da «retórica de intensificação», enquanto estratégia discursiva legitimadora de papéis sociais, designadamente na atual fase de memorialização virtual (SANTANA, 2011).

<sup>29</sup> O mesmo se passa relativamente às biografias, género bastante desprezado entre nós, e que ultimamente tem vindo a ser paulatinamente resgatado. É provável, sobretudo no último meio século, que a influência de alguma historiografia de pendor marxista e da Escola dos *Annales*, privilegiando os movimentos de longa duração, os movimentos da «estrutura», em detrimento dos movimentos de curta duração, dos eventos concretos, da «conjuntura», a história dos povos em detrimento das histórias dos grandes homens, dos grandes líderes, tenham tido nisso alguma influência. Ao contrário, a maior tradição biográfica nos Estados Unidos, por exemplo, é provável que possa advir do ideal do *self made man* que concretiza o «sonho americano», afirmando o primado do individual sobre o coletivo. Registe-se que é comum nos EUA a reunião em livro de um conjunto de obituários, tal qual se faz por cá com as crónicas ou colunas de opinião. O *The Times*, por exemplo, através do seu editor Ian Brunskill, publicou em 2005, na Harper Collins Publishers, o volume *The Times great*

referência são vistos como um género secundário e, tirando personalidades de grande notoriedade pública, outros, quando existem, são muitas vezes entregues a jornalistas estagiários ou jornalistas juniores.

Dos jornais de referência e das revistas de grande informação, o *Expresso* é, porventura, o único que mantém de forma mais vincada a tradição obituária, ao manter semanalmente de há muito e de forma ininterrupta uma secção – a coluna «In memoriam» – em que é feito um obituário de uma personalidade de reconhecida notoriedade pública. Essa coluna é complementada, num espaço adjacente designado justamente «Obituário», com várias referências curtas a mortes ocorridas recentemente. Da responsabilidade do embaixador José Cutileiro, ambos ocupam cerca de meia página do caderno principal do jornal. Também a revista de grande informação *Sábado* mantém regularmente uma coluna igualmente designada «Obituário». Com menos regularidade, o jornal *i* também dedica, por vezes, uma página que designa de «Obituário». E, ainda que em moldes diferentes, o *Público* mantém *online* uma secção designada «Obituário»<sup>30</sup>.

É, porém, a imprensa regional que, ao noticiar mortes, nascimentos, conclusões de curso, e outros momentos marcantes da vida dos seus habitantes, mantém mais viva essa tradição que de alguma forma aproxima os locais e os naturais na «diáspora» das «perdas» e «ganhos» da respetiva comunidade.

Registe-se, contudo, que, apesar de relegados para um subgénero, os obituários são peças estilisticamente mais complexas do que as notícias. Além da base informativa-jornalística – que pode implicar pesquisa, entrevista, verificação dos factos, bem o exercício de algum contraditório, de modo a enfatizar o lado luminoso do homenageado sem obliterar o lado de sombra do «biografado»<sup>31</sup> – a redação de um obituário comporta alguma «arte». Além do estilo jornalístico exige também um estilo literário ou para-literário, aproximando aqui o jornalista do escritor de não-ficção, ou seja, de alguém que seja capaz de contar uma história. Por estas características, o obituário digamos que permanece parcialmente à margem do estilo jornalístico, fugindo em parte às regras de arte.

A especificidade deste género jornalístico-literário levou mesmo, em 1999, à criação de uma associação de escritores de obituários, a International Association of Obituarists (IAO), fundada por Carolyn Gilbert<sup>32</sup>, que esteve na génese de várias conferências internacionais de escritores de obituários, e da disponibilização de obituários em *podcasts*, para os

---

*lives: a century in obituaries*, que reúne um conjunto de 124 obituários publicados no jornal entre 1916 e 2005 (vd. VIEIRA, 2014:122).

<sup>30</sup> Disponível em: <https://www.publico.pt/obituario>.

<sup>31</sup> Isto apesar do tom marcadamente panegírico dos obituários. Como refere João Rodolfo Munhoz Ohara (2016), cit. Eliecer Crespo Fernández (2006) – The language of death: euphemism and conceptual metaphorization in Victorian obituaries. *SKY Journal of Linguistics*. Helsinki. 19, p. 101-130: «segundo a máxima latina, não se deve falar mal dos mortos. Àqueles que agora descansam o sono eterno, dediquemos apenas palavras serenas, positivas, elogiosas. E essa tem sido a tradição formal dos obituários no Ocidente: textos nos quais se exaltam as características louváveis do personagem homenageado, e nos quais seus defeitos são mitigados e expressos com uso de eufemismos».

<sup>32</sup> Vd., entre outros, o blogue: *Carolyn Gilbert's art of the obituary*. Disponível em: <http://carolyngilbertsartoftheobituary.blogspot.pt/> e ainda a entrada: The obituary as literary artform, publicada em: *Dictionary of literary biography*.

aficionados do género, aparentando-os, de algum modo, às biografias. Como refere Willian Vieira, «o obituário se encontra numa confluência epistemológica complexa: é um texto (e um conjunto de textos, um género) atravessado por especificidades formais – veiculado na imprensa, é jornalístico; mas também biográfico e faz uso de formas ficcionais suscitando uma discussão sobre tipos de discurso, índices de veracidade e efeitos reais» (VIEIRA, 2014:9).

Por serem escritos no momento do óbito ou pouco tempo depois são tendencialmente mais marcados pelos sentimentos de pesar e luto que a morte gerou nos familiares, amigos e/ou no meio social, tendendo a ir ao encontro do sentir coletivo e, como tal, a ser mais enfáticos e menos asséticos do que as biografias. Deyvid Santos Morais (2017) explicita que «os obituários geralmente apelam para estratégias discursivas de emoção, clímax e legado daquele que falece» (MORAIS, 2017:24), acrescentando que «o obituário contemporâneo relaciona anseios de uma sociedade e reflete o lugar social da morte em questão» (*idem, ibidem*).

A profissionalização da escrita de obituários comporta também riscos, um dos quais é a prevalência da forma sobre o conteúdo. Tal como referem Bill Bytheway e Julia Johnson, «one of the consequences of a trend towards informality and the improved quality of the writing is that increasingly obituaries are included more because of the skills of the obituarist than because of the achievements or significance of the deceased» (BYTHEWAY; JOHNSON, 1996, 1,2:221).

Acresce que os obituários familiares ou institucionais, ao serem geralmente entregues a membros da família ou colegas/amigos do falecido, tal conduz a práticas de valorização, existindo, por isso, algum condicionamento da análise. Relativamente aos obituários académicos, Julian Hamann, citando Bourdieu, refere: «authors of obituaries usually have a special relationship to the deceased, who might have been a friend, a pupil or a close colleague. This relationship is reflected in being deemed an appropriate spokesperson to judge the decedent in the name of the group (BOURDIEU, 1988:213)» (HAMANN, 2016 56:8), comparando-os mesmo às cartas de recomendação.

### ***A não-tradição dos obituários na profissão I-D***

Acompanhando o sentir social mais vasto, profissionalmente, na área de Informação-Documentação, as principais publicações de referência, *Cadernos BAD* e *Páginas a&b*, não têm tal tradição. Antes delas, porém, os extintos *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, ainda que de forma também não muito pujante, registavam alguma (*vd.* Quadro 1<sup>33</sup>).

---

<sup>33</sup> De entre estes, recorde-se o texto notável de Raul Proença sobre um não menos notável bibliotecário da Biblioteca Nacional: José António Moniz, conservador da secção de manuscritos; ou, com um cariz misto, oscilando entre o registo biográfico (texto diferido no tempo) e o obituário (texto escrito num momento imediatamente após a morte), os textos das secções: *Bibliotecários e Bibliotecónomos* e *Bibliófilos e Bibliógrafos*, constantes da segunda série da revista.

**Quadro 1 – Artigos de natureza memorialística dedicados a profissionais e afins publicados nos *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal* (1912-1949)\***

<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Localização</b>	<b>Tipologia<sup>34</sup></b>
<i>José António Moniz</i>	Raul Proença	Vol. 3, n.º 10-11 (jan.-abr. 1917), p. 20-25	Obituário
<i>Um bibliotecário português dos meados do século XIX, Manuel Rodrigues da Silva e Abreu: um bibliotecário de Braga</i>	Raul Proença	Série 2, n.º 1 (jan.-mar. 1920), p. 43-47	Biografia
<i>Silvestre Pinheiro Ferreira: escritor de biblioteconomia</i>	Raul Proença	Série 2, n.º 7 (jul.-out. 1921), p. 242-247	Biografia
<i>O Cardeal Saraiva como guardamór da Torre do Tombo</i>	António Baião	Série 2, n.º 29-32 (jan.-dez. 1927), p. 39-48	Biografia
<i>O Guarda-mór Damião de Góis e alguns serviços da Torre do Tombo no seu tempo</i>	António Baião	Série 2, n.º 33-34 (jan.-jun. 1931), p. 8-20	Biografia
<i>Francisco de Andrade, guardamór ou superintendente da Torre do Tombo</i>	Jordão de Freitas	Série 2, n.º 33-34 (jan.-jun. 1931), p. 34-41	Biografia
<i>Manuel da Maia como guarda-mór da Torre do Tombo</i>	António Baião	Série 2, n.º 63-64 (1942), p. 80-86	Biografia-Bibliografia

\*Vol. 1, n.º 1 (out. 1914)-vol. 3, n.º 10/11 (abr. 1917)

BNP B.A.D. 1507 V.

Série 2, Vol. 1, n.º 1 (mar. 1920)-vol. 21, n.º 77/78 (1949)

BNP B.A.D. 1510 V.

Sublinhe-se que nos países onde a tradição dos obituários é cultivada, eles podem até ajudar a quebrar estereótipos arraigados na sociedade. Num artigo que analisa os obituários de bibliotecários publicados, entre 1977 e 2002, no influente *New York Times*, Juris Dilevko e Lisa Gottlieb (2004) referem o contributo dos obituários para desfazer os estereótipos ligados à imagem dos profissionais: *far from creating a stereotypical portrait*

<sup>34</sup> Nesta categorização considerámos três géneros:

**Obituário** – texto com intuito marcadamente celebratório, publicado na data da morte do biografado ou em momento não muito posterior.

**Biografias** – texto com intuito marcadamente celebratório, publicado em momento muito posterior à morte do biografado e tendo essencialmente o mesmo como foco.

**Biografia-Bibliografia** – texto com intuito marcadamente celebratório, publicado em momento muito posterior à morte do biografado, tendo como foco o mesmo, a sua obra e o seu desempenho profissional.

*of librarians as shy, dour, dowdy, and sheltered individuals, the emphasis on large-scale achievements in the obituaries produces an image of librarianship as a glamorous profession. Some librarians are presented as sleuths and detectives who amassed large collections. They contributed to the progress of scholarly research with extensive publications. Many others had connections to prominent people, making the most of these social networks in their work. Librarians were also players on the global stage, founding libraries abroad and developing international guidelines that led to institutional progress. Emphasis on large-scale accomplishment, however, tends to obscure the contributions of librarians who daily perform countless small and caring acts that, summed together, positively affect the lives of ordinary individuals (DILEVKO; GOTTLIEB, 2004-74(2):152; vd. também 173).*

### **Considerações finais**

À pergunta «será que a profissão I-D tem sabido criar memória e dar a devida atenção à sua memória coletiva?» só é ainda possível responder com evidências negativas: a ausência de teorização de práticas de memória em contextos profissionais é acompanhada pela escassez de obituários na profissão e pela ausência de análise dos discursos e das narrativas memorialistas.

Como se recorda na profissão? As memórias existentes são fragmentárias e não são registadas e menos ainda sistematizadas tendo por base a memória de cada uma das gerações. Na profissão não é ainda dado especial valor à partilha da memória intergeracional, predominando a memória intrageracional.

A história da profissão possui até agora uma forte ligação à memória das instituições (bibliotecas, arquivos, museus), sendo pouco conhecida a história dos profissionais e pouco valorizados os seus testemunhos, as suas autobiografias, as suas biografias. Para além do microcosmos profissional, os seus membros são também pouco reconhecidos socialmente, existindo poucos profissionais condecorados<sup>35</sup> (OCHÔA; BARATA, 2018).

Há, portanto, muitas lacunas que fragilizam os fundamentos da profissão e, juntamente com estes, o seu futuro, pelo que se justifica o interesse e a oportunidade de desenvolvimento de uma estratégia assente nas práticas de utilização do espaço biográfico enquanto forma de luta contra o esquecimento dos profissionais.

As memórias pessoais partilhadas digitalmente, a valorização das autobiografias, assim como as interpretações e os contributos que uma memória relacional e em rede, com naturais repercussões nas formas de recolher, analisar e investigar estas memórias,

---

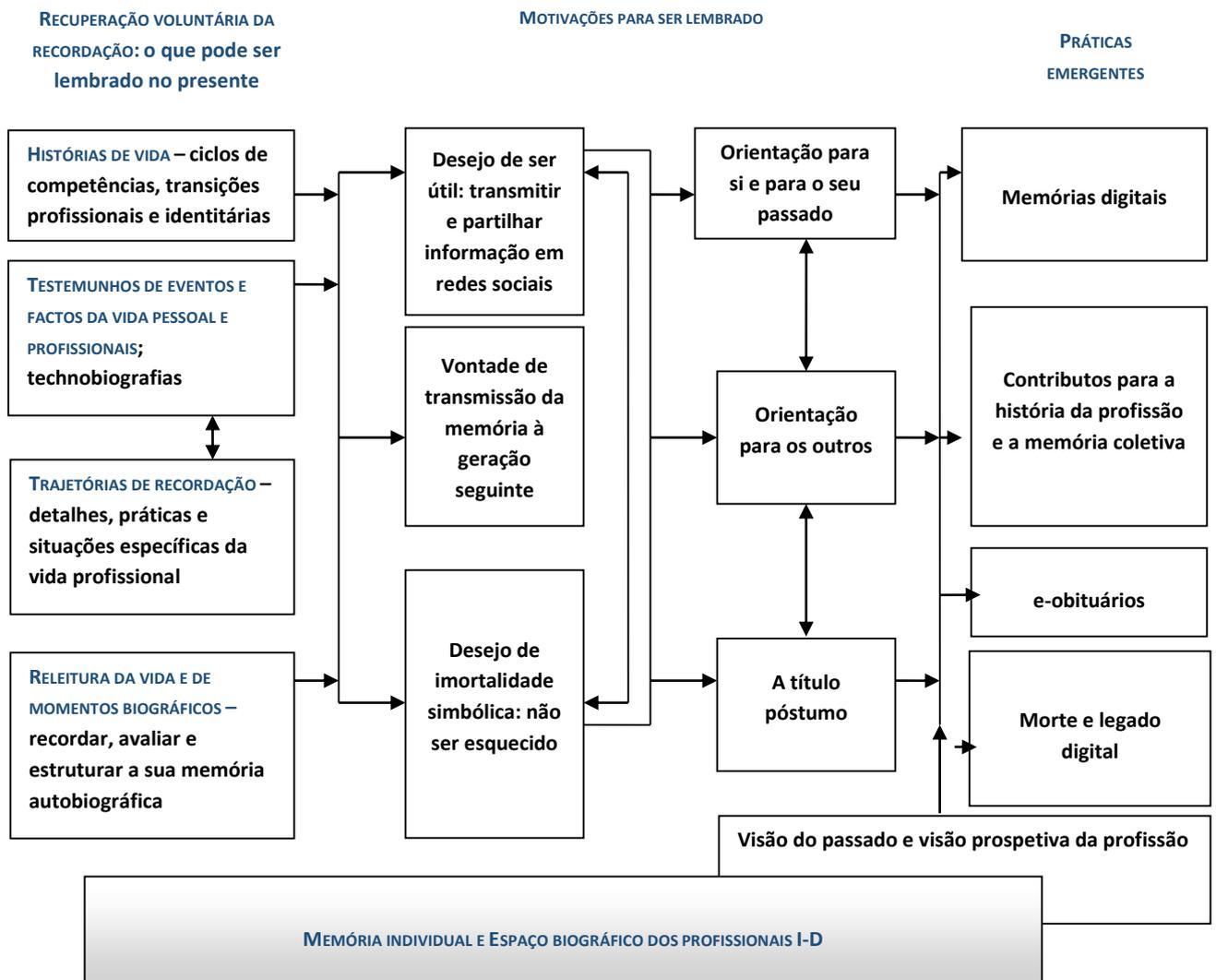
<sup>35</sup> Recentemente, numa formação sobre *wikimedia* realizada na Biblioteca Nacional de Portugal, o formador gizou como exercício formativo a criação das entradas referentes ao «Prémio Raul Proença» e aos respetivos premiados, mas desistiu, porque apenas encontrou referências ao Prémio na página da BAD e nos *Cadernos BAD*, e a Wikipédia – para evitar a instrumentalização da enciclopédia – «obriga» à existência de pelo menos uma fonte independente, facto que demonstra à saciedade a inexistência de impacto social do Prémio.

poderão dar à história da profissão e à sua transmissão às novas gerações, constituem aspetos a valorizar no que se refere à memória profissional.

Uma estratégia de criação de memória permitiria igualmente acompanhar a dupla tendência de criação não institucional de memoriais, e de democratização do processo de criação e gestão da memória coletiva num processo evolutivo, moldando a sua forma e conteúdo pela participação efetiva dos profissionais.

Em jeito de conclusão final, a figura seguinte sistematiza as formas e as motivações de registo da memória individual, bem como a possibilidade e o direito dos profissionais a serem lembrados:

Figura 1 – Memória individual e espaço biográfico dos profissionais I-D



**Referências bibliográficas**

**ARFUCH, L.**

2014 (Auto)biografia, memória e história. *Clepsidra: revista interdisciplinária de Estudos sobre Memória*. 1 (mar. 2014) 68-81.

**ARFUCH, L.**

2010 *O Espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2010.

**ASSMANN, J.**

1995 Collective memory and cultural identity. *New German Critique*. 65 (1995) 125-133.

**ASSMANN, A.; CONRAD, S., ed.**

2010 *Memory in a global age: discourses, practices and trajectories*. London: Palgrave Macmillan, 2010.

**BARATA, A.; RAFAEL, G.; OCHÔA, P.**

2012 Planeamento e (auto) avaliação de trajetórias profissionais: tópicos para uma discussão. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 11º, Lisboa, 2012 - *Integração, acesso e valor social: atas*. [Em linha]. Lisboa: BAD, 2012. Disponível em: <http://www.bad.pt/publicacoes...303>.

**BARATA, P. J. S.; OCHÔA, P.**

2015 Profissionais de informação-documentação a caminho da invisibilidade: uma reflexão a partir da análise de cargos de direção intermédia na Administração Central do Estado. *Cadernos BAD*. 1 (2015) 7-22.

**BARATA, P. J. S.; OCHÔA, P.**

2016 Prémio Raul Proença: balanço retrospectivo do mérito e do reconhecimento na profissão de Informação-Documentação (I-D). *Cadernos BAD*. 1 (2016) 173-186.

**BARRULAS, M. J.; CORREIA, A. M. R.; WILSON, T. D.**

1989 Information intermediaries for industry in Portugal: a training programme and its impact. *Education for Information*. 7: 4 (1989) 313-323.

**BAUDRILLARD, J.**

1994 *The Illusion of the end*. Palo Alto: Stanford University Press, 1994.

**BAUMAN, Z.**

2014 Preface. In ROBSON, Garry; ZACHARA, Malgorzata, ed. – *Digital diversities: social media and intercultural experience*. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2014. p. ix-xv.

**BECK, U.; LEVY, D.; SZNAIDER, N.**

2009 Cosmopolitanization of memory: the politics of forgiveness and restitution. In NOWICKA, Magdalena; ROVISCO, Maria – *Cosmopolitanism in practice*. London: Ashgate, 2009, p. 111-127.

**BECKER, E.**

1973 *The Denial of death*. New York: Simon & Schuster, 1973.

**BELLAMY, C. [et al.]**

2013 *Death and the Internet: consumer issues for planning and managing digital legacies*. Melbourne: University of Melbourne, 2013.

**BERNTSEN, D.; BOHN, A.**

2010 Remembering and forecasting: the relation between autobiographical memory and episodic future thinking. *Memory & Cognition*. [Em linha]. 38: 3 (2010) 265-278. Disponível em: <https://doi.org/10.3758/MC.38.3.265>.

**BERTAUX, D.**

1997 *Le Récit de vie*. Paris: Armand Colin, 1997.

**BYTHEWAY, B.; JOHNSON, J.**

1996 Valuing lives?: obituaries and the life course. *Mortality*. 1: 2 (1996) 221.

**BOURDIEU P.**

1986 L'Illusion biographique. In *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. 62-63 (1986).

**BRAGA, M. I. P.**

2006 O Processo de Bolonha e a inevitável mudança na área da Ciência da Informação. *Cadernos BAD*. [Em linha]. 1 (2006) 56-67. Disponível em: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/viewFile/803/802>.

**BRESCÓ, I.**

2017 The End into the beginning: prolepsis and the reconstruction of the collective past. *Culture & Psychology*. 23:2 (2017).

**BRUBAKER, J. R.; HAYES, G. R.**

2011 We will never forget you: an empirical investigation of post-mortem myspace comments. In *Proceedings of Computer Supported Cooperative Work CSCW 2011*. Hangzhou, China, 19-23 March 2011. [Em linha]. Disponível em: <https://dl.acm.org/citation.cfm?id=1958843>.

**BRUBAKER, J. R.; HAYES, G.; DOURISH, P.**

2013 Beyond the grave: Facebook as a site for the expansion of death and mourning. *The Information Society: an international journal*. 29:3 (2013) 152-163.

**CALIXTO, J. A.**

2008 A Investigação em Portugal na área da documentação-informação. In ENCUESTRO IBÉRICO DE DOCENTES E INVESTIGADORES EN INFORMACIÓN Y DOCUMENTACIÓN, 3º, Salamanca, 2008 – *Formación, investigación y mercado laboral en información y documentación en España y Portugal*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2008, p. 619-636.

**CAMARERO, J.**

2008 La Théorie de l'autobiographie de Georges Gusdorf. *Cedille: revista de estudios franceses*. 4 (abr. 2008) 57-82.

**CAMPOS, J. F. G.**

2014 *Preservando a memória da ciência brasileira: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo*. São Paulo, 2014.  
Dissertação de Mestrado em História, apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

**CAMPOS, J. F. G., coord.**

2017 *Arquivos pessoais: experiências, reflexões, perspectivas*. S. Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2017.

**CARDOSO, S. I. P.**

2014 *Óculos, coque e Shhh!: um olhar sobre a autoimagem e o estereótipo do bibliotecário em Portugal*. [Em linha]. 2014.

Dissertação de Mestrado em Educação e Bibliotecas apresentada à Universidade Portucalense. Disponível em:

<http://repositorio.uportu.pt/jspui/bitstream/11328/722/1/TMEB%2027.pdf>.

**CARROLL, E.; ROMANO, J.**

2011 *Your digital afterlife*. Berkeley: New Riders, 2011.

**CROWNSHAW, RICK, ed.**

2011 Transcultural memory. *Parallax*. Special issue, 17: 4 (2011).

**DAMÁSIO, A.**

2003 *Ao encontro de Espinosa: as emoções sociais e a neurologia do sentir*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Publicações Europa-América. 2003.

**DAVID, G.; AZEVEDO, A. G.; RIBEIRO, F.**

2008 Dez anos de um curso em gestão de informação na U. Porto: lições aprendidas e caminho futuro. In ENCUESTRO IBÉRICO DE DOCENTES E INVESTIGADORES EN INFORMACIÓN Y DOCUMENTACION, 3<sup>o</sup>, Salamanca, 2008 – *Formación, investigación y mercado laboral en información y documentación en España y Portugal*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2008, p. 225-241.

**DERRIDA, J.**

1994 *Spectres of Marx*. London: Routledge, 1994.

**DILEVKO, J.; GOTTLIEB, L.**

2004 The Portrayal of librarians in obituaries at the end of the twentieth century. *Library Quarterly*. 74:2 (2004) 152-180.

**DOSSE, F.**

2009 *O Desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: EDUSP, 2009.

**ERLL, A.**

2016 Roundtable discussion challenges and new directions in cultural memory studies? In *Symposium New Directions and Challenges in Cultural Memory Studies: past, present, future*. Giessen: Justus-Liebig-Universität, 2016.

**ERLL, A.**

2011 Travelling memory. *Transcultural Memory. Parallax*. Special issue, ed. Rick Crownshaw. 17:4 (2011) 4-18.

**ERLL, A.; RIGNEY, A., ed.**

2009 *Mediation, remediation and the dynamics of cultural memory*. Berlin: De Gruyter, 2009.

**ESCOBEDO, J.**

2006 Los Caminos de la memoria: archivos personales. In SEMINARIO DE ARCHIVOS PERSONALES, Madrid, 26 a 28 de mayo de 2004. Madrid: Biblioteca Nacional, 2006, p. 55-79.

**FERRAROTTI, F.**

1990 *Time, memory and society*. New York: Greenwood Press, 1990.

**FERRAROTTI, F.**

1988 Sobre a autonomia do método biográfico. In NÓVOA, António; FINGER, Matthias, org. – *O Método (auto)biográfico e a formação*. Lisboa: Ministério da Saúde, Departamento de Recursos Humanos da Saúde; Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, 1988, p. 17-34.

**FOWLER, B.**

2007 *The Obituary as collective memory*. New York: Routledge, 2007.

**FOWLER, B.**

2005 Collective memory and forgetting: components for a study of obituaries. *Theory, Culture & Society*. 22:6 (2005) 53-72.

**FUKUYAMA, F.**

1992 *The End of history and the last man*. London: Hamish Hamilton, 1992.

**GARDE-HANSEN, J.; HOSKINS, A.; READING, A., ed.**

2009 *Save as... digital memories*. London: Palgrave Macmillan, 2009.

**GIBBS, M. [et al.]**

2012 Tombstones, uncanny monuments and epic quests: memorials in world of warcraft. *Game Studies*. [Em linha]. 12:1 (2012). Disponível em: [http://gamestudies.org/1201/articles/gibbs\\_martin](http://gamestudies.org/1201/articles/gibbs_martin).

**GUÉRIOS, P. R.**

2011 O Estudo de trajetórias de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escalas. *Campos: revista de Antropologia Social*. 12:1 (jun. 2011).

**GUILLEMOT, S.**

2010 *Les Motivations des personnes âgées au récit de vie et leurs influences sur la consommation de services biographiques : gestion et management*. [Em linha]. Brest: Université de Bretagne occidentale, 2010. Disponível em: [https://tel.archives-ouvertes.fr/file/index/docid/542744/filename/THESE\\_S\\_GUILLEMOT.pdf](https://tel.archives-ouvertes.fr/file/index/docid/542744/filename/THESE_S_GUILLEMOT.pdf).

**GUSDORF, G.**

1990a *Les Écritures du moi: lignes de vie 1*. Paris: Éditions Odile Jacob, 1990.

**GUSDORF, G.**

1990b *Auto-biographie: lignes de vie 2*. Paris: Éditions Odile Jacob, 1990.

**GUSDORF, G.**

1990c L'Autobiographie, échelle individuelle du temps. *Bulletin de Psychologie*. 397:43 (1990) 831-846.

**HALBWACHS, M.**

1990 *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

**HALBWACHS, M.**

1950 *La Mémoire collective*. Paris: Presses Universitaires de France, 1950.

**HAMANN, J.**

2016 Let us salute one of our kind: how academic obituaries consecrate research biographies. *Poetics*. 56 (2016) 1-14.

**HARTLEY, L. P.**

1953 *The Go between*. London: Hamish Hamilton, 1953.

**HERVOT, B. M.**

2013 Georges Gusdorf e a autobiografia. *Lettres françaises*. p. 95-110.

**HIRSCH, Marianne**

1997 *Family frames: photography, narrative, and postmemory*. Cambridge, MA; London: Harvard University Press, 1997.

**HJERPPE, R.**

1994 A Framework for the description of generalized documents. *Advances in Knowledge Organization*. 4 (1994) 173-180.

**HOCKEY, J.; KOMAROMY, C.; WOODTHORPE, K.**

2010 *The Matter of death: space, place and materiality*. London: Palgrave MacMillan, 2010.

**HOSKINS, A.**

2016 Memory ecologies. *Memory Studies*. 9: 3 (2016) 348-357.

**HUYSEN, A.**

2000 Present pasts: media, politics, amnesia. *Public Culture*. 12:1 (2000) 21-38.

**JACOBSEN, M. H.**

2017 *Postmortal society: towards a sociology of immortality*. London: Routledge, 2017.

**KALEEM, J.**

2012 Death on Facebook now common as 'Dead Profiles' create vast virtual cemetery'. *Huffington Post*. 7 (Dec. 2012).

**KURZWELL, R.**

2013 How to make a mind. *The Futurista*. (Mar.-Apr. 2013) 14-17.

**LANDSBERG, A.**

2004 *Prosthetic memory: the transformation of American remembrance in the age of mass culture*. New York: Columbia University Press, 2004.

**LE GOFF, J.**

1994 *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1994.

**LEJEUNE, P.**

1980 *Je est un autre: l'autobiographie de la littérature aux médias*. Paris: Seuil, 1980.

**LEJEUNE, P.**

1975 *Le Pacte autobiographique*. Paris: Seuil, 1975.

**LEVY, D.; SZNAIDER, N.**

2002 Memory unbound: the Holocaust and the formation of cosmopolitan memory. *European Journal of Social Theory*. 5:1 (2002) 87-106.

**MACFARLANE, B.; CHAN, R. Y.**

2014 The Last judgement: exploring intellectual leadership in higher education through academic obituaries. *Studies in Higher Education*. 39:2 (2014) 294-306.

**MARCOS, I. M.**

2015 *A Gestão da carreira dos profissionais da informação em Portugal: estudo sobre as trajetórias laborais e perceções da profissão dos graduados da licenciatura em Ciências da Informação e Documentação da Universidade Aberta: cursos de 2007 a 2009*. Lisboa, 2015.

Tese de doutoramento apresentada à Universidad de Alcalá de Henares, 2015.  
Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.2/4828>.

**MARQUES, M. B.**

2016 O Paradigma formativo do arquivista em Portugal. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. 29 (2016) 323-346.

**MATOS, S. C.**

2012 Sobre o Dicionário de historiadores portugueses: da fundação da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo: 1779-1974. *Ler História*. [Em linha]. 63 (2012).  
Disponível em: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/418>.

**MILLAR, L.**

2006 Touchstones: considering the relationship between memory and archives. *Archivaria*. 61 (Spring 2006) 105-126.

**MORAIS, D. S.**

2017 *Vidas contadas: as biografias nos obituários de um jornal local*. 2017.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

**MORENO, E. A. [et al.]**

2014 *Digital memories: ethical perspectives: summary report on the workshop held at JRC Ispra, Italy 16<sup>th</sup>-17<sup>th</sup> January 2014*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2014. DOI: <https://doi.org/10.2788/8472>.

**NORA, P.**

1993 Entre memória e História. *Projeto História*. 10 (dez. 1993) 7-28.

**NORA, P., ed.**

1987 *Essais d'ego-histoire*. Paris: Gallimard, 1987.

**NÓVOA, A.**

1992 *Vidas de professores*. Porto: Porto Editora, 1992.

**OCHÔA, P.**

2014 «Para uma perspetiva intergeracional das carreiras e das competências em Portugal: análise da profissão de bibliotecário». *Páginas a&b*, S. 2, n.º 10, p. 7-75.

**OCHÔA, P.**

2012 *Transições profissionais na sociedade de informação, percursos identitários e ciclos de competências de bibliotecários portugueses: 1973-2010*. [Em linha]. 2012.

Tese doutoramento - Universidad de Alcalá (Espanha). Disponível em: <http://dspace.uah.es/dspace/bitstream/handle/10017/17109/TESIS%20PAULA%20OCHOA.pdf?sequence=1>.

**OCHÔA, P.; BARATA, P. J. S.**

2017 Reconhecimento, reputação e capital simbólico na profissão de informação-documentação (I-D): a investigação necessária. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. [Em linha]. 3ª série. 8 (2017) 3-11.  
Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/3331>.

**OCHÔA, P.; BARATA, P. J. S.**

2010 Avaliar o desempenho e gerir a carreira numa fase de turbulência: o caso dos profissionais de informação-documentação em organizações públicas. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 10º, Guimarães, 2010 – *Atas*. [Em linha]. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/187>.

**OCHÔA, P.; MOSCOSO CASTRO, P.**

2012 Da coesão à convergência: contributos para o estudo das dinâmicas profissionais (1973-2010). In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 11º, Lisboa, 2012 – *Atas*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/301>.

**OCHÔA, P.; PINTO, L.G.**

2017 *Strategies, competencies and transitions roles in a digital transformational labour market*. 2017.  
Paper presented at: IFLA WLIC 2017, Wrocław, Poland – *Libraries, Solidarity, Society*. Session 187 – *Library theory and research with new professionals Special Interest Group*. Disponível em: <http://library.ifla.org/1831/1/187-ochoa-en.pdf>.

**OCHÔA, P.; PINTO, L. G.**

2014 Moments of obsolescence competences and career life cycles revisited through information society policies. *International Journal of Advances in Management Science*. 3:3 (2014) 79-87.

**OCHÔA, P.; PINTO, L. G.**

2009 Career, skills and dilemmas. In VARLEJS, J.; WALTON, G., ed. – *Strategies for regenerating the library and information profession*. München: K. G. Saur, 2009, p. 342-354.

**OLIVEIRA, S. [et al.]**

2013 Uma Análise bibliométrica do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas: 1985-2012. *Cadernos BAD*. 1-2 (2013) 22-38.

**PEIXOTO, J.**

1966 O Bibliotecário-arquivista no quadro do pessoal técnico do Estado e da Administração Central: relatório. In ENCONTRO DOS BIBLIOTECÁRIOS E ARQUIVISTAS PORTUGUESES, 1º, Coimbra, 1965 – *Atas*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1966, p. 399-427.

**PEREIRA, J. P.**

2017 Mas qual é o mal do passado? *Público*. (9 dez. 2017) 44.

**PERICÃO, G. [et al.]**

1984 Subsídio para a história de Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação. *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*. 1 (1984) 5-63.

**PINEAU, G.**

1988 A Autoformação no decurso da vida: entre a hetero e a ecoformação. In NÓVOA, António; FINGER, Matthias, org. – *O Método (auto)biográfico e a formação*. Lisboa: Ministério da Saúde, Departamento dos Recursos Humanos da Saúde, Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, 1988, p. 63-77.

**PINO, M. M.**

1996 10º Aniversário do curso de especialização em Ciências Documentais. In *Formação profissional na área BAD: mesa-redonda organizada pelo Curso de Especialização em Ciências Documentais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 6 jul. 1995*. Porto: FLUP, 1996, p. 61-64. Disponível em: <http://repositorioaberto.up.pt/bitstream/>

**PINTO, A. [et al.]**

2015 A Colaboração e disseminação de informação como alavanca de mudança em CI: o Observatório de Ciência da Informação da U. Porto. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 12º Évora, 2015 – *Ligar, transformar, criar valor : atas*. [Em linha]. 2015. Disponível em: [https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/viewFile/1409/pdf\\_86](https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/viewFile/1409/pdf_86).

**PINTO, L. G.; OCHÔA, P., coord.**

2006 *A Imagem das competências dos profissionais de informação-documentação: relatório*. [Em linha]. Lisboa: INCITE, 2006. Disponível em: <http://apdis.pt/download/REL%20ID%202006.pdf>.

**PINTO, M. M. G. A.**

2017 Gestão da informação: para um mapeamento de abordagens e perspetivas. *Páginas a&b : arquivos e bibliotecas*. [Em linha]. 3ª série. N.º especial (2017) 144-157. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/2661>.

**PINTO, M. M. G. A.**

2008 A Formação em informação e documentação: Portugal na contemporaneidade. *Páginas a&b : arquivos e bibliotecas*. 2ª série. 2 (2008) 7-62.

**POLLAK, M.**

1989 Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. 2:3 (1989).

**QUINN, M. E.**

2014 *Historical dictionary of librarianship*. Lanham: Rowman & Littlefield Publ., 2014.

**RAMOS, H.**

2015 Além-túmulo no Facebook: vida após a morte e luto na era digital. (*OBS\**) *Observatorio*. 9:4 (2015) 31-50.

**RAYWARD, W.B.**

2014 Information revolutions, the information society, and the future of the history of information science. *Library Trends*. 62:3 (2014). *Essays in Honor of W. Boyd Rayward. Part 2*, ed. by Alistair Black and Charles van den Heuvel, p. 681-713.

**RAYWARD, W. B.**

2004 When and why is a pioneer: history and heritage in library and information science. *Library Trends*. 52:4 (2004) 671-682.

**RIBEIRO, F.**

2013 Una Archivística en la era post-custodial: reflexiones sobre un cambio del paradigma en curso. *Boletín Ciencias de la Información*. 2 (2013) 77-82.

**RIBEIRO, F.**

2005a Formação e mercado de trabalho em Informação e Documentação em Portugal. In: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo11111.pdf>.  
Texto da comunicação apresentada ao “VI Colóquio Internacional de Ciências de la Documentación - Convergencia europea, formación y mercado laboral en información y documentación” (Salamanca, Facultad de Traducción y Documentación - Universidad de Salamanca, 26 a 28 de outubro de 2005).

**RIBEIRO, F.**

2005b Gestão da informação. Preservação da memória na era pós-custodial: um equilíbrio precário? In MESA-REDONDA DE PRIMAVERA DO PORTO, 2005 – *Conservar para quê?*. [Em linha]. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10043.pdf>.

**RIBEIRO, F.**

2005c Organizar e representar informação: apenas um meio para viabilizar o acesso? *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. 4 (2005) 83-100.

**RIBEIRO, F.**

2005d O Perfil profissional do arquivista na sociedade da informação. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 45:1 (2005) 49-57. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8871.PDF>.

**RIBEIRO, F.**

2004 Informação: um campo uno, profissões diversas? In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 8º, Estoril, 2004 - *Nas encruzilhadas da Informação e da Cultura: (re)inventar a profissão : atas*. [Em linha]. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo4181.pdf>.

**RIBEIRO, F.**

2002a Da Arquivística técnica à Arquivística científica: a mudança de paradigma. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. Série 1, vol. 1 (2002) 97-110.

**RIBEIRO, F.**

2002b O Desafio da formação profissional: novo paradigma, novo modelo formativo. In CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 1.º, São Paulo, 2002 - *Integrar: textos*. Org. FEBAB - Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições. [Em linha]. São Paulo : Imprensa Oficial, 2002, p. 419-440. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1241.pdf>.

**RIBEIRO, F.; LEITE, J.; CERVEIRA, E.**

2004 Memória do Curso de Especialização em Ciências Documentais: 1985-2003. In *Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Porto: Universidade do Porto, 2004, p. 209-252.

**RICOEUR, P.**

2000 *La Mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000.

**ROBERTS, P.**

1999 Tangible sorrow, virtual tributes: cemeteries in cyberspace. In VRIES, B. de, ed. – *End of life issues: interdisciplinary and multidimensional perspectives*. New York: Springer, 1999, p. 337-358.

**RODRIGUES, J. M.**

2012 Sebentas de história da arquitectura moderna: um projecto de ensino de história de arquitectura. *Joelho : revista de cultura arquitectónica*. [Em linha]. 3 (abr. 2012) 91-101. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/37321>.

**ROTHBERG, M.**

2009 *Multidirectional memory: remembering the Holocaust in the age of decolonization*. Stanford: Stanford UP, 2009.

**ROTHBLATT, M.**

2016 *Virtualmente humanos: as promessas - e os perigos - da imortalidade digital*. São Paulo: Cultrix, 2016.

**SAINT-LAURENT, C.**

2017a Memory acts: a theory for the study of collective memory in everyday life. *Journal of Constructivist Psychology*. (2017) 1-15.

**SAINT-LAURENT, C.**

2017b Personal trajectories, collective memories: remembering and the life course. *Culture & Psychology*. 23:2 (2017) 263-279.

**SAINT-LAURENT, C.**

2017c Thinking through time: from collective memories to collective futures. In SAINT-LAURENT, C.; OBRADOVIC, S.; CARRIERE, K., ed. – *Imagining collective futures: perspectives from social, cultural and political psychology*. London: Palgrave Macmillan, 2017.

**SANTANA, F. J. S.**

2011 *A Retórica fúnebre: uma abordagem histórico-discursiva de epitáfios, obituários e memoriais virtuais*. Recife, 2011.  
Dissertação de doutoramento em Linguística, apresentada à Universidade Federal de Pernambuco.

**SANTOS, M. T.; PERICÃO, G.**

1985 Algumas reflexões (e sugestões) sobre o Curso de Especialização em Ciências Documentais. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 1º, Porto, 1985 – *A Informação em tempo de mudança: atas*. Porto: BAD, 1985, vol. 2, p. 363-366.

**SZCZYRBAK, M.**

2014 e-Obituary and e-Nekrolog an emergent online genres: a contrastive study. In ROBSON, Garry; ZACHARA, Malgorzata, ed. – *Digital diversities: social media and intercultural experience*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2014, cap.16, p. 296-314.

**SILVA, A. M. [et al.]**

1998 *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto : Edições Afrontamento, cop. 1998.

**SILVA, A.M.; RIBEIRO, F.**

2012 Documentation/Information and their paradigms: characterization and importance in research, education, and professional practice. *Knowledge Organization*. 39:2 (2012) 111-124.

**SILVA, A. M.; RIBEIRO, F.**

2004 Formação, perfil e competências do profissional da informação. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 8º, Estoril, 2004 - *Nas encruzilhadas da Informação e da Cultura: (re)inventar a profissão: atas*. [Em linha]. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo4161.PDF>.

**SILVA, A. M.; RIBEIRO, F.**

2002 *Das "Ciências" Documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

**SILVA, C. G.**

2013 Perspectivas de investigação em Ciência da Informação. ENCONTRO IBÉRICO EDICIC 2013, 6º Porto – *Globalização, Ciência, Informação: atas*. [Em linha]. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto; CETAC.MEDIA, 2013. Disponível em: [http://eprints.rclis.org/22854/1/PORTUGAL\\_Perspectivas%20de%20investiga%C3%A7%C3%A3o%20em%20Ci%C3%Aancia%20da%20Informa%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://eprints.rclis.org/22854/1/PORTUGAL_Perspectivas%20de%20investiga%C3%A7%C3%A3o%20em%20Ci%C3%Aancia%20da%20Informa%C3%A7%C3%A3o.pdf).

**SILVA, L. [et al.]**

2011 *Information professionals : University of Porto case study*. 2011. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/73776/2/75522.pdf>.

**SMIRAGLIA, R. P.**

2009 *Modulation and specialization in North American knowledge organization: visualizing pioneers 2009*. [Em linha]. [S. l.] : University of Arizona, 2009, vol. 2, p. 35-46. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10150/105092>.

**STARCK, N.**

2006 *Life after death: the art of the obituary*. Victoria (Australia): Melbourne University Press, 2006.

**SZPUNAR, P. M.; SZPUNAR, K. K.**

2016 Collective future thought: concept, function, and implications for collective memory studies. *Memory Studies*. 9:4 (2006) 376-389.

**TAMÒ, A.; GEORGE, D.**

2014 Oblivion, erasure and forgetting in the digital age. *JIPITEC*. 5 (2014) 71-87.

**TAVARES, D.**

2017 *Transformações na Arquitectura portuense*. Porto: Dafne, 2017.

**TAVARES, D.**

2003-2011 *Sebentas de história da Arquitectura moderna*. Porto: Dafne Editora, 2003-2011.

**TIGHT, M.**

2008 Dead academics: what can we learn about academic work and life from obituaries? *London review of Education*. 6:2 (2008) 125-135.

**UNIVERSIDADE DO PORTO**

[20--] *Observatório do emprego e da trajetória profissional dos diplomados da Universidade do Porto*. [Em linha]. Porto: Universidade do Porto, [20--]. Disponível em: [https://sigarra.up.pt/up/pt/web\\_base.gera\\_pagina?p\\_pagina=observat%C3%B3rio%20do%20emprego](https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=observat%C3%B3rio%20do%20emprego).

**VAN DIJCK, J.**

2013 *The Culture of connectivity: a critical history of social media*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

**VAN DIJCK, J.**

2007 Mediated memories in the digital age. *Interdisciplinary Science reviews*. 36:1 (2007) 90-96.

**VARIS, P.; SPOTTI, M.**

2011 In beyond memory of Facebook, death and subjectivity. In *Tilburg papers in Culture Studies*. [Em linha]. 2011, paper 5, p. 1-11. Disponível em: <https://www.tilburguniversity.edu/research/institutes-and-research-groups/babylon/tpcs/download-tpcs-paper-5.pdf.htm>.

**VEALE, K.**

2004 Online memorialization: the Web as a collective memorial landscape for remembering the dead. *Fibreculture*. 3 (2004).

**VELOSO, A. J. B., coord.**

2017 *Médicos e sociedade: para uma história da medicina em Portugal no século XX*. Lisboa: By the Book, 2017.

**VIEGAS, A. C.**

2008 O *Eu* como matéria de ficção: o espaço biográfico contemporâneo e as tecnologias digitais. *Revista Texto Digital*. 4:2 (2008) 2-13.

**VIEIRA, W.**

2014 *O Obituário contemporâneo no jornal e nas coletâneas: uma discussão sobre gênero textual, biografia e sociedade*. 2014. Tese de mestrado em Estudos Culturais apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de S. Paulo.

**VIVAS, D.; OLIVEIRA, S.**

2015 Os Encontros de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas: 1965-1983: estudo histórico e bibliométrico. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 12<sup>o</sup>, Évora, 2015 – *Atas*. [Em linha]. Lisboa: BAD, 2015. Disponível em: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/1289>.

**ZITTOUN, T.**

2017 Dynamic memories of the collective past. *Culture & Psychology*. 23:2 (2017) 295-305.

**Paula Ochôa | poc.paula@gmail.com**

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa  
CHAM - Centro de Humanidades

**Paulo Jorge Barata | paulobarata2009@gmail.com**

Biblioteca Nacional de Portugal

Rodrigo Pereira

**Resumo:** Objetivou-se investigar a aplicação e cumprimento da Lei nº 12.244/2010 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares nas instituições de ensino públicas e privadas. Para efeitos desta pesquisa, estabeleceu-se o cenário público como *locus* para a pesquisa, especificamente, a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul. Passados seis anos da promulgação da lei citada, a qual determina o ano de 2020 para seu cumprimento, questiona-se quais têm sido as ações desencadeadas pelo governo Sul-Mato-Grossense em função de sua implementação e, conseqüentemente, universalização das bibliotecas escolares no Estado. Assim sendo, o estudo procurou constatar qual o impacto da referida lei nas ações do Estado em direção ao seu cumprimento, ações essas que preconizam resolver a insuficiência de bibliotecas escolares em todo o Estado de Mato Grosso do Sul, dando ênfase à importância do papel dos bibliotecários como gestores das bibliotecas citadas. A pesquisa se caracterizou como de campo, tendo a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul como ambiente da pesquisa, a qual se estabeleceu sob a perspectiva exploratória, de caráter descritivo, para apresentação dos dados coletados, os quais são oriundos da aplicação de entrevista semiestruturada, aplicada ao superintendente de educação, neste artigo, identificado como sujeito da pesquisa. Percebeu-se que há um caminho longo a se percorrer no que tange o cumprimento da lei objeto de estudo desta pesquisa, pois, como percebido, são poucas as ações que se dirigem ao cumprimento da lei, como também, faltam as escolas no Estado, infraestruturas e profissionais para a criação das bibliotecas escolares e sua efetiva gestão. Foi possível perceber, também, que o sujeito da pesquisa possui boa concepção em torno do papel das bibliotecas na escola, sobretudo em relação ao processo de leitura e letramento, mas, concepção essa, que não encontra sustentação política para sua materialização nos ambientes das escolas. Considera-se, portanto, que o Estado de Mato Grosso do Sul, em relação ao cumprimento da citada lei, não conseguirá cumpri-la nos três anos que restam para o seu cumprimento, conforme explicitado pela própria lei.

**Palavras-chave:** Biblioteca Escolar; Bibliotecário Escolar – Mato Grosso do Sul; Lei nº 12.244/2010

**Abstract:** The objective was to investigate the application and compliance with Law 12.244/2010, which provides the universalization of school libraries in public and private educational institutions. For the purposes of this research, the public scenario was established as a *locus* for research, specifically the State Secretariat of Education of Mato Grosso do Sul. Six years after the promulgation of the cited law, which determines the year 2020 for compliance, it is questioned what have been the actions triggered by the Sul-Mato-Grossense government in function of its implementation and, consequently, the universalization of the school libraries in the State. The purpose of this study was to verify the impact of the aforementioned law on the actions of the State towards its fulfillment, which advocates solving the insufficiency of school libraries throughout the State of Mato Grosso do Sul, with emphasis on the importance of the role of librarians as managers of the cited libraries. The research was characterized as a field one, and the State Department of Education of Mato Grosso do Sul as the research environment, which was established under the exploratory perspective, with a descriptive character, to present the collected data, which come from the application of semistructured interview, applied to the superintendent of education, in this article, identified as research subject. It was noticed that there is a long way to go in relation to the fulfillment of the law object of study of this research, because, as perceived, there are few actions that are directed to the fulfillment of the law, as well as, lacking the schools in the State, infrastructures and professionals for the creation of school libraries and their effective management. It was also possible to perceive that the research subject has a good conception on the role of libraries in school, especially in relation to the reading and literacy process, but this conception does not find political support for its materialization in school settings. It is therefore considered that the State of Mato Grosso do Sul, in relation to compliance with the referred law, will not be able to comply with it in the three remaining years for compliance, as explained by the law itself.

**Keywords:** School library; School librarian - Mato Grosso do Sul; Law nº 12.244/2010

## **1. Introdução**

Conforme a promulgação da Lei nº 12.244/2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares nas instituições de ensino públicas e privadas, onde cita que os sistemas de ensino do país precisam progredir quanto à sua implantação e o cumprimento da lei até o ano de 2020, o presente artigo problematiza o processo de implantação da lei citada no cenário Sul-Mato-Grossense, buscando evidências capazes de externar as reais ações desencadeadas por força da lei propriamente dita.

Assim sendo, a proposta desta pesquisa é perceber o processo de implantação da Lei 12.244/2010 no contexto Sul-Mato-Grossense, haja visto decorridos seis anos de sua promulgação.

A problemática biblioteca escolar é uma questão antiga no país, segundo especialistas da área da Biblioteconomia, Ciência da Informação e até mesmo da Educação, tais bibliotecas possuem significativa importância no processo de ensino e aprendizagem, todavia, o cenário educativo brasileiro encontra-se desprovido de bibliotecas escolares e, quando essas existem, não refletem a concepção necessária de uma biblioteca escolar, ou seja, são mutiladas no contexto escolar, se tornando salas de livros, caixas de livros, armários de livros, etc., perdendo, não tão somente sua essência enquanto recurso pedagógico, mas, também, desaparecendo das escolas.

Diante do cenário apresentado, o Governo Federal assessorado pelo Conselho Federal de Biblioteconomia - CFB, promulgou Lei nº 12.244, de maio de 2010, a qual trata especificamente da universalização das bibliotecas escolares no cenário educativo brasileiro determinando que escolas de caráter público e privado cumpram a referida lei até o ano de 2020.

É sabido, e o artigo tratará de maneira mais verticalizada em seus respectivos tópicos, que a problemática da biblioteca escolar vai além de uma simples lei promulgada determinando sua universalização no país, todavia, espera-se que tal instrumento normativo desencadeie ações eficazes, sobretudo, no contexto público, por meio das Secretarias de Estado de Educação, as quais estão imbuídas de articularem a implantação e execução da Lei 12.244/2010.

Por isso, a presente pesquisa ganha significativa importância, ao passo que busca junto a Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul, informações sobre o atual momento da implantação da Lei 12.244/2010, quais têm sido as ações desenvolvidas e, o que se espera, pedagogicamente, com o cumprimento da lei em questão.

A referida pesquisa justifica-se, também, por tocar em um assunto que se relaciona com os direitos dos educandos Sul-Mato-Grossenses, pois, além do direito constitucional à educação de qualidade, com a promulgação da referida lei, eles passam, também, a ter direito à biblioteca escolar.

Dessa forma, a pergunta norteadora da pesquisa se fundamenta em questionar sobre a condição atual da implantação da Lei 12.244/2010 no Estado de Mato Grosso do Sul, em busca de evidenciar quais ações têm sido desenvolvidas pelos órgãos competentes para o cumprimento da lei.

Para atender as indagações dessa pesquisa, objetivou-se perceber o processo de implantação da Lei 12.244/2010 no Estado de Mato Grosso do Sul, por meio do qual, objetivos específicos foram definidos para melhor direcionamento da pesquisa, tais como: apresentar a biblioteca escolar enquanto recurso pedagógico; revistar a Lei 12.244/2010 sob a perspectiva conceitual e prática, como também, identificar as ações desenvolvidas pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul em função do cumprimento da lei.

Sob essa concepção, estabeleceu-se o percurso metodológico fundamentado em pesquisa de campo, de caráter exploratório, com ênfase no método descritivo. O Estado de Mato Grosso do Sul, para efeitos desta pesquisa, se caracterizou como o ambiente da pesquisa e o responsável direto pelas decisões no âmbito educacional, o superintendente de educação, como sujeito da pesquisa. Utilizou-se, também, de entrevista semiestruturada conforme Apêndice A, como instrumento para coleta de dados, os quais foram analisados sob a concepção do referencial teórico da pesquisa em questão.

Percebeu-se, no transcurso da pesquisa, e, sobretudo, por meio dos relatos oriundos da entrevista realizada, que o Estado de Mato Grosso do Sul, no que tange a implantação da Lei 12.244/2010, ver Anexo A, encontra-se em lento processo de articulação de algumas ações dirigidas ao cumprimento da lei. Não há projeto definido para o cumprimento da lei, nem se pôde perceber que cumpri-la seja parte efetiva das ações da Secretaria de Estado de Educação.

## ***2. Biblioteca escolar enquanto recurso de ensino e aprendizagem***

A Educação brasileira constitui-se em um tema delicado, complexo e por isso, altamente desafiador tanto aos agentes educacionais como para o Estado, seja em nível federal, estadual e/ou municipal.

Constitucionalmente, é de senso comum de que o Estado é responsável por ofertar acesso à educação de qualidade em todos os seus níveis de escolarização, mas, o que se percebe no cenário brasileiro, a partir de índices nacionais e internacionais sobre a qualidade da educação no país, é o despropósito do Estado para com a qualidade do processo educativo brasileiro.

A partir de um cenário despropositado para com a educação brasileira, não poderia ser novidade o desmantelamento das bibliotecas que poderiam compor a estrutura das escolas brasileiras nos mais diversos cenários educativos.

Por força disso, a Lei 12.244, promulgada em 2010, com previsão de cumprimento total no ano de 2020, surgiu como mais um elemento capaz de contribuir para com o aumento da qualidade da educação brasileira, haja visto, pesquisadores do tema e parte da própria literatura oriunda das áreas da Educação, Biblioteconomia e Ciência da Informação apontarem para os efeitos positivos da biblioteca no âmbito das escolas brasileiras.

Entende-se aqui, que o desenvolvimento pessoal, cultural, familiar e profissional, perpassa a uma formação educativa de qualidade, onde a ação de todos os protagonistas da educação, incluindo nesse cenário os bibliotecários, são determinantes para a materialização de objetivos que se dirijam à educação de qualidade.

Segundo Silva (2003:35)

A educação do ser humano, seja ela formal ou informal (sistemática ou assistemática), sempre envolve dois fatores fundamentais: formação e informação. Mais especificamente, o processo educativo exige que às novas gerações sejam transmitidos conhecimentos, sejam trabalhados determinados valores e costumes de modo que ocorra a sobrevivência e a convivência social e de modo que não pereça a linha evolutiva da cultura.

Ao considerar a informação como parte determinante ao processo educativo, a biblioteca escolar assume significativo papel no processo de escolarização de seus usuários. Para tanto, despertar em seus usuários o interesse e o desejo pelo seu sistemático uso, em função do desenvolvimento de competências necessárias ao acesso, uso e produção de conhecimento, torna-se uma prática indispensável aos fazeres de bibliotecários que estejam gerindo tais bibliotecas.

Por isso, criar atitudes positivas com relação ao uso da biblioteca e da informação deva ser parte das ações bibliotecárias, as quais deverão se dirigir aos propósitos escolares estabelecidos em suas respectivas propostas pedagógicas. Só assim a biblioteca escolar poderá fazer sentido à escola e poderá contribuir para a formação de alunos com perfil de pesquisador, criativo e autônomo em seu processo de aprendizagem.

Para a biblioteca escolar ser considerada um instrumento de ensino e aprendizagem é preciso haver uma parceria efetiva entre instituição, bibliotecário, assistentes de biblioteca, professores e gestores da alta administração, estabelecendo uma cultura escolar de compartilhamento mútuo, tanto de perspectivas educacionais como para execução de projetos pedagógicos que envolvam toda a escola com o objetivo de oportunizar novas perspectivas de ensino e aprendizagem.

É importante ressaltar que o papel da biblioteca escolar inicia-se, já, na educação infantil, momento de descortinamento do mundo pelas crianças, por tanto, momento muito apropriado para um primeiro e significativo contato com os livros e diversas outras práticas possíveis pelas bibliotecas escolares.

Milanesi (1983:49) corrobora dizendo: “A biblioteca é um antídoto ao dogmatismo na medida em que ela oferece informações sem censura”. Pois ela, a biblioteca, não oportuniza somente uma possibilidade de acesso à informação, ela amplia a busca pelo conhecimento registrado e oferece ainda mais que o simples acesso, possibilita recursos e orientação especializada ao processo de produção de conhecimento e geração de inteligência.

No que tange aos objetivos das bibliotecas escolares, essas são essenciais “a qualquer tipo de estratégia de longo prazo que respeita as competências à leitura escrita, à educação e informação e ao desenvolvimento econômico, social e cultural” (IFLA/UNESCO, 2002:2).

Kuhlthau (2010:107) ressalta que “é preciso desenvolver habilidades para o uso da informação juntamente com as propostas curriculares da escola”, as quais devem interagir com as atividades da biblioteca nos conteúdos programáticos, e o que é feito em sala de aula em concomitância com o aprendizado.

A ação direta do bibliotecário é extremamente importante, no auxílio e direcionamento dos alunos ao processo de pesquisa, às fontes de informação e à própria produção de conhecimento.

Ainda para Kuhlthau (2010:107)

No estágio de exploração, o professor e bibliotecário trabalham como parceiros para ajudar os estudantes a se preparar para definir o foco. O professor estrutura as atividades de pesquisa para encorajá-lo a relaxar, ler e refletir à medida que exploram as fontes de informação. Orienta os estudantes a anotar ideias e não fatos detalhados, levando-os a perceber possibilidades de focalizar os assuntos.

Maroto (2009:86) afirma que “se os próprios professores forem leitores e estiverem convictos da importância de promover e incentivar permanentemente o desenvolvimento de práticas leitoras no contexto escolar”, potencializa-se o uso efetivo da biblioteca escolar, bem como, de realização de projetos e múltiplas outras ações possíveis a partir da colaboração com os bibliotecários, pois, também se ensina pelo exemplo.

Assim, sendo, poder-se-ia propiciar as bibliotecas escolares certo prestígio e, conseqüentemente, reconhecimento de seu papel na malha educativa, lançando-a ao cenário educativo como parte da própria cultura.

Quanto ao papel do bibliotecário escolar, a IFLA/UNESCO, (2002:3) afirma que seu papel

[...] varia de acordo com orçamentos, currículos e metodologias de ensino das escolas, dentro do quadro legal e financeiro do país. Em contextos específicos, há áreas gerais de conhecimento que são vitais se os bibliotecários escolares assumirem o desenvolvimento e a operacionalização de serviços efetivos: gestão da biblioteca, dos recursos, da informação e ensino.

Nem sempre as bibliotecas contam com um profissional qualificado para exercer a administração correta das funções bibliotecárias, no entanto, as condições que muitas vezes se encontram nesses locais, quando existem, não estão apropriados para responder as demandas da escola, muito menos dos seus usuários, e sua adequação se faz necessária o mais rápido possível, pois, como citado acima, é preciso gestão qualificada, enfatizando os padrões, normas e a própria missão da biblioteca escolar no cenário contemporâneo.

Taveira (2005:17), esclarece:

A biblioteca escolar é uma instituição que deve ser definida na estrutura do estabelecimento de ensino, que deve ter normas de organização e funcionamento claramente definidos, para que venha facilitar o ensino e a aprendizagem, fornecendo material bibliográfico adequado, tanto para o professor como para os alunos e demais usuários da comunidade escolar.

O ambiente escolar retrata a própria cultura da escola, por isso, a biblioteca escolar precisa fazer parte desse processo de aculturação para a informação e produção de conhecimento, encontrando o seu lugar no contexto escolar, servindo como um dos principais recursos pedagógicos às práticas de ensino e aprendizagem, buscando colaborar

para a educação autônoma, desenvolvendo nos alunos a competência em informação, a qual poderá subsidiar a prática do aprender a aprender por toda a vida.

A interação dos profissionais e suas vantagens sugerem

A integração do programa da biblioteca com os conteúdos curriculares compensa o esforço de ambos, bibliotecário e professor. Mas as crianças são as principais beneficiárias de um programa integrado. Aprendem a usar os materiais da biblioteca de forma a serem capazes de buscar a informação independentemente, seguindo suas próprias inclinações e interesses. Começam a perceber que a aprendizagem é um esforço individual para toda a vida, no qual a biblioteca pode desempenhar uma função central. (KUHLLTHAU, 2009:145).

Diversos textos foram escritos sobre a necessidade de interação do bibliotecário e a equipe pedagógica, que se esses profissionais pudessem participar das reuniões para decisões com relação as atividades desenvolvidas para o público em questão, todos saberiam dos eventos, então, fica a pergunta no ar, será que eles realmente estão envolvidos e são convidados à participarem, ou realmente não há interesse efetivo por parte dos bibliotecários?

Para Campello (2009:53), há necessidade de haver harmonia e colaboração entre todos os agentes educativos,

[...] é necessário o entrosamento entre a biblioteca e a escola, que o bibliotecário deve atuar em consonância com a sala de aula e interagir de modo harmonioso com o corpo docente, a participar efetivamente das atividades escolares, isto é, de reuniões pedagógicas, do planejamento de projetos e do processo de elaboração curricular. Os textos são unânimes em afirmar a importância dessa colaboração, considerando-a responsável pelo êxito da biblioteca como recurso de ensino aprendizagem.

Comenta-se que o bibliotecário prefere trabalhar sozinho, isolado, e que é preciso estímulo e incentivo, para fazê-lo sair da biblioteca e interagir, no entanto, as responsabilidades precisam ser mútuas, deve haver interesse pelas partes envolvidas, pois os resultados serão benéficos a todos, e assim suas profissões se justificam, e demonstram que a informação e comunicação acontecem de forma eficaz e eficiente entre toda a equipe colegiada.

Para Côrte e Bandeira (2011:12)

A biblioteca escolar não é uma instituição independente. Ela existe para atender as necessidades de informação da comunidade escolar, onde convivem professores, alunos, pessoal administrativo e técnico. Quando a biblioteca esclarece dúvidas não resolvidas em sala de aula, quando mostra ao aluno as relações existentes entre as matérias ministradas, ela exerce o papel de mediador da informação. O bibliotecário passa a atuar como educador e incentivador da busca de conhecimentos.

Ainda sobre o processo colaborativo no espaço escolar, Macedo (2005:45) enfatiza que:

Enfim, são medidas urgentes a serem tomadas para demonstrar a procedência da ação educativa conjunta, a ser encetada entre bibliotecário e professor, para

o fortalecimento do processo de aprendizagem; e, ainda, da ação técnica biblioteconômica, para evitar a imensidade de casos de “aberrações organizacionais” de bibliotecas, nas escolas públicas e privadas do país, que dificultam a aquisição de competências, pelos estudantes, para o uso correto da informação.

O bibliotecário escolar diante dos desafios, precisa estar ciente das dificuldades e de que atuar de forma, incentivadora na contemplação dos alunos e de suas necessidades informacionais, e tornar acessível a biblioteca escolar como um lugar de ensino, aprendizagem, imaginação, muitas vezes, surtirá consequências adversas, persistência e perseverança é sinal de firmeza com relação a busca e acesso da informação pelo bibliotecário escolar.

No que se refere aos recursos pedagógicos o papel do bibliotecário ganha significativa importância, a respeito disso, Macedo (2011:173) ressalta:

Se os princípios didático-pedagógicos preconizam que os docentes utilizem os mais variados recursos fora da sala de aula, afim de que o aluno se aproprie de conhecimentos, vivencias e valores, impõe-se que o bibliotecário escolar, como mediador da informação, seja conhecido também como um dos agentes que contribui, na sua especialidade, para consecução de objetivos dos cursos e requisitos do projeto curricular de cada escola, em especial para influir nas técnicas de competência informacional aos alunos.

Essas questões de mediação entre a informação e as necessidades pedagógicas para o ensino e a aprendizagem demandarão dos bibliotecários um perfil ativo, dinâmico e de protagonista no cenário educativo, dirigindo práticas pedagógicas relacionadas aos propósitos escolares.

Castrillón, (2011:38) corrobora afirmando que

[...] precisamos de bibliotecas que fomentem o interesse e o gosto pela leitura, que permitam a descoberta do valor que ela tem como meio de busca de sentido, como referência de si mesmo no mundo e para o reconhecimento do outro. Bibliotecas onde a leitura não seja concebida como uma forma de passar o tempo, de se divertir, mas como algo imprescindível para um projeto de vida que pretenda superar uma sobrevivência cotidiana.

Para se ter uma gestão de qualidade, é preciso profissional de qualidade, o difícil é que os critérios para aqueles que exercem tais funções, nem sempre estão em acordo com suas exigências.

Desenvolver políticas para cada situação é preciso, pois replicar o que já não vem surtindo resultados, não faz sentido. Mudar paradigmas seria um começo, mas, para isso, é preciso enfrentar as contradições adversas que surgirem, aceitar opiniões diversas.

Para Milanesi (2003:212) “O indivíduo tem o direito de saber e optar. E o Estado tem o dever de garantir essa prática, que vai da alfabetização à disponibilidade de todo e qualquer registro do conhecimento em centros específicos ou por meio de redes de informação dentro das possibilidades tecnológicas”.

A falta de conhecimento dos indivíduos sobre seus direitos à educação e a Informação, podem ser fatores que expliquem a demanda ou falta da mesma, pois se desconhece os direitos, como irão ou poderão reivindicá-los.

### **3. Revisitando a lei nº 12.244/2010**

A Lei 12.244 de maio de 2010, promulgada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, abriu nossas discussões, expectativas e perspectivas em torno da universalização das bibliotecas escolares.

No artigo terceiro da Lei citada acima, que diz respeito aos sistemas de ensino do País, determina-se que os responsáveis diretos deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta lei, seja efetivada em um prazo máximo de dez anos.

A complexidade é eminente, pois existem regiões tão carentes que além da falta de biblioteca, falta energia elétrica, saneamento básico, e o item que também problematiza a situação, a inexistência de pessoal qualificado gerindo essas áreas, sendo bibliotecário, assistentes de bibliotecas, ou ao menos alguém com curso técnico em biblioteca para assumirem tal responsabilidade.

Uma das desculpas mais frequentes para o não cumprimento da lei 12.244 é justamente a falta de espaço físico, segundo Frank, (2013:1).

Sempre se dá um jeito, quando há vontade. Ou ainda: direção e educadores comprometidos em criar o espaço da biblioteca dentro de uma escola irão encontrar uma solução, um plano B. "Vale priorizar o projeto que aproveita o espaço da escola para múltiplas funções - montar a biblioteca em um canto da sala de aula, por exemplo", indica Sueli Nemen Rocha, da Biblioteca Monteiro Lobato. "Até porque inúmeras disciplinas poderiam ter suas aulas 'dentro' da biblioteca". O de uma escola de Açailândia (MA) serve de inspiração: o acervo de livros agora ocupa o local antes reservado ao refeitório. O importante é estabelecer prioridades - e a biblioteca está entre as mais urgentes, garante a Lei 12.244.

Essas questões de espaços e ambientes precisam ser trabalhadas, sabe-se que não é simples e fácil, formar de uma hora para outra, as bibliotecas escolares como deveriam ser, mas, conscientizar de sua necessidade e precisão já é um começo.

A lei reforça a existência de bibliotecas escolares com bibliotecários, haja vista busca-se a estruturação de bibliotecas capazes de ir além de seu pragmatismo estabelecido, qual seja, formação de acervo e promoção de leitura.

Castrillón (2011:36) afirma que

Um país requer bibliotecas que possam ir mais além desse plano mínimo de trabalho. Bibliotecas que, em primeiro lugar, se convertam em meios contra a exclusão social, isto é, que se constituam em espaços para o encontro, para o debate sobre os temas que dizem respeito as maiorias e minorias; bibliotecas

onde crianças, jovens e adultos de todas as condições, leitores e não leitores, escolares e não escolares, encontrem respostas a seus problemas e interesses e lhes sejam abertas novas perspectivas.

#### **4. Material e métodos**

No intuito de identificar a situação das bibliotecas escolares públicas no Estado de Mato Grosso do Sul, quanto a lei 12.244/2010, utilizou-se de pesquisa de campo, de caráter exploratória, sob a perspectiva descritiva como recurso para a construção estratégica desse artigo.

A pesquisa de campo segundo Fachin (2003:134)

Detém-se na observação do contexto no qual é detectado um fato social (problema), que a princípio passa a ser examinado e, posteriormente, é encaminhado para explicações por meio dos métodos e das técnicas específicas. É frequentemente empregada em investigações que procuram avaliar a eficácia de um conjunto de processos para auxiliar a sociedade; e busca controlar a influência de obstáculos no meio social, que podem interferir na relação entre as variáveis independentes e dependentes.

As fontes utilizadas foram bibliográficas, sites, a lei 12.244/2010 e juntamente com o responsável pelas bibliotecas escolares foi realizada uma entrevista semiestruturada, que segundo Manzini (1991:154).

[...] está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

A entrevista semiestruturada foi construída com cinco perguntas abertas, encaminhadas via e-mail ao sujeito desta pesquisa, o superintendente de educação do Estado de Mato Grosso do Sul, o qual respondeu e encaminhou por e-mail a entrevista com as devidas respostas.

**No próximo tópico, serão apresentados os resultados e análises dos dados coletados, sob a perspectiva do referencial teórico utilizado na pesquisa.**

#### **5. Resultados e análise dos dados**

Neste tópico, serão apresentados os dados coletados pela pesquisa de campo, os quais foram analisados e sombreados pelo referencial teórico que sustentou a pesquisa.

É perceptível que a Secretaria de Estado de Educação, representada nesta pesquisa pelo seu superintendente, demonstra certa preocupação em relação ao cumprimento da Lei 12.244/2010, como se pode identificar nas análises que seguem.

Alguns aspectos pontuais foram apresentados como parte das ações dirigidas ao cumprimento da referida lei, como por exemplo: a oferta de concurso público para o cargo de bibliotecários e técnicos de biblioteca, bem como, algumas ações formativas para os profissionais que encontram-se responsáveis pelas bibliotecas escolares no Estado.

A primeira pergunta feita ao sujeito da pesquisa, tratou-se de evidenciar a concepção de biblioteca escolar que há na Secretaria de Estado de Educação e quantas bibliotecas estão em funcionamento no Estado.

Segundo o sujeito da pesquisa, a Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul “compreende a biblioteca escolar como sendo um espaço de aprendizagem que coopera com as ações da escola, ou seja, como parte do processo educativo onde o aluno encontra, ao mesmo tempo, cor, movimento, leitura e informação”.

Essa concepção, vai ao encontro do que postula Kuhlthau, (2009), quando sugere que “a integração do programa da biblioteca com os conteúdos curriculares potencializa a aprendizagem dos alunos, gerando competências capazes de lançá-los de forma independente e da aprendizagem ao longo da vida”.

No discurso do sujeito da pesquisa, a biblioteca escolar é sugerida como um instrumento ativo, vivo e cooperante, concepção essa que, se materializada, pode contribuir significativamente ao processo de ensino e aprendizagem.

Sobre a quantidade de bibliotecas existentes e sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação, o respondente informou que dentre as 364 escolas existentes no Estado de Mato Grosso do Sul, apenas 155 possuem bibliotecas com salas próprias, 78 bibliotecas encontram-se em salas adaptadas para seu funcionamento e, 131 escolas não possuem bibliotecas.

Os dados, conforme podem ser melhores visualizados no quadro abaixo, explicita uma crítica situação em relação processo de universalização das bibliotecas escolares, haja vista, apenas 43% das escolas Sul-Mato-Grossenses possuírem bibliotecas em espaços próprios.

Transcorridos seis anos da promulgação da Lei 12.244/2010, percebe-se que o Estado de Mato Grosso do Sul encontra-se distante do cumprimento da referida lei, pois, para cumpri-la, seria necessário, pelo menos, a construção de 209 bibliotecas, as quais, segundo a concepção de biblioteca da própria secretária de educação, demandaria significativos recursos para sua operacionalização, os quais envolveriam a aquisição de acervo, mobiliário, climatização, contratação de profissionais, computadores, internet etc.

**Quadro 1 – Situação das bibliotecas escolares quanto a destinação de espaços nas escolas**

<b>LOCALIZAÇÃO DA BIBLIOTECA</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Sala Própria	155
Sala Adaptada	78
Não possuem/ espaço alternativo	131

**Fonte:** Sujeito da pesquisa (2016).

Perguntado sobre o perfil do profissional responsável pela gestão das bibliotecas escolares no Estado, em relação a segunda pergunta da entrevista semiestruturada, verificou-se que a Secretaria de Estado de Educação na pessoa do superintendente, compreende o gestor da biblioteca “como um profissional possuidor de competências técnicas e pedagógicas, sugerindo uma atuação crítica, criativa e eficaz na identificação dos interesses da escola.

Ainda segundo o entrevistado, tal profissional deve se fazer presente, auxiliando os usuários quanto ao acesso aos livros e às informações disponíveis nas respectivas bibliotecas”.

Essa compreensão, corrobora ao pressuposto de Macedo (2011:173), ou seja:

*Se os princípios didático-pedagógicos preconizam que os docentes utilizem os mais variados recursos fora da sala de aula, afim de que o aluno se aproprie de conhecimentos, vivências e valores, impõe-se que o bibliotecário escolar, como mediador da informação, seja conhecido também como um dos agentes que contribui, na sua especialidade, para consecução de objetivos dos cursos e requisitos do projeto curricular de cada escola, em especial para influir nas técnicas de competência informacional aos alunos.*

Percebe-se, tanto no discurso do sujeito da pesquisa, quanto na citação de Macedo (2011), que a competência pedagógica é uma condição aos gestores de bibliotecas escolares. Essa competência, a pedagógica, sugere uma melhor compreensão do espaço escolar, da proposta curricular, dos objetivos da escola e, sobretudo, do processo de ensinar e aprender.

Diante disso, urge que a formação dos profissionais que estejam à frente de tais bibliotecas contemple os aspectos pedagógicos, atribuindo à prática profissional desses gestores maior eficiência e proposição aos desafios educacionais contemporâneos.

Ainda sobre o perfil dos gestores, o sujeito da pesquisa afirmou que “esses profissionais precisam compreender a relação do leitor com os livros. A pessoa que faz a mediação entre leitor e livro precisa ser leitora também, para saber como atrair o público. Antes de qualquer coisa, deve ser uma pessoa que ama o que faz. Que ama os livros. Que se deleita com a literatura”.

É notório a condição cultural instituída no cenário escolar que entende a biblioteca e os profissionais responsáveis por elas, como leitores e fomentadores da leitura, como “amantes dos livros”. Todavia, é sabido que o papel da biblioteca escolar não se restringe ao processo de leitura, não se deve abrir mão dele, mas deve-se ir para além dele.

Quando a compreensão da ação bibliotecária reside, apenas, no processo de leitura e de seu fomento, se reduz a importância das bibliotecas escolares, bem como daqueles que as operacionalizam, pois, a prática da leitura e de seu fomento pode ser realizada sem biblioteca e sem bibliotecários.

Por isso, conceber a biblioteca escolar como um instrumento de desenvolvimento de competências informacionais é tão urgente, pois, quando se compreende isso, entende-se que a biblioteca e o papel do bibliotecário são processuais e educativos, tendo no processo de leitura e de seu fomento, apenas mais um elemento de ação para o empoderamento dos usuários da informação, objetivando sua educação autônoma e ao longo da vida.

Diante disso, o quadro a seguir apresenta a formação dos profissionais à frente das bibliotecas escolares no Estado.

**Quadro 2 – Situação da qualificação de equipes atuantes nas bibliotecas escolares**

<b>QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Bibliotecário	3
Técnico em Biblioteconomia	56
Administrativo readaptado	69
Professor readaptado	172

**Fonte:** Sujeito da pesquisa (2016).

O cenário profissional é uma réplica do que acontece em várias outras regiões do país. Como se percebe, em um contexto de 364 escolas, há, apenas, três bibliotecários no quadro de profissionais da Secretaria de Estado de Educação em Mato Grosso do Sul. E a máxima dos readaptados continua sendo a prática preferida e/ou possível dos gestores educativos.

Não é preciso esforço para compreender a desconstrução paulatina das bibliotecas escolares no Estado de Mato Grosso do Sul, tanto do ponto de vista conceitual, quanto prático. A condição da readaptação é a própria manifestação da compreensão que se tem, de fato, das bibliotecas. Como seria possível a um profissional sem formação específica e, ainda, desprovido de suas capacidades psicológicas, físicas e operacionais, fazer das bibliotecas espaços que manifestem a concepção de biblioteca e dos profissionais responsáveis por elas, explicitadas pelo superintendente de educação nesta pesquisa?

Diante dos dados apresentados no quadro acima, pode-se sugerir que a Lei 12.244/2010 é mais uma lei no cenário brasileiro que “nasce” desprovida de sustentação política, financeira e operativa, lançando-a ao esquecimento e descrédito.

Quando perguntado sobre as expectativas da SED/MS em relação às bibliotecas escolares e sua contribuição ao ensino e aprendizagem observou-se que “com atendimento adequado e profissionais desempenhando funções técnicas e pedagógicas, espera-se que a biblioteca escolar passe de espaço passivo, que apenas guarda livros, para espaço ativo capaz de interferir no comportamento dos professores, dos alunos e de toda a comunidade escolar, ampliando o hábito da leitura, transformando-os em pesquisadores e autores do próprio conhecimento”.

As expectativas em relação a contribuição da biblioteca para com o processo de ensino e aprendizagem, de fato, são bem arquitetadas, sugere-se que haja conhecimento do papel dessas bibliotecas no cenário escolar. A questão propositada: será possível alcançar essas expectativas sem ações concretas por parte do Estado de Mato Grosso do Sul, para tornar possível perceber essa contribuição citada uma realidade nas escolas Sul-Mato-Grossenses?

Em função disso, o sujeito da pesquisa, perguntado sobre os desencadeamentos da SED/MS para o cumprimento da Lei 12.244/2010, respondeu que algumas ações têm sido realizadas, como por exemplo: “a realização de concursos para bibliotecários e técnicos em bibliotecas; formação para os profissionais que atuarão como multiplicadores em doze núcleos de tecnologia educacional espalhados pelo Estado, bem como a capacitação para os servidores que atuam nas bibliotecas da rede, com ênfase nos aspectos técnicos e pedagógicos.”

Segundo o respondente, “A capacitação oferecida neste ano, 2016, matriculou novecentos e setenta e oito (978) servidores interessados em compreender este espaço que vem ganhando força em nossas escolas”. Os temas abordados nas formações tem sido: “Introdução à Biblioteca Escolar; Organização da Biblioteca Escolar; Processamento Técnico; Marketing para as Bibliotecas Escolares; Mural Externo, Divulgação de Livros Novos do Acervo e Exposição na Biblioteca Escolar; Clube da leitura, Feira do livro, Concursos e Premiações na Biblioteca Escolar; Encontro com Escritores e Palestras na Biblioteca Escolar; Contação de Histórias e Apresentações artísticas na Biblioteca Escolar”.

Percebe-se o intento de mudar, mesmo que parcialmente, a realidade das bibliotecas escolares no Estado, agindo com ações pontuais de formação em todo o Estado, todavia, é importante ressaltar, que tais ações não se dirigem ao cumprimento da lei em questão, pois, a referida lei, trata da universalização da biblioteca escolar no país, condição essa que determina ao Estado a construção de novas bibliotecas, ação que em nenhum momento foi dita e/ou, sugerida nos planos do atual governo.

Há de se ressaltar, que as ações citadas pelo respondente são necessárias, importantes e significativas, mas, para o contexto que se possui em relação a educação sul-mato-grossense, tais ações, sobretudo os concursos públicos para profissionais especializados, deveriam acontecer em maior número de vagas e quantidade.

Quando perguntado como deveria ser a Biblioteca Escolar diante do atual cenário educativo brasileiro, o superintendente argumentou que “o Brasil vem lutando contra o baixo desempenho dos alunos em nossas escolas públicas e sabemos que o crescimento é lento.

A Biblioteca Escolar deve ser um ambiente agradável e de qualidade para quem a frequenta. Deve deixar de ser espaço de castigo para alunos que não tem bom comportamento em sala de aula. A biblioteca escolar deve ter como prioridade o desenvolvimento da leitura, a pesquisa e a busca de informações, mas também, deve promover atitude e valores sem os quais a aprendizagem dificilmente se realiza”.

Mais uma vez, pode-se compreender que o sujeito da pesquisa possui significativa compreensão sobre a biblioteca que se espera ter, uma unidade de informação que “precisa abandonar o seu status de local de castigo, que priorize a leitura, a pesquisa e a informação, dirigindo-se à promoção atitudinal e de valores”.

De fato, a biblioteca escolar, quando compreendida, é algo paradoxal, entende-se o seu papel no processo educativo, mas, infelizmente, não se consegue materializar tal compreensão. Enquanto isso, os índices de qualidade da educação brasileira pioram sistematicamente e os direitos à educação de qualidade e, agora, com a promulgação da lei 12.244/2010, à biblioteca escolar seguem sendo descumpridos sem perspectivas de mudanças.

### *Considerações finais*

O artigo buscou identificar os resultados da Lei 12.244/2010, durante esses seis anos de promulgação, questionando quais as ações a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul têm realizado em função do cumprimento da lei citada.

Pôde-se perceber que ainda é tímida a reação do governo Sul-Mato-Grossense a esse respeito, pois, não há políticas públicas desenvolvidas para esse fim, a quantidade de bibliotecas nas escolas não chega a 50% do total de escolas que o Estado possui, existem, apenas, três bibliotecários no quadro de pessoal do Estado, denotando falta de capital intelectual para gestão efetiva das bibliotecas no Estado.

Ressalta-se também, o número altamente expressivo de profissionais readaptados lotados nas respectivas bibliotecas, denotando, também, descompromisso para com a ação bibliotecária, inviabilizando as boas práticas possíveis desencadeadas pelas bibliotecas no cenário educativo.

Paradoxalmente, percebe-se que a SED/MS compreende o papel das bibliotecas escolares, atribui a elas significativo papel na formação dos alunos, evidenciado a ação literária, bem como, as atitudinais e de valores, como parte das atividades necessárias à gestão das bibliotecas escolares.

Diante do exposto, considera-se, que o cumprimento da Lei 12.244/2010 é, ainda, um sonho longínquo daqueles que acreditam no papel da biblioteca escolar no processo de desenvolvimento intelectual dos alunos da rede pública de ensino, pois, passados seis anos da promulgação da referida lei, restando apenas outros três anos para seu cumprimento integral, o Estado de Mato Grosso do Sul possui um déficit de 57% de bibliotecas escolares, as quais deveriam estar em processo de construção.

Espera-se, assim, que mesmo diante desse cenário pouco esperançoso, ações dirigidas às bibliotecas escolares continuem sendo desenvolvidas, seja pela iniciativa pública e/ou privada, demonstrando evidências de que a universalização dessas bibliotecas é parte importante do processo de ensinar e aprender.

Ressalta-se por fim, que a existência de bibliotecas nas escolas não é mais uma escolha do Estado, é um direito dos cidadãos deste país, portanto, estabelecer efetivo diálogo com o Estado a partir de instituições que zelam pelos direitos individuais e coletivos é uma condição necessária para que o assunto esteja nas pautas do governo estadual.

**Referências bibliográficas**

**ANDRADE, Maria Eugênia Albino.**

2008 *A Biblioteca faz a diferença*. In CAMPELLO, Bernadete Santos, *et al.* – *A Biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica*. 2ª ed. Belo Horizonte : Autêntica, 2008.

**BRASIL. Leis, decretos, etc.**

2010 Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização da biblioteca escolar. [Em linha]. 2010. [Consult. 14 jun. 2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm)

**CAMPELLO, Bernadete Santos**

2009 *Letramento informacional: função educativa do bibliotecário na escola*. Belo Horizonte : Autêntica, 2009.

**CAMPELLO, Bernadete Santos**

2003 *A Biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica*. 2ª ed. Belo Horizonte : Autêntica, 2003.

**CASTRILLÓN, Silvia**

2011 *A Biblioteca cria cidadãos mais bem informados*. In *O Direito de ler e de escrever*. São Paulo : Pulo do Gato, 2011, p. 70-85.

**CASTRILLÓN, Silvia**

2011 *Mudar é difícil, mas possível: o desafio ético e político do bibliotecário*. In *O Direito de ler e de escrever*. São Paulo : Pulo do Gato, 2011, p. 32-51.

**CÔRTE, Adelaide Ramos e; BANDEIRA, Suelena Pinto**

2011 *Biblioteca escolar*. Brasília : Briquet de Lemos, 2011.

**FACHIN, Odília**

2003 *Fundamentos de metodologia*. 4ª ed. São Paulo : Saraiva, 2003.

**FRANK, Marion**

2013 *A Lei 12.244, e o estímulo a leitura no país*. *Revista Educar para Crescer*. [Em linha]. 2013. [Consult. 28 ago. 2016]. Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/leitura/biblioteca-lei-746554.shtml>.

**IFLA; UNESCO**

2000 *Para biblioteca escolar*. [Em linha]. São Paulo, 2000. [Consult. 13 jun. 2016]. Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>.

**KUHLTHAU, Carol**

2010 *Como orientar a pesquisa escolar: estratégias para o processo de aprendizagem*. Belo Horizonte : Autêntica, 2010.

**KUHLTHAU, Carol**

2009 *Como usar a biblioteca na escola: um programa de atividades para o ensino fundamental*. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

**MACEDO, Neusa Dias de, org.**

2005 *Biblioteca escolar brasileira em debate: da memória profissional a um fórum virtual*. São Paulo : Senac São Paulo, 2005.

**MANZINI, Eduardo José**

2016 *Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros*. [Em linha]. Marília: Departamento de Educação Especial, Programa de Pós-Graduação em Educação, UNESP, 1991. [Consult. 5 jun. 2016]. Disponível em: <http://www.sepq.org.br/IIsipeq/anais/pdf/gt3/04.pdf>.

**MAROTO, Lucia Helena**

2009 *Biblioteca escolar, eis a questão: do espaço do castigo ao centro do fazer educativo*. Belo Horizonte : Autêntica, 2009.

**MILANESI, Luís**

2003 *A Casa da invenção*. 4<sup>a</sup> ed. São Paulo : Ateliê, 2003.

**MILANESI, Luís**

1983 *O Que é biblioteca*. São Paulo : Brasiliense, 1983.

**MORENO, Antônio Edinei**

2014 Diagnóstico das bibliotecas escolares do município de Jaraguá do Sul segundo a lei 12.244/2010. *Revista ABC : Biblioteconomia em Santa Catarina*. 19: 1 (jan.-jun. 2014) 23-32. [Consult. 14 jun. 2016] Disponível em: [https://revista.acbsc.org.br/racb/article/viewFile/946/pdf\\_84](https://revista.acbsc.org.br/racb/article/viewFile/946/pdf_84).

**PEREIRA, Rodrigo**

2010 *Aplicação da competência em informação no contexto escolar: uma experiência no Colégio Militar de Campo Grande*. [Em linha] MS. 2010. 244 f. [Consult. 5 jun. 2016]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/93628>.  
Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências.

**SALLES FILHO, José Antônio Pontes**

2013 *A Importância da biblioteca escolar infantil para crianças de 3 a 5 anos: concepções dos professores do Centro de Educação Infantil José Eduardo Jallad-CEI ZEDU*. Campo Grande. 2013.  
Trabalho de conclusão de curso – Graduação em Biblioteconomia – Instituto de Ensino Superior da Funlec (IESF).

**SILVA, Ezequiel Theodoro da**

2005 *Leitura na escola e na biblioteca*. 8. ed. São Paulo: Papyrus, 2003. TAVEIRA, Marli Bordim: *a realidade da biblioteca escolar: estudo de caso da biblioteca do Colégio Militar de Campo Grande-CMCG*. Campo Grande, 2005.  
Trabalho de conclusão de curso – Graduação em Biblioteconomia - Instituto de Ensino Superior da Funlec (IESF).

**VASCONCELOS, Raiza de Miranda**

2010 *A Universalização das bibliotecas nas Instituições de Ensino do País: análise da Lei nº 12.244 de 24/05/2010 no DF*. 2010.  
Graduação em Biblioteconomia – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília.

Rodrigo Pereira | [rp121121@hotmail.com](mailto:rp121121@hotmail.com)

Instituto de Ensino Superior da FUNLEC-IESF  
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Marília-SP, Brasil

***APÊNDICE A – Roteiro da entrevista semiestruturada aplicada ao Superintendente de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul - Brasil***

- 1.** Como a Biblioteca é compreendida na SED/MS? Quantas estão em funcionamento?
- 2.** Qual o perfil do profissional responsável pela gestão das bibliotecas escolares?
- 3.** O que a SED/MS espera dessas bibliotecas em função do aprimoramento do ensino e da aprendizagem.
- 4.** Quais têm sido os desencadeamentos pela SED/MS em relação ao cumprimento da Lei nº 12.244/2010, a qual trata da universalização das bibliotecas escolares no Brasil?
- 5.** Na sua opinião, como deveria ser a Biblioteca Escolar diante do atual cenário educativo brasileiro?

**ANEXO-A: LEI Nº 12.244/2010**



**Presidência da  
República  
Casa Civil  
Subchefia para Assuntos Jurídicos  
LEI Nº 12.244 DE 24 DE MAIO DE 2010.**

Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura.

Parágrafo único. Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares.

Art. 3º Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas [Leis nºs 4.084, de 30 de junho de 1962](#), e [9.674, de 25 de junho de 1998](#).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de maio de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

*Fernando Haddad*  
*Carlos Lupi*

# UMA INVESTIGAÇÃO ACERCA DO ACESSO À INFORMAÇÃO E DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

A RESEARCH ON THE ACCESS TO INFORMATION AND THE DOCUMENTARY HERITAGE OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF RORAIMA

Tatiana Costa Rosa | Leila Adriana Baptaglin

**Resumo:** Ao longo dos anos o Estado de Roraima passou diversas transformações estruturais e sociais, refletidas em suas instituições, e conseqüentemente em seus documentos. Tem-se como foco nesta pesquisa a Universidade Federal de Roraima (UFRR). Considera-se que esta instituição de ensino é um importante pilar na promoção da transparência informacional dentro do Estado de Roraima, visto que possui uma relação direta com a sociedade e seus bens documentais guardam memórias valiosas da história da Universidade e do Estado. Objetiva-se apresentar alguns aspectos acerca da situação do acesso à informação e do patrimônio documental da UFRR. Toma-se como base a Lei de Acesso à Informação brasileira e se parte da premissa de que um patrimônio documental é um documento de caráter permanente histórico. Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de campo e documental. Utiliza-se uma entrevista semiestruturada como instrumento para a coleta de dados. Os sujeitos entrevistados são os responsáveis pelos acervos documentais da Universidade, sendo que dois estão lotados na Divisão de Arquivo Geral (DARQ) e um no Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica (NUDOCHIS) da UFRR. Por meio dos resultados obtidos pode-se perceber que mesmo fazendo parte da mesma instituição, a DARQ e o NUDOCHIS possuem realidades distintas, tanto no que tange ao acesso informacional, quanto ao patrimônio documental. Todavia, as perspectivas voltadas ao acesso e aos bens documentais são positivas.

**Palavras-chave:** Acesso à informação; Patrimônio documental; Universidade Federal de Roraima

**Abstract:** Along the years the State of Roraima experienced diverse structural and social transformations, reflected in its institutions, and consistently in its documents. The *focus* of this research is the Federal University of Roraima (UFRR). It considers that this institution of education is an important pillar in the promotion of the informational transparency inside the State of Roraima, because it has a direct relation with the society and its documentary funds keep valuable memories of the history of the University and of the State. It's a goal to present some aspects about the access to the information situation and the documentary heritage of UFRR. It is based in the Law of Access to the Brazilian Information and starts from the premise that a documentary heritage is a document of historical permanent character. This research is considered a qualitative, empirical and documentary one. It uses a semi-structured interview as an instrument for data collection. The subjects interviewed are the documentary collections managers of the University, and two of those collections are full and located the Division of General Archives (DARQ) and one in the Documentation and Historical Investigation Service (NUDOCHIS) of the UFRR. Through the results obtained it can be perceived that still forming part of the same institution, the DARQ and the NUDOCHIS show distinct realities, in what concerns the informational access, regarding the documentary heritage. However, the perspectives towards the access and the documentary collections are positive.

**Keywords:** Access to the information; Documentary heritage; Federal University of Roraima

## ***1. O Estado de Roraima: alguns aspetos tão inexplorados quanto ricos***

O Estado de Roraima se encontra no extremo norte do Brasil, faz fronteira aos países da Venezuela e Guayana, e com os Estados do Amazonas e Pará. Foi Território Federal do ano de 1943 até o ano de 1988 quando se tornou um Estado Federado, com a nova Constituição Federal. Foi extinto e deu lugar ao Estado de Roraima: “Os Territórios Federais de Roraima e do Amapá são transformados em Estados Federados, mantidos seus atuais limites geográficos” (BRASIL. Constituição, 1988, art. 14º).

A capital do Estado de Roraima é Boa Vista, onde se concentra principalmente o militarismo e funcionalismo público do Estado. Na capital se encontra a melhor infraestrutura e maior produção de bens e serviços públicos, privados e culturais de Roraima.

Ao longo do processo de ocupação ocorreu o fluxo migratório no Estado, especialmente em sua capital, recebendo pessoas de países vizinhos e de diversas regiões brasileiras, principalmente do Sul e Nordeste, tornando assim, Roraima um Estado étnico diversificado e híbrido culturalmente. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), até o ano de 1970 o crescimento populacional de Roraima obedecia a média do Brasil em termos de crescimento populacional. Entretanto, entre os anos de 1980 e 1990 houve um aumento significativo passando de 80 mil habitantes para 217 mil. Ainda hoje é possível observar o crescimento populacional e a existência da prática migratória para Roraima, porém com menor intensidade.

Conforme Hall (2006) o hibridismo acontece no processo de “tradução cultural”. Tradução esta que o autor define como:

O processo de negociação entre novas e antigas matizes culturais, vivenciadas por pessoas que migraram de sua terra natal. Elas têm diante de si, uma cultura que não as assimila e, ao mesmo tempo, não perdem completamente suas identidades originárias. Mas precisam dialogar constantemente com as duas realidades (HALL, 2006:88-89).

Neste diálogo cultural entre roraimenses e roraimados, envoltos por relações de negociação, controle e poder que permeiam o hibridismo, encontra-se na história roraimense a influência da política e de vários povos. Isto faz com que ainda hoje vigore a perspectiva de Magalhães (1986:137), que esclarece: "A história de Roraima é ainda um vasto campo de investigação científica, tão inexplorado, quanto rico", e conseqüentemente, o mesmo acontece com suas fontes documentais. Pois em meio a este Estado brasileiro de cultura híbrida, que afeta as diversas vertentes culturais existentes, sejam artísticas, musicais, literárias ou voltadas aos documentos, torna-se complexo construir um panorama histórico de Roraima. Entre tantas transições ocorridas alguns aspectos históricos se perdem, principalmente no que diz respeito aos bens documentais, ao acesso a eles e às suas informações.

Partindo deste pressuposto, tem-se como recorte nesta investigação, a Universidade Federal de Roraima (UFRR), pelo fato desta ser uma renomada Instituição de Ensino Pública Federal do Estado e por considerar que possui uma relação direta com a sociedade, tornando-se um importante pilar na implantação do acesso à informação e aos bens patrimoniais documentais. Utiliza-se como elemento norteador desta pesquisa, a Lei nº 12.527 do ano de 2011, conhecida como *Lei de Acesso à Informação Brasileira* (LAI).

Como problemática de pesquisa estabeleceu-se o seguinte questionamento: Qual é a situação do acesso à informação e ao patrimônio documental da UFRR? Tal questionamento nos remete aos objetivos a seguir. Tem-se como objetivo geral apresentar aspectos acerca da situação do acesso à informação e ao patrimônio documental da UFRR. E como objetivos específicos: realizar um levantamento dos tipos documentais que compõem o patrimônio documental da UFRR; diagnosticar as condições de acesso à informação e ao patrimônio documental da UFRR com base na LAI; e realizar um

levantamento das perspectivas da UFRR frente ao acesso a informação e ao patrimônio documental.

Cabe salientar que esta pesquisa compõe parte da dissertação de mestrado em Letras do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Roraima, intitulada *Antigos documentos, novas perspectivas: acesso ao patrimônio documental das instituições de ensino públicas federais de Roraima*. Neste sentido, ao iniciar a investigação, realizou-se uma busca pelo estado da arte e pode-se constatar que são escassos os estudos e investigações contemplando o acesso à informação e o patrimônio documental roraimense, justificando-se assim, o desenvolvimento desta pesquisa e da dissertação. Além disto, esta pesquisa pode vir a contribuir com docentes, pesquisadores e estudantes que utilizam os documentos históricos como fontes em suas investigações, bem como, aprimorar a imagem e o reconhecimento da UFRR perante a sociedade em geral, que poderá ter uma noção de como ocorre o acesso à parte da história de uma instituição de ensino pública federal roraimense, a Universidade Federal de Roraima (UFRR).

### **2. A Universidade Federal de Roraima**

Conforme consta em seu portal eletrônico<sup>1</sup>, a UFRR foi implantada no ano de 1989, quatro anos após ter sido autorizada pela Lei nº 7.364/85 e trata-se da primeira instituição federal de ensino superior a instalar-se em Roraima.

A Universidade oferta quarenta e sete cursos superiores, sendo vinte e seis bacharelados, vinte licenciaturas e um tecnológico, com atividades desenvolvidas em três *campi*: Paricarana, Cauamé e Murupu.

Atualmente, são mais de nove mil alunos nos cursos de ensino básico, técnico, graduação e pós-graduação. O corpo de servidores é formado por seiscentos professores e trezentos e sessenta técnicos administrativos. A pós-graduação oferta doze mestrados, sendo nove acadêmicos nas áreas de Agronomia, Antropologia Social, Desenvolvimento Regional da Amazônia, Física, Geografia, Letras, Química, Recursos Naturais e Sociedade e Fronteiras. Além de três profissionalizantes: Ciências da Saúde, Matemática em Rede Nacional e Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação. Oferta ainda os seguintes doutorados: Agronomia, Educação em Ciências e Matemática, Biodiversidade e Biotecnologia da Rede Bionorte e Recursos Naturais. Ao longo dos seus 27 anos de existência a UFRR, já formou mais de seis mil alunos nos cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado. Por meio de programas de intercâmbio, a UFRR desenvolve, em parceria com o Governo Federal, constantes ações relacionadas à internacionalização do ensino, recebendo alunos de outros países e continentes e enviando seus acadêmicos para estudar fora do país.

No que diz respeito ao seu acervo documental, a UFRR conta com um Arquivo Central (DARQ), onde é realizada a gestão da documentação permanente, que ocorre em parceria

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://ufrr.br/a-ufrr/historico>. [Consult. 17 ago. 2017].

com o Núcleo de Documentação de Pesquisa Histórica (NUDOCHIS), onde se encontra o patrimônio documental da Universidade.

### ***3. A lei de acesso à informação brasileira e as peculiaridades do patrimônio documental***

A Lei nº 12.527, conhecida como a *Lei de Acesso à informação brasileira*, foi sancionada pela Presidente do Brasil Dilma Rousseff no dia 18 de novembro de 2011 e dispõe o seguinte: “Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.” A LAI passou a vigorar em 16 de maio de 2012, por meio do Decreto nº 7.724, e tem como propósito afirmar o direito fundamental de acesso dos cidadãos às informações públicas. De acordo com Jardim:

É uma oportunidade histórica para a sociedade e o Estado brasileiros aprovação de uma Lei de Acesso à Informação Pública (LAI) após 23 anos de uma Constituição que consagrou os princípios do direito à informação e do dever da administração pública na gestão e acesso a documentos, sucedida por dispositivos legais regulamentadores que jamais foram implementados. (JARDIM, 2012:18).

Embora antes de sua promulgação fossem adotados outros dispositivos legais, somente com a LAI que as instituições públicas vêm efetivamente aplicando e concretizando ações para que se promova a transparência administrativa em todas as esferas da administração pública, pois seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes: Executivo (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), Legislativo e Judiciário.

No art. 10º da LAI está estabelecido que “Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades [...], por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida”. (BRASIL, 2011). Deste modo, é possível solicitar informações, incluindo sobre os bens patrimoniais documentais das instituições públicas, por qualquer “meio legítimo”. Estes meios legítimos são: telefone, portais eletrônicos, carta, e-mail, ou mesmo pessoalmente, e não mais apenas nos órgãos responsáveis e nos arquivos como ocorria antes da LAI ser promulgada. Conforme Minetto, o art. 10º da LAI:

É o grande diferencial da LAI, não sendo encontrado entre os dispositivos legais mencionados anteriormente, pelo seu caráter essencialmente democrático. É que ele de fato, permite o amplo acesso da população à informação pública ao longo de seu ciclo vital, diferentemente do que previa a Lei dos Arquivos, com acesso apenas aos documentos de caráter permanente e que fossem encontrados nas instituições arquivísticas (MINETTO, 2012:18).

Antes da promulgação da LAI as informações podiam ser solicitadas pessoalmente nos órgãos e arquivos públicos, porém, ao solicitá-la, nem sempre o cidadão tinha certeza se iria recebê-la, e se em caso negativo teria uma justificativa para ocorrer tal fato. Com a LAI, ficou estabelecido que o prazo para o órgão público dar o retorno quando um cidadão solicita informação é de vinte dias, podendo ser prorrogado por mais dez dias. Caso o

cidadão não obtenha retorno após esse período, o órgão público deve informar o motivo pelo qual não disponibilizou a informação requerida e o cidadão pode recorrer.

Como a LAI contempla informações e documentos independente da fase do ciclo vital em que se encontrem (do arquivo corrente ao arquivo permanente), um aspecto que se destaca na LAI diz respeito ao cuidado desta Lei em estabelecer novos graus de sigilo e prazos de guarda dos documentos. Os documentos considerados ultrassecretos tinham antes da implantação da LAI o prazo de guarda de trinta anos, podendo este ser prorrogado. Já os documentos considerados secretos tinham como prazo de guarda vinte anos, os confidenciais dez anos e os reservados cinco anos. Com a implantação da LAI, tem-se: documentos ultrassecretos com prazo de guarda de vinte e cinco anos, e podem ter seu prazo prorrogado por somente uma vez, o documento considerado secreto tem como prazo de guarda quinze anos, o anteriormente considerado confidencial não existe mais (atualmente ou é secreto ou reservado), e o considerado como reservado tem o prazo de guarda de cinco anos. Com exceção dos documentos classificados como ultrassecretos nenhum dos demais pode ter seu prazo de guarda prorrogado. Os documentos classificados como “em segredo de justiça” possuem somente a determinação de sigilosos, porém o cidadão tem o direito de requerê-los desde que tenha uma justificativa legal.

Se comparado aos demais países, os indicadores de transparência no Brasil são positivos. Segundo a última edição do *Open Budget Index* (Índice do Orçamento Aberto), do ano de 2015, realizado pelo IBP (*International Budget Partnership*), o Brasil é considerado um dos países mais transparentes do mundo, ficando em 6º lugar entre cem países selecionados, perdendo apenas para os países: Nova Zelândia; Suécia; África do Sul; Noruega; e Estados Unidos da América (EUA).

Um dos grandes aliados do Brasil para a promoção da transparência e do avanço na consolidação da implantação da LAI é a governança por meio eletrônico, contando fundamentalmente com os portais eletrônicos para disponibilizar o acesso à informação, sendo que a LAI conta com dois tipos de transparência: a ativa (na qual as informações são disponibilizadas nos portais eletrônicos das instituições públicas, sem que o cidadão as solicite), e a transparência passiva (na qual o cidadão solicita as informações que necessita).

São estabelecidos pela LAI dois responsáveis, a fim de garantir o seu cumprimento no Poder Executivo Federal. O primeiro responsável previsto no Art. 40º da LAI é a autoridade de monitoramento, que verifica o cumprimento da LAI no ente público a que pertence, onde cada órgão e entidade indica um dirigente para desempenhar essa atribuição. O outro responsável é a Controladoria Geral da União (CGU), que monitora a LAI em todo Poder Executivo Federal. Cabendo a esta fomentar a cultura da transparência e a conscientização sobre o direito de acesso à informação.

Vale ressaltar que o agente público que descumprir propositalmente os requisitos estabelecidos pela LAI, pode ter como punição, no mínimo uma suspensão, e poderá responder por improbidade administrativa.

Como mencionado anteriormente, a LAI contempla à informação, e por consequência o documento em qualquer fase do ciclo vital, independente do caráter que possua (corrente, intermediário, permanente). Contudo, vale ter em mente que não necessariamente pelo fato das instituições fornecerem o acesso à informação, elas forneçam o acesso a um

documento em si, especialmente àqueles considerados de caráter permanente histórico, os patrimônios documentais, devido às peculiaridades que estes possuem.

O termo “patrimônio documental” é amplamente utilizado no meio arquivístico, especialmente ao tratar da preservação da documentação histórica, porém o termo traz consigo incertezas e questionamentos quanto à sua constituição, natureza, conceituação e aplicação. É comum observar, por exemplo, casos em que o termo é utilizado como forma de divulgação da instituição ou da própria documentação, alegando que aquele material é um patrimônio documental e deve ser preservado.

Por vezes, o termo patrimônio documental é aplicado sem uma exploração de sua noção. O que visto por uma perspectiva otimista é positivo, pois ao não ter uma concepção engessada, é permitido o livre uso do termo.

Lage (2002) é uma pesquisadora que se aprofunda na compreensão acerca do patrimônio documental e destaca que:

Mais do que definir, importa-nos, no entanto, estabelecer o conceito válido de Patrimônio Documental numa perspectiva teórica que atravessa domínios do conhecimento tão vastos, consolidados e formalizados como são as Ciências da Documentação e Informação, a História das Populações e a Demografia Histórica e os Estudos Culturais e Sociais das Ciências e das Técnicas, e na perspectiva prática da sua compreensão necessária à sua salvaguarda, difusão e desenvolvimento (LAGE, 2002:14).

No que diz respeito aos arquivos em geral e principalmente os de instituições de ensino, os documentos geralmente passam a ser considerados bens patrimoniais após passar pela função arquivística de avaliação e tornarem-se de caráter permanente com valor histórico. Bellotto esclarece que:

Um arquivo permanente não tem seu arquivo constituído de ‘preciosidades’ colecionadas aqui e ali, recolhidas para que, com elas o historiador estabeleça seu referencial de fontes. Um arquivo permanente constitui-se de documentos produzidos em geral há mais de 25 anos[...] remanescentes de eliminação criteriosa (BELLOTTO, 2006:115).

A autora afirma que um documento tem que merecer ser permanente e entrar na considerada terceira idade. A análise deste merecimento se dá por meio da avaliação documental, que compreende o que é permanente levando em conta o valor dos documentos, que podem ser: de valor primário/administrativo, ou de valor secundário/histórico. Quando o documento possui o valor secundário/histórico ele é geralmente considerado por profissionais do meio arquivístico como patrimônio documental de uma instituição, pois ele “É produzido para a administração e guardado para a história” (BELLOTTO, 2006:17).

De acordo com o portal eletrônico do IPHAN<sup>2</sup>: “O tombamento de acervos documentais não é prática recorrente nas instituições; isso porque a própria gestão documental, desde que estruturada e em pleno funcionamento, acabará por selecionar aqueles documentos considerados permanentes e históricos”. Assim, o ato explícito de se tombarem ou atribuir um valor patrimonial à documentação ocorre em situações de risco, onde os acervos documentais estejam, por diversos fatores, ameaçados de desaparecer. Contudo, não existe uma política nacional clara ou norma específica que estabeleça critérios do que pode ser considerado como patrimônio documental e se este precisa necessariamente ser tombado como patrimônio, ou se pelo fato de ter potencial histórico-cultural pode ser considerado como um bem patrimonial.

O que existe voltado aos documentos é o programa *Memory Of World – MOW* (Memória do mundo), criado pela United Nations for the Education, Science and Culture Organization (UNESCO)<sup>3</sup>, órgão responsável por conferir o título de patrimônio a alguns documentos e trata de apresentar algumas diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental. Conforme Edmondson (2002:6) “A consciência crescente do lamentável estado de conservação do patrimônio documental e do deficiente acesso a estes em diferentes partes do mundo foi o que deu o impulso original” para a criação deste programa da UNESCO. Ele existe desde o ano de 1992, e “Reconhece a importância do patrimônio documental internacional, regional e nacional; inscreve-o em um registro e outorga um logotipo para identificá-lo. Facilita também sua preservação e acesso sem discriminação [...]” (UNESCO, 2002:9).

O Brasil participa do Programa Memória do Mundo por meio de seu comitê nacional, que desenvolve as ações pretendidas pelo Programa em nível nacional. O comitê nacional do Brasil foi criado junto à estrutura do Ministério da Cultura do Governo Federal, por meio da Portaria nº 259, de 2004, e regulamentado pela Portaria nº 61, de 2007.

O ponto alto deste programa é o fato dele considerar que a importância dos documentos com valor (estabelecido pelo comitê) “transcende os limites do tempo e das culturas, e que devem ser preservados para as gerações atuais e futuras e serem postos de alguma forma à disposição de todos os povos do mundo” (EDMONDSON, 2002:8).

Entretanto, este programa dificilmente atingirá todas as instituições que guardam bens patrimoniais documentais, pelos mais diversos fatores, entre eles: falta de interesse das instituições em submetê-los ao comitê, falta de pessoal qualificado que encontre documentos com potenciais de bens patrimoniais, ou até mesmo desconhecimento deste programa por parte das instituições.

Por isso nesta pesquisa parte-se do princípio de que embora os bens documentais da UFRR não estejam tombados como patrimônio documental, eles têm aspectos de bens patrimoniais, conforme o referencial apresentado embaixo, pois são documentos

---

<sup>2</sup> [Consult. 11 out. 2017]. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/27/documentacao>.

<sup>3</sup> A UNESCO é uma organização internacional que, em conjunto com representantes de países membros, tem o objetivo de desenvolver ações comunitárias que incentivem o desenvolvimento das populações ao redor do mundo.

permanentes, que possuem valor histórico-cultural e mesmo não possuindo explicitamente a nomenclatura de “patrimônio documental” não devem ser menosprezados. Sendo que, estes documentos são fontes importantes para a compreensão da constituição identitária e da memória histórica da Universidade, dos sujeitos e conseqüentemente do Estado de Roraima.

#### **4. Caminhos da pesquisa**

Para atingir os objetivos inicialmente propostos esta pesquisa utiliza uma metodologia que possibilite desenvolver um caminho ordenado de estudo. Deste modo, caracteriza-se como: qualitativa, de campo e documental.

Quanto à abordagem, adota-se a qualitativa, considerando que "não se procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados, envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada [...]" (GODOY, 1995:58).

Esta abordagem permite verificar a relação da realidade, oportunizando uma interpretação indutiva por parte do pesquisador. A pesquisa é também de campo, mas, utiliza como base referencial teórico publicado e reúne conhecimentos em relação ao tema pesquisado, contando com o auxílio de um diário de campo, onde constam as observações diretas da autora, seguindo a perspectiva de Gil (2008:53), o qual aponta que a pesquisa de campo "é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre". Além disto, caracteriza-se também como documental, pois se realiza um levantamento dos tipos documentais que compõem o patrimônio documental da UFRR. E se teve como base tanto para fundamentar, quanto para alcançar os objetivos, documentos escritos, como: Leis, Decretos, etc., disponíveis virtualmente e os documentos manuscritos da própria Universidade.

Utiliza-se como instrumento para a coleta de dados uma entrevista semiestruturada, visto que “as narrativas orais se apresentam muito mais do que uma mera técnica de coleta de dados, transformando-se nos próprios dados” (FREITAS, 2007:109). A entrevista apresentava as seguintes questões: Quais os tipos documentais existentes na UFRR? (os quais também foram compreendidos por meio de observação direta); Como ocorre o acesso ao patrimônio documental da instituição pelo público interno e externo? Há adoção da LAI? Se não ocorre, por quê? Quem é o responsável por possibilitar este acesso? A transparência ativa está ocorrendo? Quais são as perspectivas da instituição frente ao acesso à informação na UFRR? E, quais são as perspectivas da instituição frente ao patrimônio documental da UFRR?

Os sujeitos entrevistados são os três responsáveis pela gestão documental e a disponibilização do acesso à informação na UFRR: dois da Divisão de Arquivo Geral (DARQ), denominados como sujeito 1 e sujeito 2, e um sujeito do Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica (NUDOCHIS), denominado sujeito 3.

As entrevistas foram realizadas na primeira semana do mês de abril de 2017 e duraram cerca de quarenta minutos. A fim de realizar a observação direta em conjunto com a

entrevista, optou-se por entrevistar os sujeitos em seus próprios locais de trabalho. Os dados obtidos foram compreendidos por meio da análise de conteúdo, serão apresentados e discutidos na sequência, com o apoio de referencial teórico publicado e trechos das citações dos entrevistados.

### **5. Análise e discussão dos resultados**

Ao longo de sua existência a UFRR vem produzindo, recebendo e armazenando documentos, de variados tipos<sup>4</sup>. Ilha (2009), afirma que o entendimento dos tipos documentais é fundamental ao profissional arquivista no processo de gestão documental. Segundo a autora "Há a necessidade de analisar os termos usados na denominação dos tipos documentais quando da execução de funções arquivísticas, principalmente das funções de classificação" (ILHA, 2009:28).

Pode-se constatar que na DARQ da Universidade existem vários tipos documentais também resultantes de atividades-meio e fim, nas diversas fases, de correntes à permanentes, os quais o sujeito 1 destaca: *Os documentos correntes e intermediários geralmente ficam por um tempo no próprio setor que produz o documento, mas temos alguns aqui também. Aqui dividimos entre documentação de aluno e documentação administrativa. Na parte acadêmica temos histórico de alunos; certificados de participação em cursos de extensão; memorandos e ofícios referentes à alunos; e fotografias dos alunos, que ficam dentro das pastas deles. Na parte administrativa, temos atas de reuniões; resoluções internas e de criação de departamentos e cursos; pastas funcionais dos servidores e prontuários médicos* (SUJEITO 1, DARQ - UFRR, 2017).

Já o NUDOCHIS preserva a documentação histórica, conforme aponta o sujeito 3: *A parte histórica da UFRR e do Estado, tem um pouco aqui. Tem jornais como "A Folha de Boa Vista" e o "Estado de Roraima" com notícias sobre a UFRR e também sobre o Estado, que encadernamos e guardamos; fotografias antigas doadas por professores da UFRR; atas de criação dos departamentos da UFRR; atas de reuniões do Núcleo; e também temos coisas que não são da UFRR, mas que nos foram doadas por órgãos que iriam jogar fora e ficamos com pena de deixar a história se perder, como clippings de assessorias com notícias do Estado, textos variados sobre Roraima e cartas nossas e do antigo Governo do Estado. Temos também alguns pertences que não são documentos, mas que de certa forma são históricos e fazem parte do Estado e da UFRR, como dissertações, teses, monografias de conclusão de cursos, alguns livros antigos que contam a história do Estado e doaram pra gente e quadros pintados a mão, principalmente com imagem de ex reitores; alguns vasos e peças esculpidas a mão, por indígenas da região e gravações de vídeos de expedições de trabalhos de campo na UFRR.* (SUJEITO 3, NUDOCHIS - UFRR, 2017).

---

<sup>4</sup> Conforme o dicionário brasileiro de terminologia arquivística, tipo documental é o resultado da soma de espécie (a configuração que um documento assume, por ex. uma ata), mais a função/atividade que o produziu (por ex. uma reunião). Neste caso, um exemplo de tipo documental seria uma ata de reunião.

Desta forma, observa-se que o NUDOCHIS é o responsável por armazenar a documentação permanente histórica, ou seja, os bens patrimoniais documentais da Universidade e também de parte do Estado. Porém, aliada a entrevista, ao realizar a observação direta, foi possível aprofundar a compreensão do que o sujeito 3 cita ao afirmar que o Núcleo também mantém pertences que não referem-se a documentos de arquivos.

Cabe ressaltar que a UFRR não conta com profissionais arquivistas, sendo que os responsáveis pelos documentos e acesso na DARQ são um administrador e uma técnica em secretariado e no NUDOCHIS é um historiador.

Ao conhecer a realidade do acervo do NUDOCHIS, fica evidente a preocupação em preservar as fontes históricas, independente da entidade em que se encaixam (arquivos, bibliotecas ou museus) e também independentemente da proveniência destes (UFRR ou Governo Estadual de RR). Sendo que o Núcleo recebeu materiais da UFRR e de órgãos do Estado de Roraima até o ano de 2005. Este fato, possivelmente ocorreu devido aos antigos coordenadores e o sujeito 3 (o atual coordenador), responsáveis pelo acervo, serem historiadores. O que vai ao encontro com a perspectiva de Bloch (2001:79), que aponta: "é quase infinita a diversidade dos testemunhos históricos. Tudo quanto o homem diz ou escreve, tudo quanto fabrica, tudo em que toca, pode e deve informar a seu respeito." Portanto, o autor defende a amplitude da diversidade de fontes históricas que o historiador pode trabalhar. De modo que, tudo o que o homem produziu e deixou na história pode vir a ser objeto de investigação do historiador.

Entretanto, sob o ponto de vista arquivístico, a realidade desta diversidade de objetos, ou sua nomenclatura de Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica, deveria ser diferente, pois os pertences encontrados vão além de somente documentos de arquivo. O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DBTA) apresenta uma definição de núcleo<sup>5</sup> contrária a da atual encontrada no NUDOCHIS da UFRR, define núcleo como "conjunto de documentos de uma mesma proveniência. Termo que equivale a arquivo (grifos nosso)." (DBTA, 2005:125). Além disto, existe uma distinção entre arquivos, bibliotecas e museus, bem como de seus objetos. Embora os três preservem a memória, organizem o acesso à informação, realizem atendimento aos usuários internos e/ou externos, cada um com possui a sua especificidade e o seu objetivo. Bellotto (2006), esclarece que bibliotecas e museus são órgãos colecionadores, que reúnem seus acervos acumulados de forma artificial, aleatória, onde não necessariamente são produzidos e pertencentes pela instituição a qual estão inseridos, enquanto arquivos são órgãos receptores, que acumulam seus acervos documentais de forma natural por meio da produção/recepção, conforme a demanda da instituição em que estão inseridos. Diferem também em suas finalidades, pois a finalidade de bibliotecas e museus é essencialmente cultural, enquanto a dos arquivos é primordialmente funcional, de atender as demandas da administração. Embora exista o valor cultural nos arquivos, considerando que os documentos de seu acervo podem constituir, ou vir a constituir, uma base de fontes para a pesquisa histórica, tornando-se bens documentais.

---

<sup>5</sup> Definição de núcleo idêntica a de fundo documental (DBTA, 2005:125).

Neste sentido, para facilitar a gestão documental e a identificação do efetivo patrimônio documental da UFRR, seria ideal especificar os papéis de cada entidade (arquivo, biblioteca e museu), sem que o NUDOCHIS perca os objetos custodiados. Uma alternativa para o Núcleo, seria modificar sua denominação para Centro de Documentação. Um Centro de Documentação contempla a mescla das entidades mencionadas e ao mesmo tempo possui uma identidade própria, que "reúne, por compra, doação ou permuta, documentos e peças únicas ou múltiplas de origens diversas (sob a forma de originais ou cópias) e/ou referências sobre uma área específica da atividade humana. Esses documentos e referências podem ser tipificados como de arquivo, biblioteca e/ou museu" (TESSITORE, 2003:14). Além do mais, ao tornar-se um Centro, o NUDOCHIS não deixaria de cumprir seu papel de local de pesquisa histórica, pelo fato de que a "acumulação desse acervo possibilita aos Centros cumprirem suas funções de preservação documental e apoio à pesquisa, no mais amplo sentido: não só colocando à disposição do pesquisador referências para a localização das fontes de seu interesse, mas também tornando-se um polo de atração" (TESSITORE, 2003:15). Assim, o Núcleo poderia vir a ter um maior destaque frente à Universidade e seria mais fácil compreender e desenvolver o papel da gestão dos documentos, bem como, da gestão dos demais pertences do NUDOCHIS.

Quanto ao acesso à informação e aos documentos com potenciais de patrimônio documental, mesmo a UFRR não contando com profissionais arquivistas, os sujeitos demonstraram uma postura pertinente e cautelosa frente ao acesso à informação e à seus usuários. Conforme o sujeito 2 da DARQ: *Internamente: o servidor interessado, ou responsável pelo setor interessado vem diretamente ao arquivo e solicita o que deseja. Daí verificamos a questão do sigilo, se tem algum impedimento regulamentado, dele ter acesso ao que deseja, ou não. Se não for nada sigiloso, geralmente, não deixamos os documentos originais saírem daqui, mas tiramos cópia do que ele quer e entregamos à ele. E externamente: o interessado tem que ir diretamente no setor que produziu o documento, que por vezes pode estar lá também, caso esteja aqui, ele tem que pedir uma autorização no setor que produziu o documento para que possamos disponibilizar para ele ter acesso. Se for ele mesmo o solicitante e quiser alguma documentação dele que esteja aqui, ou mesmo que esteja em outro setor, o procedimento é mais tranquilo, é verificado se existe algum sigilo, pede-se o RG dele para conferência e disponibiliza-se, mas se ele for solicitar documentos de outra pessoa, ele precisa trazer uma declaração da pessoa interessada, explicando que autoriza ele à ter acesso a tal documento* (SUJEITO 2, DARQ - UFRR, 2017).

Isto mostra que apesar do cuidado que a DARQ tem ao disponibilizar o acesso aos documentos e informações à seus usuários, a DARQ não se impõe enquanto custodiadora da documentação, por consequência, da informação. Sendo que, não possui autonomia para liberar o acesso, quando por exemplo, um usuário externo solicita alguma documentação que não seja pessoal e que tenha sido produzida por outro setor da Universidade.

Já a realidade de acesso encontrada no NUDOCHIS, é mais ampla, ao menos na teoria<sup>6</sup>. O sujeito 3 esclarece que *Quase todos que vem aqui deixamos acessar os documentos e pertences do Núcleo. Temos como usuário interno alguns alunos e alguns professores da UFRR. E externo professores e alunos da Universidade Estadual de Roraima (UFRR) e as vezes vem visitantes de fora mesmo* (SUJEITO 3, NUDOCHIS - UFRR, 2017).

Por meio destes dados obtidos, vale ressaltar que é essencial que a comunidade acadêmica, científica e a sociedade, bem como os próprios custodiadores dos documentos e arquivos, tenham em mente a função dos acervos documentais, especialmente aqueles compostos por patrimônios documentais, como é o caso do NUDOCHIS, pois: *quanto à função cidadã, social e científica, cabe aos arquivos preservar a memória social, atender aos diferentes direitos dos cidadãos e facilitar a investigação histórica* (FLORES, 2017:32). Entre estes direitos, encontra-se o direito de se obter acesso à informação de caráter público.

Ao questionar os entrevistados quanto a implantação da *Lei de Acesso à Informação (LAI)*, os três entrevistados afirmaram acreditar que ela vem sendo adotada, porém ressaltaram que ainda está em fase de implantação na UFRR. Devido ao fato da LAI contemplar informações e documentos de todos os setores da Universidade e não apenas daqueles setores considerados produtores de documentos arquivísticos sob suas custódias, os sujeitos não tiveram como confirmar se a LAI está implantada em sua totalidade.

Os sujeitos destacaram também que o cumprimento de alguns requisitos da LAI ainda deixam a desejar, pelo fato de não terem toda a documentação organizada e também pela escassez de recursos materiais, financeiros e humanos qualificados. Além disto, afirmaram que a transparência ativa ocorre de acordo com o que estabelece a LAI, faltando contemplar apenas cinco requisitos dos dezoito estipulados pela Lei, são eles: “Respostas a perguntas mais frequentes da sociedade; Contato da autoridade de monitoramento, telefone e correio eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC; Formulário para pedido de acesso à informação; Divulgação em detalhes dos formatos utilizados para estruturação da informação; Indicar instruções que permitam ao requerente comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade”.

Os sujeitos destacaram ainda que o setor responsável por fornecer o acesso à informação é a Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), sendo a gestora do SIC a responsável, enquanto a disponibilização do acesso aos documentos em si, incluindo os permanentes históricos do NUDOCHIS, cabe aos três sujeitos entrevistados.

Quanto às perspectivas da instituição frente ao acesso à informação na UFRR, os três sujeitos concordaram que *Há boas perspectivas, no momento em que a instituição estiver totalmente habilitada em termos de recursos de pessoal e informatizado, em*

---

<sup>6</sup> Cabe salientar que ao entrar ao contato com o responsável pelo NUDOCHIS, convidando-o a participar desta pesquisa, houve resistência da parte dele para responder a entrevista, e principalmente para permitir que a pesquisadora tivesse acesso e realizasse a observação direta no acervo. Assim, a pesquisadora explicou ao sujeito que solicitaria as informações que necessitava via *Lei de Acesso à Informação*, pois são informações de caráter público. Por fim, ele compreendeu, aceitou ser entrevistado e liberou a pesquisadora para ter acesso ao acervo.

*disponibilizar as informações, ao público em geral, pois assim vamos promover uma melhor transparência também da gestão (SUJEITO 1, DARQ - UFRR, 2017). Bem como, também concordaram quanto às perspectivas da instituição frente ao patrimônio documental da UFRR, As perspectivas são as melhores possíveis, no sentido de possibilitar da melhor forma possível o acesso a todos os documentos, principalmente aos permanentes históricos, e difundi-los, a partir do momento que tivermos pessoal qualificado nos auxiliando (SUJEITO 3, NUDOCHIS - UFRR, 2017). Destaca-se desta forma, a importância de profissionais qualificados, para que seja possível contemplar de forma ainda mais concreta, o acesso à informação e aos bens documentais da Universidade.*

## **6. Considerações finais**

Por meio desta pesquisa foi possível perceber que o contexto histórico e social diferenciado da constituição do Estado de Roraima, extremamente híbrido social e culturalmente, é refletido ainda hoje em suas instituições, como exemplo do local escolhido para a realização desta investigação, a UFRR, assim como em seus documentos e na sua cultura do acesso à informação.

Ao decorrer desta investigação apresentou-se brevemente aspectos e particularidades do acesso à informação e dos bens patrimoniais documentais da UFRR. Cabe ressaltar que muito tem de ser realizado no sentido de aprimorar o acesso e difundir os documentos da Universidade. Contudo, diversos são os fatores que implicam para que se realizem pesquisas e trabalhos voltados aos documentos da UFRR, entre eles: apoio governamental, instalações adequadas, recursos humanos capacitados, recursos financeiros, materiais, entre outros.

Não se buscou nesta investigação trazer respostas engessadas e sim apresentar uma reflexão acerca da realidade encontrada na Universidade, sob o ponto de vista dos três responsáveis pelos acervos documentais da instituição. Por fim, vale destacar que esta pesquisa poderá servir como base e motivação para que novos estudos nesta área sejam realizados dentro e fora do âmbito da UFRR, contribuindo também com posteriores estudos acerca deste tema, uma vez que são escassos em Roraima.

**Referências bibliográficas**

**BARTALO, L. MORENO, N. A., org.**

2008 *Gestão em Arquivologia: abordagens múltiplas*. Org. Linete Bartalo e Nádia Aparecida Moreno. Londrina: EDUEL, 2008.

**BELLOTTO, H. L.**

2006 *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4ª ed. Rio de Janeiro : Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

**BLOCH, M.**

2001 *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 2001.

**BRASIL. Arquivo Nacional**

2005 *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2005.

**BRASIL. Constituição**

1988 *Constituição da República Federativa do Brasil*. [Em linha]. 1988. [Consult. 16 abr. 2017]. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

**BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**

[20--] *Dicionário do Patrimônio Cultural: documentação*. [Em linha]. [20--]. [Consult. 11 out. 2017]. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/27/documentacao>.

**CRUZ MUNDET, J. R.**

2012 *Archivística: gestión de documentos y administración de archivos*. Madrid : Alianza Editorial, 2012.

**EDMONDSON, R.**

2002 *Memória do mundo: diretrizes para salvaguarda do patrimônio documental*. [Em linha]. Paris: UNESCO, 2002. [Consult. 24 out. 2017]. Disponível em:

<http://www.unesco.org/uy/ci/fileadmin/comunicacion-informacion/mdm.pdf>.

**FLORES, C. R.**

2017 *Treinamento de servidores via Moodle com vistas a preservação do patrimônio documental da Universidade Federal do Pampa*. 2017.

Dissertação de Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

**GIL, A. C.**

2008 *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo : Atlas, 2008.

**GODOY, A. S.**

1995 Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In *Revista de Administração de Empresas*. 35:2 (abr. 1995).

**HALL, S.**

2006 *A Identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. T. T. da Silva, G. L. Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**

[20--] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. [Em linha]. [20--]. [Consult. 11 jan. 2017]. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

**ILHA, R. M.**

2009 *Classificação documental: um estudo dos instrumentos de gestão com vistas à padronização*. 2009.  
Monografia de Especialização em Gestão em Arquivos - Universidade Federal de Santa Maria, 2009.

**JARDIM, J. M.**

2012 *A Lei de Acesso à Informação Pública: dimensões político-informacionais*. [Em linha]. 2012. [Consult. 16 abr. 2017]. Disponível em: <http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/68/110>.

**LAGE, M. O. P.**

2002 *Abordar o patrimônio documental: territórios, práticas e desafios*. Guimarães: Éden Gráfico, 2002.

**MAGALHÃES, D. de**

1986 *Roraima: informações históricas*. Rio de Janeiro : [s. n.], 1986.

**MINETTO, G. V.**

2012 *Lei de Acesso à Informação: a implantação dos requisitos de transparência ativa nas universidades federais com curso de graduação em Arquivologia*.  
Trabalho de conclusão de curso – Universidade Federal de Rio grande do Sul

**TESSITORE, V.**

2003 *Como implantar centros de documentação*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA**

[20--] *Universidade Federal de Roraima*. [Em linha]. [20--]. [Consult. 17 ago. 2017]. Disponível em: <<http://ufrr.br/a-ufrr/historico>>.

Tatiana Costa Rosa | [tatyrosaa@gmail.com](mailto:tatyrosaa@gmail.com)

Instituto Federal de Roraima (IFRR), Brasil

Leila Adriana Baptaglin | [leila.baptaglin@ufrr.br](mailto:leila.baptaglin@ufrr.br)

Universidade Federal de Roraima (UFRR), Brasil